

44 REDAÇÕES 1000 DO ENEM 2019

Prezado estudante,

Seja bem-vindo a mais uma cartilha! Aqui você vai encontrar 44 das 53 redações nota máxima do Enem 2019, a respeito do tema *"Democratização do acesso ao cinema no Brasil"*. Os textos foram concedidos por espontânea e livre vontade dos autores e, por isso, essa é uma cartilha extraoficial.

Essa iniciativa começou no ano passado, comigo e outros 30 alunos que nos propomos a disponibilizar nossos textos gratuitamente. E, mal sabíamos, a cartilha explodiu. Tornou-se manchete nos grandes jornais, virou livro didático nas salas de aula, material-base para professores. E foi um simples gesto de união e compartilhamento.

É com esses valores que damos continuidade para uma segunda versão desse material. Desde o Alagoas ao Rio Grande do Sul, dos 16 aos 28 anos, cada um dos 44 autores aqui reunidos ficam imensamente felizes em te ajudar a chegar mais alto; em te ajudar a superar, por exemplo, os obstáculos de uma rede de ensino público deficitário.

Para cada autor, você vai ver o espelho da redação e o texto transcrito. Mas, se você conhece a cartilha de 2018, sabe que nós fazemos questão de te certificar das notas: para gastar menos papel, escaneando o QR Code ao lado você encontra todos os comprovantes da nota 1000 de cada um em uma pasta do Google Drive.



Além disso, caso queira imprimir essa cartilha, dê preferência à versão reduzida (aqui) que foi feita para não desperdiçar tanta tinta ou folhas.

Por último, pessoalmente, preciso dizer que fico muito orgulhoso de olhar para trás e ver a proporção dessa iniciativa. Disse no texto introdutório da de 2018 que "essa é a nossa verdadeira proposta de intervenção". E, foi. Esse ano, vários autores dessa cartilha me agradeceram pela do ano passado, porque eles, assim como você agora, estavam lendo ela. :')

Lucas Felpi





Sumário




CARTILHA
Redação
A
MIL
20

Alana Miranda Delfino

21 anos | Uberlândia - MG | @alanamirandad

Nome completo: ALANA MIRANDA DELFINO

NOME → A L A N A M I R A N D A D E L F I N O

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Ao longo do processo de formação da sociedade, o pensamento cinematográfico consolidou-se em diversas comunidades. No início do século XX, com os regimes totalitários, por exemplo, o cinema era utilizado como meio de dominação à adesão das massas ao governo. Embora o cinema tenha se popularizado, posteriormente, como entretenimento, nota-se, na contemporaneidade, a sua limitação social, em virtude do discurso elitizado que o compõe e da falta de acesso por parte da população. Essa visão negativa pode ser ~~significativa~~ significativamente minimizada, desde que acompanhada da desconstrução coletiva, junto à redução do custo do ingresso para a maior acessibilidade.

Em primeira análise, é evidente que a herança ideológica da produção cinematográfica, como um recurso destinado às elites, conservou-se na coletividade e perpetua a exclusão de classes inferiores. Nessa perspectiva, segundo Michel Foucault, filósofo francês, o poder articula-se em uma linguagem que cria mecanismos de controle e de coerção, os quais aumentam a subordinação. Sob essa ótica, constata-se que o discurso hegemônico introduzido na modernidade moldou o comportamento do cidadão a acreditar que o cinema deve se restringir a determinada parcela da sociedade, o que infringe o princípio de que todos indivíduos têm o direito ao lazer e ao entretenimento. Desse modo, com a concepção instituída da produção ~~cinematográf~~ cinematográfica como diversão das camadas altas, o cinema adquire o caráter elitista, o qual ~~contribuiu~~ contribui com a exclusão do restante da população.

Além disso, uma comunidade que restringe o acesso ao cinema, por meio do custo de ingressos, representa um retrocesso para a coletividade que preza por igualdade. Nesse sentido, na teoria da percepção do estado da sociedade, de Émile Durkheim, sociólogo francês, abrangem-se duas divisões: "normal e patológico". Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que um ambiente patológico, em crise, rompe com o desenvolvimento, visto que um sistema desigual não favorece o progresso coletivo. Dessa forma, com a disponibilidade de ir ao ~~cin~~ cinema medida pelo preço — que não leva em consideração a renda regional —, a democratização torna-se inviável.

Depreende-se, portanto, a relevância da igualdade do ~~aces~~ acesso ao cinema no Brasil. Para que isso ocorra, é necessário que o Estado proporcione a redução recorrente do custo de ingressos por região, junto à difusão da importância da produção cinematográfica no cotidiano, nos meios de comunicação, por meio de anúncios, a fim de colaborar com o acesso igualitário. Ademais, a instituição educacional deve proporcionar aos indivíduos uma educação voltada à desconstrução coletiva do cinema como entretenimento destinado às elites, por intermédio de debates e palestras, na área das ciências Humanas, como forma de esclarecimento populacional. Assim, haverá um ambiente estável que colabore com a ~~ace~~ acessibilidade geral ao cinema no país.

Foto: Reprodução/Inep

"Ao longo do processo de formação da sociedade, o pensamento cinematográfico consolidou-se em diversas comunidades. No início do século XX, com os regimes totalitários, por exemplo, o cinema era utilizado como meio de dominação à adesão das massas ao governo. Embora o cinema tenha se popularizado, posteriormente, como entretenimento, nota-se, na contemporaneidade, a sua limitação social, em virtude do discurso elitizado que o compõe e da falta de acesso por parte da população. Essa visão negativa pode ser significativamente minimizada, desde que acompanhada da desconstrução coletiva, junto à redução do custo do ingresso para a maior acessibilidade.

Em primeira análise, é evidente que a herança ideológica da produção cinematográfica, como um recurso destinado às elites, conservou-se na coletividade e perpetuou a exclusão de classes inferiores. Nessa perspectiva, segundo Michel Foucault, filósofo francês, o poder articula-se em uma linguagem que cria mecanismos de controle e coerção, os quais aumentam a subordinação. Sob essa ótica, constata-se que o discurso hegemônico introduzido, na modernidade, moldou o comportamento do cidadão a acreditar que o cinema deve se restringir a determinada parcela da sociedade, o que enfraquece o princípio de que todos indivíduos têm o direito ao lazer e ao entretenimento. Desse modo, com a concepção instituída da produção cinematográfica como diversão das camadas altas, o cinema adquire o caráter elitista, o qual contribui com a exclusão do restante da população.

Além disso, uma comunidade que restringe o acesso ao cinema, por meio do custo de ingressos, representa um retrocesso para a coletividade que preza por igualdade. Nesse sentido, na teoria da percepção do estado da sociedade, de Émile Durkheim, sociólogo francês, abrangem-se duas divisões: "normal e patológico". Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que um ambiente patológico, em crise, rompe com o seu desenvolvimento, visto que um sistema desigual não favorece o progresso coletivo. Dessa forma, com a disponibilidade de ir ao cinema mediada pelo preço — que não leva em consideração a renda regional —, a democratização torna-se inviável.

Depreende-se, portanto, a relevância da igualdade do acesso ao cinema no Brasil. Para que isso ocorra, é necessário que o Estado proporcione a redução coerente do custo de ingressos por região, junto à difusão da importância da produção cinematográfica no cotidiano, nos meios de comunicação, por meio de anúncios, a fim de colaborar com o acesso igualitário. Ademais, a instituição educacional deve proporcionar aos indivíduos uma educação voltada à democratização coletiva do cinema, como entretenimento destinado às elites, por intermédio de debates e palestras, na área das Ciências Humanas, como forma de esclarecimento populacional. Assim, haverá um ambiente estável que colabore com a acessibilidade geral ao cinema no país."



Aldillany Maria Rodrigues

20 anos | Girau do Ponciano - AL | @aldillanymaria

Nome completo: ALDILLANY MARIA RODRIGUES DA SILVA

NOME → ALDILLANY MARIA RODRIGUES DA SILVA

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A Constituição brasileira de 1988 assegura a todos os indivíduos o amplo acesso aos bens culturais do país. No entanto, na prática, tal garantia é deturpada, visto que o contato com a cultura – por meio dos cinemas – não se encontra efetivado na sociedade nacional. Esse cenário nefasto ocorre não só em razão do deficitário incentivo à valorização cultural nas escolas, mas também devido à excessiva mercantilização da cultura. Logo, faz-se imperiosa a análise dessa conjuntura, com o intuito de mitigar os entraves para a consolidação dos direitos constitucionais.

Em primeira análise, vale destacar que durante o Renascimento Cultural – movimento artístico e intelectual ocorrido na transição da Idade Média para a Idade Moderna – a cultura era valorizada e usada como uma maneira de transmitir conhecimentos. Hodiernamente, entretanto, essa situação é pouco observada na sociedade brasileira, uma vez que o acesso ao cinema, como forma de expandir a construção dos saberes, encontra-se pouco ampliado. Esse panorama lamentável acontece porque a maioria das escolas, instituições essenciais para a formação de indivíduos engajados culturalmente, interessa-se, geralmente, apenas pela transmissão de conteúdos técnicos, negligenciando o estímulo às habilidades socioculturais. Evidencia-se, portanto, que a restrita ida aos cinemas relaciona-se com o deficitário incentivo ao contato com essa modalidade de entretenimento por parte dos colégios.

Ademais, vale ressaltar que, de acordo com os sociólogos da Escola de Frankfurt, a cultura tornou-se um instrumento voltado para a obtenção de lucros. Nesse viés, a excessiva mercantilização dos bens culturais, como os cinemas, segrega áreas periféricas, nas quais grande parte da população é desprovida de amplos recursos financeiros para acessar tais meios de lazer. Desse modo, constata-se que a ~~restrição~~ concentração dos cinemas em áreas privilegiadas economicamente, atestada pela óptica frankfurtiniana, fere os princípios constitucionais e impede a democratização do acesso a esse meio de entretenimento.

Verifica-se, então, a necessidade de ampliar o acesso ao cinema no Brasil. Para isso, faz-se imprescindível que o Ministério da Educação e da Cultura, por intermédio de minicursos, instrua os educadores – especialmente os docentes em sociologia, haja vista o conhecimento cultural inerente a tal curso – a elucidar em suas aulas a importância da valorização dos bens culturais para a ampliação do conhecimento, a fim de estimular os alunos a irem aos cinemas. Paralelamente, precisa-se que a sociedade civil organizada, mediante a criação de projetos de lei, os quais tornem obrigatória a descentralização dos cinemas, pressione o Poder Judiciário a aprová-los, com o objetivo de democratizar o acesso a esse meio de entretenimento. Assim, tornar-se-á possível a construção de uma sociedade permeada pela efetivação dos elementos elencados na Carta Magna.

Foto: Reprodução/Inep



"A Constituição brasileira de 1988 assegura a todos os indivíduos do amplo acesso aos bens culturais do país. No entanto, na prática, tal garantia é deturpada, visto que o contato com a cultura — por meio dos cinemas — não se encontra efetivado na sociedade nacional. Esse cenário nefasto ocorre não só em razão do deficitário incentivo à valorização cultural nas escolas, mas também devido à excessiva mercantilização da cultura. Logo, faz-se imperiosa a análise dessa conjuntura, com o intuito de mitigar os entraves para a consolidação dos direitos constitucionais.

Em primeira análise, vale destacar que durante o Renascimento Cultural — movimento artístico e intelectual ocorrido na transição da Idade Média para a Idade Moderna — a cultura era valorizada e usada como uma maneira de transmitir conhecimentos. Modiernamente *(sic)*, entretanto, a situação é pouco observada na sociedade brasileira, uma vez que o acesso ao cinema, como forma de expandir a construção dos saberes, encontra-se pouco ampliado. Esse panorama lamentável acontece porque a maioria das escolas, instituições essenciais para a formação de indivíduos engajados culturalmente, interessa-se, geralmente, apenas pela transmissão de conteúdos técnicos, negligenciando estimular as habilidades socioculturais. Evidencia-se, portanto, que a restrita ida aos cinemas relaciona-se com o deficitário incentivo contato com essa modalidade de entretenimento por parte dos colégios.

Ademais, vale ressaltar que, de acordo com os sociólogos da Escola de Frankfurt, a cultura tornou-se um instrumento voltado para a obtenção de lucros. Nesse viés, a excessiva mercantilização dos bens culturais, como os cinemas, segrega áreas periféricas, nas quais grande parte da população é desprovida de amplos recursos financeiros para acessar tais meios de lazer. Desse modo, constata-se que a concentração dos cinemas em áreas privilegiadas economicamente, atestada pela óptica frankfurtiana, fere os princípios constitucionais e impede a democratização do acesso a esse meio de entretenimento.

Verifica-se, então, a necessidade de ampliar o acesso ao cinema no Brasil. Para isso, faz-se imprescindível que o Ministério da Educação e da Cultura, por intermédio de minicursos, instrua os educadores — especialmente os docentes em sociologia, haja visto o conhecimento cultural inerente a tal curso — a elucidar em suas aulas a importância da valorização dos bens culturais para a ampliação do conhecimento, a fim de estimular os alunos a irem aos cinemas. Paralelamente, precisa-se que a sociedade civil organizada, mediante a criação de projetos de lei, os quais tornam obrigatória a descentralização dos cinemas, pressione o Poder Judiciário a aprová-los, com o objetivo de democratizar o acesso a esse meio de entretenimento. Assim, tornar-se-á possível a construção de uma sociedade permeada pela efetivação dos elementos elencados na Magna Carta."



Amanda Rocha

21 anos | Itaituba - PA | @amandablossam

Nome completo: AMANDA RAFAELLY BOSSA MAGALHAES ROCHA

NOME → A M A N D A R A F A E L L Y B O S S A M A G A L H A E S R O C H A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A construção dos feudos, muros que delimitavam uma determinada área no período da Idade Média, segregou milhares de pessoas e impossibilitou o acesso a bens que somente a nobreza podia usufruir. Semelhante a essa época, no contexto brasileiro contemporâneo, o cinema é um dos inúmeros meios de democratizar a cultura, mas ainda é "feudalizado", já que grande parte da população continua alheia a esse serviço. Então, tanto a concentração das salas de teledramaturgia em regiões mais desenvolvidas economicamente, quanto os exorbitantes preços dos ingressos e alimentos, vendidos com exclusividade pela empresa proprietária, mutilam a cidadania e consagram importantes simbologias de poder.

Nessa perspectiva, a cultura é imprescindível para a identidade de um povo e, indubitavelmente, o cinema é uma fundamental ferramenta de inclusão e de propagação de valores sociais. Entretanto, de acordo com o geógrafo Milton Santos, no texto "Cidadanias Mutiladas", a democracia, extremamente necessária para a fundamentação cultural do indivíduo, só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social, ou seja, na medida em que os direitos são universais e desfrutados por todos os cidadãos. Dessa maneira, a concentração das salas de cinemas em áreas com alto desenvolvimento econômico e o alheamento de milhares de pessoas a esse serviço provam que não há ~~democ~~ democratização do acesso à cultura cinematográfica no Brasil, marginalizando grande parcela da sociedade desprovida de recursos financeiros.

Outrossim, os preços abusivos de congressos, a divisão das salas em categorias de conforto e a proibição da entrada de bebidas e alimentos, que não sejam os vendidos no estabelecimento, dividem, ainda mais, a sociedade. Isso pode ser explicado pelo teórico Pierre Bourdeau, o qual afirma que todas as minúncias de um indivíduo constituem simbologias que são constantemente analisadas pelo corpo social, isto é, o poder de compra, as características pessoais e o acesso a bens e serviços refletem quem é o homem para outrem. Dessa forma, o alto custo praticado pelas redes cinematográficas violenta simbolicamente aqueles que não conseguem contemplar as grandes telas e aumenta a desigualdade

Portanto, cabe à iniciativa privada, em parceria com os estados e municípios, promover a interiorização das salas de teledramaturgia, por meio da construção de novos empreendimentos em áreas distantes das pólos econômicos e da redução dos custos para o consumidor de baixa renda, incentivando, então, a cultura mais democrática. Além disso, é responsabilidade da Ancine, Agência Nacional de Cinema, estabelecer um canal de comunicação mais efetivo com o telespectador, por intermédio de aplicativos e das redes sociais interativas, para que denúncias e reclamações sobre preços abusivos possam ser realizadas. Como efeito social, a democratização do cinema no Brasil será uma realidade, destruindo, assim, barreiras e "feudos" sociais.

Foto: Reprodução/Inep



"A construção dos feudos, muros que delimitavam uma determinada área no período da Idade Média, segregou milhares de pessoas e impossibilitou o acesso a bens que somente a nobreza podia usufruir. Semelhante a essa época, no contexto brasileiro contemporâneo, o cinema é um dos inúmeros meios de democratizar a cultura, mas ainda é "feudalizado", já que grande parte da população continua alheia a esse serviço . Então, tanto a concentração das salas de teledramaturgia em regiões mais desenvolvidas economicamente, quanto os exorbitantes preços dos ingressos e alimentos, vendidos com exclusividade pela empresa proprietários, mutilam a cidadania e consagram importantes simbologias de poder.

Nessa perspectiva, a cultura é imprescindível para a identidade de um povo e, indubitavelmente, o cinema é uma fundamental ferramenta de inclusão e de propagação de valores sociais. Entretanto, de acordo com o geógrafo Milton Santos, no texto "Cidadanias Mutiladas", a democracia, extremamente necessária para a fundamentação cultural do indivíduo, só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social, ou seja, na medida em que os direitos são universais e desfrutados por todos os cidadãos. Dessa maneira, a concentração das salas de cinemas em áreas com alto desenvolvimento econômico e o alinhamento de milhares de pessoas a esse serviço provam que não há democratização do acesso à cultura cinematográfica no Brasil, marginalizando grande parcela da sociedade desprovida de recursos financeiros.

Outrossim, os preços abusivos de ingressos, a divisão das salas em categorias de conforto e a proibição de entrada de bebidas e alimentos, que não sejam vendidos no estabelecimento, dividem, ainda mais, a sociedade. Isso pode ser explicado pelo teórico Pierre Bourdieu, o qual afirma que todas as minúcias de um indivíduo constituem simbologias que estão constantemente analisadas pelo corpo social, isto é, o poder de compra, as características pessoais e o acesso a bens e serviços refletem quem é o homem para outrem. Dessa forma, o alto custo praticado pelas redes cinematográficas violenta simbolicamente aqueles que não conseguem contemplar as grandes telas e aumenta a desigualdade.

Portanto, cabe a iniciativa privada, em parceria com os estados e municípios, promover a interiorização das salas de teledramaturgia, por meio da construção de novos empreendimentos em áreas distantes dos polos econômicos e da redução dos custos para o consumidor de baixa renda, incentivando, então, a cultura mais democrática. Além disso, é responsabilidade da Ancine, Agência Nacional de Cinema, estabelecer um canal de comunicação mais efetiva com o telespectador, por intermédio de aplicativos e das redes sociais interativas, para que denúncias e reclamações sobre preços abusivos possam ser realizadas. Como efeito social, a democratização do cinema no Brasil será uma realidade, destruindo, assim, barreiras e "feudos" sociais."



Ana Clara Socha

21 anos | Brasília - DF | @anaclarasocha

Nome completo: ANA CLARA BATISTA SOCHA

NOME → A N A C L A R A B A T I S T A S O C H A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure o acesso à cultura como direito de todos os cidadãos, percebe-se que, na atual realidade brasileira, não há o cumprimento dessa garantia, principalmente no que diz respeito ao cinema. Isso acontece devido à concentração de salas de cinema nos grandes centros urbanos e à concepção cultural de que a arte é direcionada aos mais favorecidos economicamente.

É relevante abordar, primeiramente, que as cidades brasileiras foram construídas sob um viés elitista e segregacionista, de modo que os centros culturais estão, em sua maioria, restritos ao espaço ocupado pelos detentores do poder econômico. Essa dinâmica não foi diferente com a chegada do cinema, já que apenas 17% da população do país frequenta os centros culturais em questão. Nesse sentido, observa-se que a segregação social — evidenciada como uma característica da sociedade brasileira, por Sérgio Buarque de Holanda, no livro "Raízes do Brasil" — se faz presente até os dias atuais, por privar a população das periferias do acesso à cultura e ao lazer que são proporcionados pelo cinema.

Paralelo a isso, vale também ressaltar que a concepção cultural de que a arte não abrange a população de baixa renda é um fator limitante para que haja a democratização plena da cultura e, portanto, do cinema. Isso é retratado no livro "Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus, o qual ilustra o triste cotidiano que uma família em condição de miserabilidade vive, e, assim, mostra como o acesso a centros culturais é uma perspectiva distante de sua realidade, não necessariamente pela distância física, mas pela ideia de pertencimento a esses espaços.

Dessa forma, pode-se perceber que o debate acerca da democratização do cinema é imprescindível para a construção de uma sociedade mais igualitária. Nessa lógica, é imperativo que o Ministério da Economia destine verbas para a construção de salas de cinema, de baixo custo ou gratuitas, nas periferias brasileiras, por meio da inclusão desse objetivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o intuito de descentralizar o acesso à arte. Além disso, cabe às instituições de ensino promover passeios aos cinemas locais, desde o início da vida escolar das crianças, mediante autorização e contribuição dos responsáveis, a fim de desconstruir a ideia de elitização da cultura, sobretudo em regiões carentes. Feito isso, a sociedade brasileira poderá caminhar para a completude da democracia no âmbito cultural.

Foto: Reprodução/Inep



"Embora a Constituição Federal de 1988 assegure o acesso à cultura como direito de todos os cidadãos, percebe-se que, na atual realidade brasileira, não há o cumprimento dessa garantia, principalmente no que diz respeito ao cinema. Isso acontece devido à concentração de salas de cinema nos grandes centros urbanos e à condição cultural de que a arte é direcionada aos mais favorecidos economicamente.

É relevante abordar, primeiramente, que as cidades brasileiras foram construídas sob um viés elitista e segregacionista, de modo que os centros culturais estão, em sua maioria, restritos ao espaço ocupado pelos detentores do poder econômico. Essa dinâmica não foi diferente com a chegada do cinema, já que apenas 17% da população do país frequenta os centros culturais em questão. Nesse sentido, observa-se que a segregação social — evidenciada como uma característica da sociedade brasileira, por Sérgio Buarque de Holanda, no livro "Raízes do Brasil" — se faz presente até os dias atuais, por privar a população das periferias do acesso à cultura e ao lazer que são proporcionados pelo cinema.

Paralelo a isso, vale também ressaltar que a concepção cultural de que a arte não abrange a população de baixa renda é um fator limitante para que haja a democratização plena da cultura e, portanto, do cinema. Isso é retratado no livro "Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus, o qual ilustra o triste cotidiano que uma família em condição de miserabilidade vive, e, assim, mostra como acesso a centros culturais é uma perspectiva distante de sua realidade, não necessariamente pela distância física, mas pela ideia de pertencimento a esses espaços.

Dessa forma, pode-se perceber que o debate acerca da democratização do cinema é imprescindível para a construção de uma sociedade mais igualitária. Nessa lógica, é imperativo que Ministério da Economia destine verbas para a construção de salas de cinema, de baixo custo ou gratuitas, nas periferias brasileiras por meio da inclusão de seu objetivo na base de Diretrizes Orçamentárias, com o intuito de democratizar o acesso à arte. Além disso cabe às instituições de ensino promover passeios aos cinemas locais, desde o início da vida escolar das crianças, mediante autorização e contribuição dos responsáveis, a fim de desconstruir a ideia de elitização da cultura, sobretudo em regiões carentes. Feito isso, a sociedade brasileira poderá caminhar para completude da democracia no âmbito cultural."



Ana Flávia Pereira

20 anos | Uberlândia - MG | @anaflavia_pereira

Nome completo: ANA FLAVIA DE QUEIROZ PEREIRA

NOME → Ana Flávia de Queiroz Pereira

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Na obra "Brasil: uma biografia", as historiadoras Lília Schwarcz e Heloísa Starling apontam ao leitor idiossincrasias da sociedade brasileira. Dentre elas destaca-se a "difícil e tortuosa construção da cidadania". Embora o país possua uma das legislações mais avançadas do mundo, muito do que nela se prevê não se concretiza. Tal fato é evidenciado no âmbito da democratização do acesso ao cinema, tendo em vista que apesar de os brasileiros possuírem o acesso à cultura como direito constitucional, a ineficiência do Estado associada a uma cultura de aceitação por parte dos brasileiros faz com que a cidadania não seja gozada por todos de maneira plena.

Em primeiro plano, a ineficiência do Estado em aplicar leis que garantam o acesso à cultura restringe a cidadania dos indivíduos. Seja pela dificuldade em administrar recursos em um território de dimensões continentais, seja pela falta de interesse dos órgãos públicos em promover o desenvolvimento sociocultural democrático das regiões afastadas do centro vanguardista nacional, existe uma parcela significativa da população sem acesso ao cinema. Dados oficiais do governo indicam que atualmente existem 2200 salas de cinema no país, entretanto, o Brasil possui mais de 200 milhões de habitantes, o que indica que a democratização do entretenimento cinematográfico é um processo lento e até mesmo utópico.

Ademais, a aceitação da restrição da cidadania por parte dos brasileiros provém de um ensino ineficaz e muitas vezes inexistente que acarreta falta de conhecimento sobre os direitos individuais. No livro "Vidas Secas" de Graciliano Ramos, o protagonista Fabiano, desprovido do acesso ao ~~conhe~~ conhecimento, acabou sendo explorado e humilhado por aqueles que detinham o saber. Nesse viés, sendo a arte uma mera reprodução da realidade, hoje são milhares os fabianos no Brasil. Dessa forma, a ampliação do acesso à cultura por meio do cinema é imperativa para alertar os brasileiros sobre sua condição de marginalização cultural e para inseri-los no acesso ~~ao cinema~~ à arte.

Portanto, pode-se inferir que a democratização do acesso ao cinema no Brasil é um tema ~~rele~~ relevante e que carece de soluções. Sendo assim, cabe ao Governo Federal direcionar recursos para regiões marginalizadas do eixo vanguardista brasileiro, por meio da definição de uma agenda econômica que democratize o acesso à cultura, a fim de promover o desenvolvimento sociocultural igualitário dos cidadãos. Além disso, cabe ao Ministério da Educação promover palestras em associação com a indústria cinematográfica, bem como incentivar a produção de curta-metragens, no intuito de conscientizar os brasileiros sobre o direito do acesso à cultura e sobre o papel do cinema na emancipação individual das amarras sociais. Assim, a construção da cidadania será facilitada e os fabianos se tornarão, de fato, cidadãos plenos.

Foto: Reprodução/Inep



"Na obra "Brasil: uma biografia", as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling apontam ao leitor as idiossincrasias da sociedade brasileira. Dentre elas destaca-se "a difícil e tortuosa construção da cidadania". Embora o país possui uma das legislações mais avançadas do mundo, muito do que nela se prevê não se concretiza. Tal fato é evidenciado no âmbito da democratização do acesso ao cinema, tendo em vista que apesar dos brasileiros possuírem o acesso à cultura como direito constitucional, a ineficiência do Estado associado a uma cultura de aceitação por parte dos brasileiros faz com que a cidadania não seja gozada por todos de maneira plena.

Em primeiro plano, a ineficiência do Estado em aplicar leis que garantam o acesso à cultura restringe a cidadania dos indivíduos. Seja pela dificuldade em administrar recursos em um território de dimensões continentais, seja pela falta de interesse dos órgãos públicos em promover o desenvolvimento sociocultural democrático das regiões afastadas do centro vanguardista nacional, existe uma parcela significativa da população sem acesso ao cinema. Dados oficiais do governo indicam que atualmente existem 2200 salas de cinema no país, entretanto, o Brasil possui mais de 200 milhões de habitantes, o que indica que a democratização do entretenimento cinematográfico é um processo lento e até mesmo o utópico.

Ademais, a aceitação da restrição da cidadania por parte dos brasileiros provém de um ensino ineficaz e muitas vezes inexistente que acarreta falta de conhecimento sobre os direitos individuais. No livro "Vidas Secas" de Graciliano Ramos, o protagonista Fabiano, desprovido do acesso ao conhecimento, acabava sendo explorado e humilhado por aqueles que detém o saber. Nesse viés, sendo a arte uma mera reprodução da realidade, hoje são milhares os fabianos no Brasil. Dessa forma, a ampliação do acesso à cultura por meio do cinema é imperativa para alertar os brasileiros sobre sua condição de marginalização cultural e para inserí-los no acesso à arte.

Portanto, pode-se inferir que a democratização do acesso ao cinema no Brasil é um tema relevante e que carece de soluções. Sendo assim, cabe ao Governo Federal direcionar recursos para regiões marginalizadas do eixo vanguardista brasileiro, por meio da definição de uma agenda econômica que democratize o acesso à cultura, a fim de promover o desenvolvimento sociocultural igualitário dos cidadãos. Além disso, cabe ao Ministério da Educação promover palestras, em associação com a indústria cinematográfica, bem como incentivar a produção de curta-metragens, no intuito de conscientizar os brasileiros sobre o direito do acesso à cultura e sobre o papel do cinema na emancipação individual das amarras sociais. Assim, a construção da cidadania será facilitada e os fabianos se tornarão, de fato, cidadãos plenos."



Ana Teresa Rodrigues

18 anos | Fortaleza - CE | @annateresar

Nome completo: ANA TERESA RODRIGUES PEREIRA

NOME → A N A T E R E S A R O D R I G U E S P E R E I R A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

No filme "A invenção de Hugo Cabret", o protagonista de 12 anos enfrenta grandes dificuldades ao tentar frequentar o cinema de sua cidade, pois esse era considerado um passatempo exclusivo das classes mais abastadas. Assim, como retratado no longa, não há, ainda, a plena democratização do acesso ao cinema no Brasil, tendo em vista que a maior parte dos locais exibidores de filmes ~~encontram~~ encontra-se nas áreas urbanas do país e o acesso a esse meio de entretenimento demanda condições econômicas pouco compatíveis com a realidade de muitos indivíduos brasileiros.

Constata-se, a princípio, que, segundo o Artigo 6º da Constituição Federal, todo cidadão tem direito ao lazer. Contudo, nota-se que não há o pleno exercício da lei ao observar que apenas 20% dos brasileiros frequentam os cinemas de suas cidades, como afirmado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Esse infeliz cenário está fortemente atrelado ao fato de que as empresas exibidoras, em sua maioria, estão concentradas nos centros urbanos do país, pois existe, ainda no século XXI, o pensamento de que os cidadãos de pequenas e médias cidades não possuem interesse pela chamada "sétima arte", perpetuando, assim, uma realidade de exclusão social e elitização da cultura.

Ressalta-se, ademais, que o acesso ao cinema é dificultado pela questão econômica, dado que, para frequentar tais locais, é necessária uma certa ~~quantia~~ quantia monetária, a qual pode ser significativa para populações de baixa renda. Dessa forma, sem possuir condições econômicas favoráveis, muitos indivíduos não enxergam o cinema como um meio de entretenimento compatível com suas realidades, problemática já denunciada pelo cineasta Alejandro G. Iñárritu, o qual, em seu discurso após vencer o Oscar de Melhor Diretor em 2017, criticou a visão lucrativa e pouco inclusiva das empresas de cinema.

Tendo em vista o que foi discutido, é necessário, portanto, que os governos estaduais promovam uma maior inclusão dos cidadãos no acesso aos cinemas, por meio de investimentos financeiros os quais visem à criação de locais exibidores nas pequenas e médias cidades. Ademais, as empresas exibidoras, por meio de incentivos governamentais, deverão diminuir a demanda monetária necessária para assistir aos filmes, para que, dessa maneira, indivíduos de quaisquer classes sociais possam ter acesso aos cinemas de suas cidades e, assim, cenas como a retratada em "A invenção de Hugo Cabret" não aconteçam, também, na realidade.

Foto: Reprodução/Inep



"No filme "A invenção de Hugo Cabret", o protagonista de 12 anos enfrenta grandes dificuldades ao tentar frequentar o cinema de sua cidade, pois esse era considerado um passatempo exclusivo das classes mais abastadas. Assim como retratado no longa, não há, ainda, a plena democratização do acesso ao cinema no Brasil, tendo em vista que a maior parte dos locais exibidores de filmes encontra-se nas áreas urbanas do país e o acesso a esse meio de entretenimento demanda condições econômicas pouco compatíveis com a realidade de muitos indivíduos brasileiros.

Constata-se, a princípio, que, segundo o Artigo 6º da Constituição Federal, todo cidadão tem direito ao lazer. Contudo, nota-se que não há o pleno exercício da Lei ao observar que apenas 20% dos brasileiros frequentam os cinemas de suas cidades, como afirmado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Esse infeliz cenário está fortemente atrelado ao fato de que as empresas exibidoras, em sua maioria, estão concentradas nos centros urbanos do país, pois existe, ainda no século 21, o pensamento de que os cidadãos de pequenas e médias cidades não possuem interesse pela chamada "sétima arte", perpetuando, assim, uma realidade de exclusão social e elitização da cultura.

Ressalta-se, ademais, que o acesso ao cinema é dificultado pela questão econômica, dado que, para frequentar tais locais, é necessária uma quantia monetária, a qual pode ser significativa para a população de baixa renda. Dessa forma, sem possuir condições econômicas favoráveis, muitos indivíduos não enxergam o cinema como um meio de entretenimento compatível com suas realidades, programática já denunciada pelo cineasta Alejandro G. Iniarrítu, o qual, em seu discurso após vencer o Oscar de Melhor Diretor em 2017, criticou a visão lucrativa e pouco inclusiva das empresas de cinema.

Tendo em vista que foi discutido, é necessário, portanto, que os governos estaduais promovam uma maior inclusão dos cidadãos no acesso aos cinemas, por meio de investimentos financeiros os quais visem à criação de locais exibidores as pequenas e médias cidades. Ademais, as empresas exibidoras, por meio de incentivos governamentais, deverão diminuir a demanda monetária necessária para assistir os filmes, para que, dessa maneira, indivíduos de quaisquer classes sociais possam ter acesso aos cinemas de sociedades e, assim, cenas como a retratada em "A invenção de Hugo Cabret" não aconteçam, também, na realidade."



André Cecílio

28 anos | Belo Horizonte - MG | @salinhapaporeto

Nome completo: ANDRE FELIPE SOUZA CECILIO

NOME → ANDRE FELIPE SOUZA CECILIO

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado todo escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Um dos principais elementos de uma sociedade humana é a produção cultural. Por meio dela, o povo registra sua história, seu pensamento e sua visão de mundo, o que contribui para a construção de uma memória coletiva mais forte e permite a ampliação do conhecimento crítico promovida pelo contato com essas produções. Atualmente, um importante constituinte do espectro cultural é o cinema, que, embora possua um relevante papel social, encontra-se, no Brasil, muito restrito a parcelas mais privilegiadas da sociedade, o que é grave.

A referida importância do cinema na sociedade se explica pelo fato de, como forma de arte, filmes funcionarem por meio da "mímesis" – conceito de Aristóteles que se refere à capacidade de obras artísticas representarem a realidade de forma simulada, o que possibilita a vivência indireta de situações variadas e leva, potencialmente, à compreensão da vida em sociedade e das relações humanas, o que pode promover efeitos educativos ou conscientizadores. Nesse sentido, ao retratar, mesmo que de forma ficcional, traços (positivos ou negativos) presentes nas relações sociais, o cinema pode gerar reflexões e críticas profundas, que podem, por sua vez, culminar em melhorias na sociedade e fortalecimento de ideais ou grupos. Por exemplo, a obra "Jogo da Imitação", ao retratar a atuação de Allan Turing na criação de computadores, bem como seu drama por ser homossexual em uma sociedade intolerante, ressalta o quão grave é a manutenção de um pensamento homofóbico. Da mesma forma, filmes como "Batismo de Sangue", que traz denúncias acerca da Ditadura Militar no Brasil, evidenciam as mazelas desse regime e valorizam ideais democráticos, essenciais para a vida em sociedade. Assim, um acesso amplo ao cinema potencializa valores cruciais para a harmonia social.

Todavia, ocorre, no Brasil, uma nítida elitização do acesso a esse tipo de arte. O baixo número de salas e a concentração destas em shopping centers de grandes cidades tornam produções cinematográficas inacessíveis a grande parte da população, visto que muitas cidades nem sequer têm estrutura para exibi-las. Além disso, os altos preços fazem com que, para mais de um terço da população, que, segundo o IBGE, tem renda familiar de até 2 salários mínimos, ir ao cinema seja uma atividade inviável. Assim, nega-se o direito ao acesso à cultura, previsto na Constituição, e aos benefícios do cinema.

Portanto, o Ministério da Cultura deve ampliar o número de salas de cinema e diminuir os preços dos ingressos, por meio de subsídios (como isenções fiscais a empresas que praticarem preços populares) dados a instituições para que abram novas salas em regiões em que, hoje, o acesso a filmes é difícil. Com isso, será alcançado o objetivo de tornar o cinema mais presente na vida daqueles com menos renda, potencializando os efeitos dessa arte em todos os âmbitos sociais.

Foto: Reprodução/Inep



"Um dos principais elementos de uma sociedade humana é a produção cultural. Por meio dela, o povo registra sua história, seu pensamento e sua visão de mundo, o que contribui para a construção de uma memória coletiva mais forte e permite a ampliação do conhecimento crítico promovida pelo contato com essas produções. Atualmente, um importante constituinte do espectro cultural é o cinema, que, embora possua um relevante papel social, encontra-se, no Brasil, muito restrito a parcelas mais privilegiadas da sociedade, o que é grave.

A referida importância do cinema na sociedade se explica pelo fato de, como forma de arte, filmes funcionarem por meio da "mímesis" — conceito de Aristóteles que se refere à capacidade de obras artísticas representarem a realidade de forma simulada circula o que possibilita a vivência indireta de situações variadas e leva, potencialmente, à compreensão da vida em sociedade e das relações humanas, o que pode promover efeitos educativos ou conscientizadores. Nesse sentido, ao retratar, mesmo que de forma ficcional, traços (positivos ou negativos) presentes nas relações sociais, o cinema pode gerar reflexões e críticas profundas, que podem, por sua vez, culminar em melhorias na sociedade e fortalecimento de ideais ou grupos. Por exemplo, a obra "Jogo da Imitação", ao retratar a atuação de Alan turing na criação de computadores, bem como seu drama por ser homossexual em uma sociedade intolerante, ressalta o quão grave é a manutenção de um pensamento homofóbico. Da mesma forma, filmes como "Batismo de Sangue", que traz denúncias sobre a Ditadura Militar no Brasil, evidenciam as mazelas desse regime e valorizam ideais democráticos, essenciais para a vida em sociedade. Assim, um acesso ao cinema potencializa valores cruciais para a harmonia social.

Todavia, ocorre, no Brasil, uma nítida elitização do acesso a esse tipo de arte. O baixo número de salas e a concentração destas em shopping centers de grandes cidades tornam produções cinematográficas inacessíveis a grande parte da população, visto que muitas cidades nem sequer tem estrutura para exibi-las. Além disso, os altos preços fazem com que, para mais de um terço da população, que, segundo o IBGE, tem renda familiar de até 2 salários mínimos, ir ao cinema seja uma atividade inviável. Assim, nega se o direito ao acesso à cultura, provido na Constituição, e aos benefícios do cinema.

Portanto, o Ministério da Cultura deve ampliar o número de salas de cinema e diminuir os preços dos ingressos, por meio de subsídios (como insenções *(sic)* fiscais a empresas que praticarem preços populares) dados a instituições para que abram novas salas em regiões em que, hoje, o acesso a filmes é difícil. Com isso, será alcançado o objetivo de tornar o cinema mais presente na vida de daqueles com menos renda, potencializando os efeitos dessa arte em todos os âmbitos sociais."



Augusto Fernandes Scapini

17 anos | Goiânia - GO | @idg4f0s13

Nome completo: AUGUSTO FERNANDES SCAPINI

NOME → AUGUSTO FERNANDES SCAPINI

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Aristóteles, grande pensador da Antiguidade, defendia a importância do conhecimento para a obtenção da plenitude da essência humana. Para o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais. Nesse contexto, destaca-se a importância do cinema, desde a sua criação, no século XIX, até a atualidade, para a construção de uma sociedade mais culta. No entanto, há ainda diversos obstáculos que impedem a democratização do acesso a esse recurso no Brasil, centrados na elitização do espaço público e causadores da insuficiência intelectual presente na sociedade. Com isso, faz-se necessária uma intervenção que busque garantir o acesso pleno ao cinema para todos os cidadãos brasileiros.

De início, tem-se a noção de que a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o acesso igualitário aos meios de propagação do conhecimento, da cultura e do lazer. Porém, visto que os cinemas, materialização pública desses conceitos, concentram-se predominantemente nos espaços reservados à elite socioeconômica, como os "shopping centers", é inquestionável a existência de uma segregação das camadas mais pobres em relação ao acesso a esse recurso. Essa segregação é identificada na elaboração da tese da "subcidadania", escrita pelo sociólogo Jessé Souza, que denuncia a situação de vulnerabilidade social vivida pelos mais pobres, cujos direitos são negligenciados tanto pela falta de ação do Estado quanto pela ~~da~~ indiferença da sociedade em geral. Fica claro, então, que o acesso ao cinema não é um recurso democraticamente pleno no Brasil.

Como consequência dessa elitização dos espaços públicos, que promove a exclusão das camadas mais periféricas, é observado um bloqueio intelectual imposto a essa parte da população. Nesse sentido, assuntos pertinentes ao saber coletivo, que, por vezes, não são ensinados nas instituições formais de ensino, mas são destacados pelos filmes exibidos nos cinemas, não alcançam as mentes das minorias sociais, fato que impede a obtenção do conhecimento e, por conseguinte, a plenitude da essência aristotélica. Essa situação relaciona-se com o conceito de "alienação", descrito pelo filósofo alemão Karl Marx, que caracteriza o estado de insuficiência intelectual vivido pelos trabalhadores da classe operária no contexto da Revolução Industrial, refletido na camada pobre brasileira atual.

Portanto, fica evidente a importância do cinema para a construção de uma sociedade mais culta e a necessidade da democratização desse recurso. Nesse âmbito, cabe ao Ministério da Educação e da Cultura promover um maior acesso ao conhecimento e ao lazer, por meio da instalação de cinemas públicos nas áreas urbanas mais periféricas – que deverão possuir preços acessíveis à população local –, a fim de evitar a situação de alienação e insuficiência intelectual presente nos membros das classes mais baixas. Desse modo, o cidadão brasileiro poderá atingir a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles, destacando-se, logo, das outras espécies animais, através do conhecimento e da cultura.

Foto: Reprodução/Inep



"Aristóteles, grande pensador da Antiguidade, defendia a importância do conhecimento para a obtenção da plenitude da essência humana. Para o filósofo, sem a cultura e a sabedoria, nada separa a espécie humana do restante dos animais. Nesse contexto, destaca-se a importância do cinema do cinema, desde a sua criação, no século XIX, até a atualidade, para a construção de uma sociedade mais culta. No entanto, há ainda diversos obstáculos que impedem a democratização do acesso a esse recurso no Brasil, centrados na elitização do espaço público e causadores da insuficiência intelectual presente na sociedade. Com isso, faz-se necessária uma intervenção que busque garantir o acesso pleno ao cinema para todos os cidadãos brasileiros.

De início, tem-se a noção de que a Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o acesso igualitário aos meios de propagação do conhecimento, da cultura e do lazer. Porém, visto que os cinemas, materialização pública desses conceitos, concentram-se predominantemente nos espaços reservados à elite socioeconômica, como os "shopping centers", é inquestionável a existência de uma segregação das camadas mais pobres em relação ao acesso a esse recurso. Essa segregação é identificada na elaboração da tese da "subcidadania", escrita pelo sociólogo Jessé Souza, que denuncia a situação de vulnerabilidade social vivida pelos mais pobres, cujos direitos são negligenciados tanto pela falta de ação do Estado quanto pela indiferença da sociedade em geral. Fica claro, então, que o acesso ao cinema não é um recurso democraticamente pleno no Brasil.

Como consequência dessa elitização dos espaços públicos, que promove a exclusão das camadas mais periféricas, é observado um bloqueio intelectual imposto a essa parte da população. Nesse sentido, assuntos pertinentes ao saber coletivo, que, por vezes, não são ensinados nas instituições formais de ensino, mas são destacados pelos filmes exibidos nos cinemas, não alcançam as mentes das minorias sociais, fato que impede a obtenção de conhecimento e, por conseguinte, a plenitude da essência aristotélica. Essa situação relaciona-se com o conceito de "alienação", descrito pelo filósofo alemão Karl Marx, que caracteriza o estado de insuficiência intelectual vivido pelos trabalhadores da classe operária no contexto da Revolução Industrial, refletido na camada pobre brasileira atual.

Portanto, fica evidente a importância do cinema para a construção de uma sociedade mais culta e a necessidade da democratização desse recurso. Nesse âmbito, cabe ao Ministério da Educação e da Cultura promover um maior acesso ao conhecimento e ao lazer, por meio da instalação de cinemas públicos nas áreas urbanas mais periféricas – que deverão possuir preços acessíveis à população local –, a fim de evitar a situação de alienação e insuficiência intelectual presente nos membros das classes mais baixas. Desse modo, o cidadão brasileiro poderá atingir a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles, destacando-se, logo, das outras espécies animais, através do conhecimento e da cultura."



Bruna Guarçoni

17 anos | Sete Lagoas - MG | @brunaguarconi

Nome completo: BRUNA VIEIRA GUARCONI

NOME → B R U N A V I E I R A G U A R Ç O N I

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A terceira fase do modernismo vigorou, no Brasil, durante o período liberal-democrático, apresentando como uma de suas propostas artísticas a retratação das "sociedades liminares" — tradicionalmente excluídas do projeto cultural brasileiro — nas obras cinematográficas. Tal movimento, conhecido como "Cinema Novo", embora objetivasse a integração de povos historicamente invisibilizados, não obteve êxito na democratização do cinema no país, haja vista o não comparecimento daqueles aos cinemas da época. Esse panorama, ainda vigente na contemporaneidade, é atestado não só pelo crescente índice da pirataria nas artes visuais, como pela constante mobilização de ONGs na exibição de filmes em ambientes desprovidos do acesso ao cinema.

Em primeira análise, constatam-se as amplas taxas de comercialização de filmes pirateados, sobretudo nos centros urbanos. Essa problemática atenta, pois, para o descumprimento de um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual trata dos direitos autorais de produções artísticas, gravemente feridos pela comercialização de filmes reproduzidos ilegalmente. Entretanto, tal cenário nada mais é do que um reflexo do acesso restrito a tais conteúdos, em razão dos altos preços cobrados pelas sessões de cinema, induzindo, assim, os indivíduos menos favorecidos a optarem pela pirataria — menos onerosa e, portanto, mais adequada ao seu diminuto poder de compra.

Vale ressaltar, ainda, a realização, por instituições não governamentais, de projetos inclusivos que contam com sessões de filmes em ambientes comunitários não contemplados pelo acesso à TV ou à internet. Exemplo disso foi a transmissão do filme "Cidade de Deus" na comunidade onde ocorreram as filmagens, a fim de oferecer aos próprios atores a possibilidade de assistirem ao longa. Destarte, evidencia-se a negligência estatal na democratização do cinema, visto que os referidos projetos são iniciativa de instituições privadas — aspecto abordado por Axel Honneth, o qual afirma ser dever do Estado a garantia do acesso às manifestações culturais, fato não verificado no país.

Urge, pois, que medidas sejam tomadas com o intuito de se coibir o problema discorrido. Ao Governo Federal, caberia a ampliação de ambientes comunitários de exibição de filmes no país, a fim de se democratizar o acesso ao cinema. Para isso, deveria haver não só a redução do valor dos ingressos nos cinemas já existentes, mas também a expansão de instalações que transmitiriam filmes gratuitamente em locais afastados dos centros urbanos. Desse modo, em consonância a um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, propostos pela ONU para 2030, o Brasil mobilizar-se-ia quanto à redução das desigualdades, tarefa imprescindível na edificação de um Estado democrático, de modo a romper com a marginalização das sociedades liminares, verificada desde os anos dourados.

Foto: Reprodução/Inep



"A terceira fase do Modernismo vigorou, no Brasil, durante o Período Liberal-Democrático, apresentando como uma de suas propostas artísticas a retratação das "Sociedades Liminares" – tradicionalmente excluídas do projeto cultural brasileiro – nas obras cinematográficas. Tal movimento, conhecido como "Cinema Novo", embora objetivasse a integração de povos historicamente invisibilizados, não obteve êxito na democratização do cinema no país, haja vista o não comparecimento daqueles aos cinemas da época. Esse panorama, ainda vigente na contemporaneidade, é atestado não só pelo crescente índice de pirataria nas artes visuais, como pela constante mobilização de ongs na exibição de filmes em ambientes desprovidos do acesso ao cinema.

Em primeira análise, constatam-se as amplas taxas de comercialização de filmes pirateados, sobretudo, nos centros urbanos. Essa problemática atenta, pois, para o descumprimento de um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual trata dos direitos autorais de produções artísticas, gravemente feridos pela comercialização de filmes reproduzidos ilegalmente. Entretanto, tal cenário nada mais é do que um reflexo do acesso restrito a tais conteúdos, em razão dos altos preços cobrados pelas sessões de cinema, induzindo, assim, os indivíduos menos favorecidos a optarem pela pirataria – menos onerosa e, portanto, mais adequada ao seu diminuto poder de compra.

Vale ressaltar, ainda, a realização, por instituições não governamentais, de projetos inclusivos que contam com sessões de filmes em ambientes comunitários não contemplados pelo acesso à tv ou à internet. Exemplo disso foi a transmissão do filme "Cidade de Deus" na comunidade onde ocorreram as filmagens, a fim de oferecer aos próprios atores a possibilidade de assistirem ao longa. Destarte, evidencia-se a negligência estatal na democratização do cinema, visto que os referidos projetos são iniciativa de instituições privadas – aspecto abordado por Axel Honneth, o qual afirma ser dever do Estado a garantia do acesso às manifestações culturais, fato não verificado no país.

Urge, pois, que medidas sejam tomadas com o intuito de se coibir o problema discorrido. Ao Governo Federal, caberia a ampliação de ambientes comunitários de exibição de filmes no país, a fim de se democratizar o acesso ao cinema. Para isso, deveria haver não só a redução do valor dos ingressos nos cinemas já existentes, mas também a expansão de instalações que transmitiriam filmes gratuitamente em locais afastados dos centros urbanos. Desse modo, em consonância a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela ONU para 2030, o Brasil mobilizar-se-ia quanto à redução das desigualdades, tarefa imprescindível na edificação de um Estado Democrático, de modo a romper com a marginalização das sociedades liminares, verificada desde os Anos Dourados."



Caio Henrique Alves Moreira

22 anos | Belo Horizonte - MG

Nome completo: CAIO HENRIQUE ALVES MOREIRA

NOME → C A I O H E N R I Q U E A L V E S M O R E I R A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Na passagem do século XX para o século XXI, o acesso ao cinema sofreu lamentáveis mudanças no contexto brasileiro: as salas de exibição, antes difusas em todo o território nacional, passaram a se concentrar somente em meios urbanos e economicamente favorecidos. Derivado do sistema econômico vigente, esse novo cenário priva inúmeros brasileiros do universo cinematográfico, evidenciando a vergonhosa disparidade socioeconômica do país e representando uma ameaça à cidadania dessa população. Dessarte, urge a adoção de estratégia para reverter esse panorama.

Nesse sentido, é fundamental compreender como a massificação da cultura, característica inerente ~~ao~~ ao capitalismo, contribui para a consolidação da problemática abordada. Para isso, é pertinente considerar a ideia de "indústria cultural", formulada pelos filósofos Adorno e ~~Hor~~ Horkheimer, a qual aborda a produção cultural como uma mercadoria destinada à comercialização em grande escala. Dessa forma, a disponibilidade de produções culturais para consumo, a exemplo do cinema, é inviabilizada em regiões economicamente desfavorecidas, visto que não representam um mercado expressivo. Assim, populações rurais ou periféricas são desrespeitadas quanto ao direito de acesso igualitário a informações e serviços, tornando evidente os efeitos da desigualdade social no que concerne à obtenção de direitos.

Outro importante aspecto a ser considerado é a relevância do acesso ao cinema para uma comunidade. É inegável a contribuição do setor no bem-estar social, na medida em que proporciona atividades de lazer e convívio. Além disso, conforme pesquisas realizadas no campo da psicanálise, conteúdos midiáticos como filmes são fundamentais para manter a integridade psíquica do cidadão, uma vez que proporcionam satisfações psicológicas aos anseios que a própria sociedade contemporânea, em função dos incessantes estímulos ao consumismo, naturalizam no indivíduo. Dessa forma, a ampliação do acesso ao universo cinematográfico é fundamental para a promoção de uma democracia plena.

Portanto, é necessária a atuação estatal para democratizar o acesso ao cinema. Para tanto, cabe ao Ministério da Cidadania elaborar uma diretriz de investimento voltada à difusão das salas de exibição cinematográfica em regiões carentes, a fim de proporcionar infraestrutura adequada para ~~realização de~~ fornecer a atividade. Isso pode ser feito a partir da construção de salas de cinema, ~~e~~ abertas ao público em geral e com transmissão de filmes periodicamente nessas comunidades, permitindo o acesso igualitário ao conteúdo, bem como a integração social efetiva.

Foto: Reprodução/Inep



"Na passagem do século XX para o século XXI, o acesso ao cinema sofreu lamentáveis mudanças no contexto brasileiro: as salas de exibição, antes difusas por todo o território nacional, passaram a se concentrar somente em meios urbanos e economicamente favorecidos. Derivado do sistema econômico vigente, esse novo cenário priva inúmeros brasileiros do universo cinematográfico, evidenciando a vergonhosa disparidade socioeconômica do país e representando uma ameaça à cidadania dessa população. Dessarte, urge a adoção de estratégia para reverter esse panorama.

Nesse sentido, é fundamental compreender como a massificação da cultura, característica inerente ao capitalismo, contribui para a consolidação da problemática abordada. Para isso, é pertinente considerar a ideia de "indústria cultural", formulada pelos filósofos Adorno e Horkheimer, a qual aborda a produção cultural como uma mercadoria destinada à comercialização em grande escala. Dessa forma, a disponibilidade de produções culturais para consumo, a exemplo do cinema, é inviabilizada em regiões economicamente desfavorecidas, visto que não representam um mercado expressivo. Assim, populações rurais ou periféricas são desrespeitadas quanto ao direito de acesso igualitário a informações e serviços, tornando evidente os efeitos da desigualdade social no que concerne à obtenção de direitos.

Outro importante aspecto a ser considerado é a relevância do acesso ao cinema para uma comunidade. É inegável a contribuição do setor no bem-estar social, na medida em que proporciona atividades de lazer e convívio. Além disso, conforme pesquisas realizadas no campo da psicanálise, conteúdos midiáticos como filmes são fundamentais para manter a integridade psíquica do cidadão, uma vez que proporcionam satisfações psicológicas aos anseios que a própria sociedade contemporânea, em função dos incessantes estímulos ao consumismo, naturaliza no indivíduo. Dessa forma, a ampliação do acesso ao universo cinematográfico é fundamental para a promoção de uma democracia plena.

Portanto, é necessária a atuação estatal para democratizar o acesso ao cinema. Para tanto, cabe ao Ministério da Cidadania elaborar uma diretriz de investimento voltada à difusão das salas de exibição cinematográfica em regiões carentes, a fim de proporcionar infraestrutura adequada para fornecer a atividade. Isso pode ser feito a partir da construção de salas de cinema abertas ao público em geral e com transmissão de filmes periodicamente nessas comunidades, permitindo o acesso igualitário ao conteúdo, bem como a integração social efetiva."



Carlos Eduardo Immig

18 anos | Estância Velha - RS | @carlinhosimmig

Nome completo: CARLOS EDUARDO IMMIG

NOME → C A R L O S E D U A R D O I M M I G

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Ao longo de toda a história brasileira, diversos entraves foram encontrados na tentativa de desenvolvimento da nação. Infelizmente, dentre eles, destaca-se, devido à sua recorrência na conjuntura hodierna, a difícil democratização do acesso ao cinema no Brasil. A partir de uma análise desse impasse, percebe-se que ele está vinculado não só à desigualdade regional – que é enorme no país –, mas também à ineficácia do Estado na solução desse infortúnio.

Em primeiro plano, é incontrovertível a grande concentração de investimentos em apenas algumas partes do Brasil, ao passo que em outras eles inexistem. Em 1808, ao chegar ao Rio de Janeiro, a família real, com o intuito de modernizar a cidade para seu próprio proveito, construiu muitos ambientes de difusão de cultura – como a Biblioteca Nacional –, além de fomentar a criação de infraestrutura para futuros projetos, como salas de cinema. No entanto, desde o século XIX, tais investimentos ocorreram apenas nos grandes centros populacionais do país, o que negligenciou locais menos favorecidos – como o Norte e o Nordeste – e ~~o que~~ faz com que, segundo dados do site "Meio e Mensagem", apenas cerca de 17% da população possa ir frequentemente ao cinema. Dessa forma, evidencia-se que a desigualdade regional, que existe desde o período colonial, é um dos fatores primordiais na elitização do acesso ao cinema, o que faz com que ele não seja democrático.

Ademais, é irrefutável a ineficiência das autoridades na ~~(...)~~ resolução desse problema, visto que ele persiste no contexto atual. De acordo com o filósofo e sociólogo iluminista, John Locke, esse fato configura uma quebra do contrato social, uma vez que, ao renegar o "Estado de Natureza" – momento em que o homem não é obrigado a seguir leis e tem total liberdade –, com o objetivo de ser governado pelo Estado, os cidadãos esperam que esse amenize as mazelas sociais e promova a igualdade de direitos a todos, o que não ocorre ~~(Desse modo, o contrato é diariamente)~~ atualmente no Brasil. Desse modo, o contrato é diariamente quebrado no país, posto que os habitantes de regiões mais carentes nem sequer têm acesso à cultura presente em salas de cinemas, o que, lamentavelmente, aumenta a desigualdade social e impede que todos tenham as mesmas oportunidades. Logo, é inegável que essa situação, que ocorre devido às disparidades regionais, apenas se intensifica, porquanto o Governo não age em prol da resolução dela.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que a democratização do acesso ao cinema no Brasil é árdua, é mister que medidas sejam implementadas para solucionar essa problemática. ~~(...)~~ Sendo assim, o Governo, por ser o responsável por esse impasse, deve, por meio da construção de ~~(salas de cinema)~~ cinemas em locais menos favorecidos, garantir o acesso de todos os cidadãos a esses ambientes culturais, com o fito de que todos os brasileiros possam ter, finalmente, iguais condições de usufruir dos filmes exibidos nas salas de cinemas. Isso, consequentemente, acarretará uma diminuição da desigualdade socioregional vigente no ~~(corpo)~~ território nacional e uma melhor qualidade de vida à população. Somente dessa maneira o Brasil poderá se desprender das amarras da colonização e progredir em direção a um futuro mais justo e ~~(humano)~~ mais humano.

Foto: Reprodução/Inep



"Ao longo de toda a história brasileira, diversos entraves foram encontrados na tentativa de desenvolvimento da nação. Infelizmente, dentre eles, destaca-se, devido à sua recorrência na conjuntura hodierna, a difícil democratização do acesso ao cinema no Brasil. A partir de uma análise desse impasse, percebe-se que ele está vinculado não só à desigualdade regional — que é enorme no país —, mas também à ineficácia do Estado na solução desse infortúnio.

Em primeiro plano, é incontrovertível a grande concentração de investimentos em apenas algumas partes do Brasil, ao passo que em outras eles inexistem. Em 1808, ao chegar ao Rio de Janeiro, a família real, com o intuito de modernizar a cidade para seu próprio proveito, construiu muitos ambientes de difusão de cultura — como a Biblioteca Nacional —, além de fomentar a criação de infraestrutura para futuros projetos, como salas de cinema. No entanto, desde o século XIX, tais investimentos ocorreram apenas nos grandes centros populacionais do país, o que negligenciou locais menos favorecidos — como o Norte e o Nordeste —, e fez com que, segundo dados do site "Meio e Mensagem", apenas cerca de 17% da população possa ir frequentemente ao cinema. Dessa forma, evidencia-se que a desigualdade regional, que existe desde o período colonial, é um dos fatores primordiais na elitização do acesso ao cinema, o que faz com que ele não seja democrático.

Ademais, é irrefutável a ineficiência das autoridades na resolução desse problema, visto que ele persiste no contexto atual. De acordo com o filósofo e sociólogo iluminista, John Locke, esse fato configura uma quebra do contrato social, uma vez que, ao revogar o "Estado de Natureza" — momento em que o homem não é obrigado a seguir leis e tem total liberdade —, com objetivo de ser governado pelo Estado, os cidadãos esperam que esse amenize as mazelas sociais e promova a igualdade de direitos a todos, o que não ocorre atualmente no Brasil. Desse modo, o contrato é diariamente quebrado no país, posto que os habitantes de regiões mais carentes nem sequer têm acesso à cultura presente em salas de cinemas, o que, lamentavelmente, aumenta a desigualdade social e impede que todos tenham as mesmas oportunidades. Logo, é inegável que essa situação, que ocorre devido às disparidades regionais, apenas intensifica, porquanto o governo não age em prol da resolução dela.

Portanto, partindo-se do pressuposto de que a democratização do acesso ao cinema no Brasil é árdua, é mister que medidas sejam implementadas para solucionar essa problemática. Sendo assim, o governo, por ser o responsável por esse impasse, deve, por meio da construção de cinemas em locais menos favorecidos, garantir o acesso de todos os cidadãos a esses ambientes culturais, com o fito de que todos os brasileiros possam ter, finalmente, iguais condições de usufruir dos filmes exibidos nas salas de cinemas. Isso, consequentemente, acarretará uma diminuição da desigualdade sociorregional vigente no território nacional e uma melhor qualidade de vida à população. Somente dessa maneira o Brasil poderá se desprender das amarras da colonização e progredir em direção ao futuro mais justo e mais humano."



Caroline Baptista

19 anos | Rio de Janeiro - RJ

Nome completo: CAROLINE BAPTISTA MACHADO

NOME → Caroline Baptista Machado

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A aquisição de novas tecnologias permitiu o desenvolvimento de diversos setores do Brasil, o que facilitou a obtenção de conhecimentos e conteúdos de forma rápida e prática. Contemporaneamente, o cinema é um dos setores do país que se expande ao longo dos anos, transmitindo informações aos diferentes públicos. Entretanto, o acesso ao cinema ocorre de modo desigual entre os indivíduos presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, essa diferença no acesso aos recursos cinematográficos persiste intensificada no país como subproduto da desigualdade entre as classes e regiões brasileiras e da alienação social diante desse panorama.

Em uma primeira perspectiva, a desigualdade histórica brasileira apresenta íntima relação com a existência desse cenário. Segundo o filósofo Jean Jacques Rousseau, em sua obra "Contrato Social", a desigualdade social surgiu com base na noção de propriedade privada e na disputa por poder e riquezas entre os indivíduos. Essa ideia encontra-se materializada no processo de formação histórica do Brasil, o qual foi marcado pela disputa por riquezas entre as regiões e grupos sociais, instaurando um cenário de desigualdade que dificulta o acesso ao cinema pelos grupos menos favorecidos financeiramente. Dessa forma, é indubitável que as disparidades existentes entre as regiões e classes dificultam a democratização do acesso ao cinema, uma vez que apenas as regiões desenvolvidas apresentarão os recursos financeiros necessários para fomentar a instalação de cinemas.

Em uma segunda análise, a alienação social contribui para a persistência da disparidade no acesso ao cinema. A filósofa alemã Hannah Arendt, em "Banalidade do mal", reflete sobre o resultado do processo de massificação da sociedade, o qual forma indivíduos incapazes de realizar julgamentos morais, tornando-se alienados e aceitando situações sem questionar. O pensamento da filósofa está relacionado ao contexto de alienação da sociedade brasileira, no qual os sujeitos sociais se calam diante das questões que prejudicam grupos menos favorecidos, desconsiderando a importância de determinados recursos, como o acesso ao cinema, para o cumprimento de direitos sociais. Nesse contexto, é essencial superar esses paradigmas que prejudicam diversos indivíduos.

Verifica-se, portanto, que a desigualdade, em paralelo à compactuação social, é um fator fundamental para a persistência desse panorama. A fim de ~~construir~~ formar uma sociedade justa e igualitária, o Poder Executivo Federal, além de superar desigualdades históricas, deve desenvolver projetos de governo que informem a sociedade sobre a importância de agirem para garantir a igualdade no acesso ao cinema. Essa medida deve ser realizada por meio de debates oferecidos por profissionais que estudam dados estatísticos sobre o problema, garantindo o conhecimento social. Com a realização dessa medida, será possível usufruir do avanço tecnológico de modo positivo para o país.

Foto: Reprodução/Inep



"A aquisição de novas tecnologias permitiu o desenvolvimento de diversos setores do Brasil, o que facilita a obtenção de conhecimentos e conteúdos de forma rápida e prática. Contemporaneamente, o cinema é um dos setores do país que se expande ao longo dos anos, transmitindo informações aos diferentes públicos. Entretanto, o acesso ao cinema ocorre de modo desigual entre os indivíduos presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, essa diferença no acesso aos recursos cinematográficos persiste interpenetrada no país como subproduto da desigualdade entre as classes e regiões brasileiras e da alienação social diante desse panorama.

Em uma primeira perspectiva, a desigualdade histórica brasileira apresenta íntima relação com a existência desse cenário. Segundo o filósofo Jean-Jacques Rousseau, em sua obra "Contrato Social", a desigualdade social surgiu com base na noção da propriedade privada e na disputa por poder e riquezas entre os indivíduos. Essa ideia encontra-se materializada no processo de formação histórica do Brasil, o qual foi marcado pela disputa por riquezas entre as regiões e grupos sociais, instaurando um cenário de desigualdade que dificulta o acesso ao cinema pelos grupos menos favorecidos financeiramente. Dessa forma, é indubitável que as disparidades existentes entre as regiões e classes dificultam a democratização do acesso ao cinema, uma vez que apenas as regiões desenvolvidas apresentarão os recursos financeiros necessários para comentar a instalação de cinemas.

Em uma segunda análise, a alienação social contribui para a persistência da disparidade no acesso ao cinema. A filósofa alemã Hannah Arendt, em "Banalidade do Mal", refletiu sobre o resultado do processo de massificação da sociedade, o qual forma os indivíduos incapazes de realizar julgamentos morais, tornando-se alienados e aceitando as situações sem questionar. O pensamento da filosofia está relacionado ao contexto de alienação da sociedade brasileira no qual os sujeitos sociais se calam diante das questões que prejudicam grupos menos favorecidos, desconsiderando a importância de determinados recursos, como acesso ao cinema, para o cumprimento de direitos sociais. Nesse contexto, é essencial superar esses paradigmas que prejudicam diversos indivíduos.

Verifica-se, portanto, que a desigualdade, em paralelo à compactação social, é um fator fundamental para a persistência desse panorama. A fim de formar uma sociedade justa e igualitária, o Poder Executivo Federal, além de superar desigualdades históricas, deve desenvolver projetos do governo que informem a sociedade sobre a importância de agir para garantir a igualdade no acesso ao cinema. Essa medida deve ser realizada por meio de debates oferecidos por profissionais que estudam dados estatísticos sobre o problema, garantindo o convencimento social. Com a realização dessa medida, será possível usufruir do avanço tecnológico de modo positivo para o país."



Damirys Machado Maciel

16 anos | Cabedelo - PB

Nome completo: DAMIRYS DE FATIMA MACHADO MACIEL

NOME → DAMIRYS DE FÁTIMA MACHADO MACIEL

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Na Antiguidade Clássica, a cidade de Atenas continha um espaço de participação e discussão coletiva limitado ao pequeno contingente de indivíduos considerados cidadãos na época: a Ágora. Assim também ocorre na conjuntura social brasileira: o cinema, veículo de importantes questões acerca do cotidiano da população, encontra-se fora do alcance de grande parcela do país, impedida de exercer seu papel de cidadão. Nesse sentido, a inércia governamental na estruturação de projetos de extensão do cinema a mais ambientes e a concentração do acesso ao universo cinematográfico nas áreas de ocupação das elites destacam-se na perpetuação do problema.

Em primeiro plano, é imprescindível verificar na negligência do Poder Público um entrave para a democratização do cinema aos brasileiros. Consoante ao pensamento do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, na medida em que o Estado isenta-se da garantia dos direitos do cidadão, há um descumprimento do contrato social elaborado junto à sociedade. Dessa maneira, essa insuficiência do aparato institucional no atendimento às demandas da nação não só contribui para o descaso com a coletividade, mas também transgride um ~~artigo~~ bem assegurado na Constituição: o acesso ao lazer.

Sob essa perspectiva, vale ressaltar ainda a segregação socioespacial que determina a abrangência da exibição de filmes em escala nacional. Nas palavras do jornalista Zuenir Ventura, esse processo promove a construção de uma "cidade partida", na qual os instrumentos que possibilitam o exercício da cidadania estão disponíveis apenas nos locais de maior renda da região. Desse modo, os indivíduos cujas condições financeiras restringem-nos de frequentar essas imediações são privados do pleno reconhecimento como cidadãos – tais quais os indivíduos proibidos de adentrar na Ágora ateniense.

Registra-se, portanto, a persistência de obstáculos estruturais no decorrer do procedimento de universalização do alcance ao cinema no Brasil. Diante disso, o Ministério da Cidadania, na figura das Secretarias Municipais, deve desenvolver um programa de democratização das plataformas de transmissão de filmes, por meio da ampliação da emissão do vale-cultura, a exemplo do modelo britânico, e da ~~cria-ção de~~ realização de exibições de obras cinematográficas nas comunidades menos favorecidas, com o intuito de preservar a extensão da prática cidadã. Permitir-se-á, por conseguinte, a abertura da Ágora moderna a todos os brasileiros.

Foto: Reprodução/Inep



"Na Antiguidade Clássica, a cidade de Atenas continha um espaço de participação e discussão coletiva limitada ao pequeno contingente de indivíduos considerados cidadãos na época: a Ágora. Assim também ocorre na conjuntura social brasileira: o cinema, veículo de importantes questões acerca do cotidiano da população, encontra-se fora do alcance de grande parcela do país, impedido de exercer seu papel de cidadã. Nesse sentido, a inércia governamental na estruturação de projetos de extensão do cinema a mais ambientes e a concentração do acesso ao universo cinematográfico nas áreas de ocupação das elites destacam-se na perpetuação do problema.

Em primeiro plano, é imprescindível verificar a negligência do Poder Público um entrave para a democratização dos cinemas brasileiros. Consoante ao pensamento do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau, na medida em que o Estado isenta-se da garantia dos direitos do cidadão, há um descumprimento do contrato social elaborado junto a sociedade. Dessa maneira, essa insuficiência do aparato institucional no atendimento às demandas da nação não só contribui para o descaso com a coletividade, mas também transgride um bem assegurado na Constituição: o acesso ao lazer.

Sob essa perspectiva, vale ressaltar ainda a segregação socioespacial que determina a abrangência da exibição de filmes em escala nacional. Nas palavras do jornalista Zuenir Ventura, esse processo promove a construção de uma "cidade partida", na qual os instrumentos que possibilitam o exercício da cidadania estão disponíveis apenas nos locais de maior renda da região. Desse modo, os indivíduos cujas condições financeiras restringem-nos de frequentar essas imediações são privados do plano reconhecimento como cidadãos — tais quais os indivíduos proibidos de entrar na Ágora ateniense.

Registra-se, portanto, a persistência de obstáculos estruturais no decorrer do procedimento de universalização do alcance ao cinema no Brasil. Diante disso, o Ministério da Cidadania, na figura das Secretarias Municipais, deve desenvolver um programa de democratização das plataformas de transmissão de filmes, por meio da ampliação da emissão de vales-cultura, a exemplo do modelo britânico, e da realização de exibições de obras cinematográficas nas comunidades menos favorecidas com o intuito de preservar a extensão da prática cidadã. Permitir-se-á, por conseguinte, a abertura da Ágora moderna a todos os brasileiros."



Daniel Gomes

25 anos | Fortaleza - CE

Nome completo: DANIEL DE SOUZA GOMES

NOME → D A N I E L DE S O U Z A G O M E S

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO por** erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

O filme "Cine Hollywood" narra a chegada da primeira sala de cinema na cidade de Crato, interior do Ceará. Na obra, os moradores do até então pacato vilarejo nordestino têm suas vidas modificadas pela modernidade que, naquele contexto, se traduzia na exibição de filmes. De maneira análoga à história fictícia, a questão da democratização do acesso ao cinema, no Brasil, ainda enfrenta problemas no que diz respeito à exclusão da parcela socialmente vulnerável da sociedade. Assim, é lícito afirmar que a postura do Estado em relação à cultura e a negligência de parte das empresas que trabalham com a "sétima arte" contribuem para a perpetuação desse cenário negativo.

Em primeiro plano, evidencia-se, por parte do Governo, a ausência de políticas públicas suficientemente efetivas para democratizar o acesso ao cinema no país. Essa lógica é comprovada pelo papel passivo que o Ministério da Cultura exerce na administração do Brasil. Instituído para ser um órgão que promova a aproximação de brasileiros a bens culturais, tal ministério ignora ações que poderiam, potencialmente, fomentar o contato de classes pouco privilegiadas ao mundo ~~cinematográfico~~ cinematográfico, como a distribuição de ingressos em instituições públicas de ensino básico e médio e passeios escolares a salas de cinema. Desse modo, o Estado atua como agente perpetuador do ~~pro~~ processo de exclusão da população mais pobre a esse tipo de entretenimento. Logo, é substancial a mudança desse quadro.

Outrossim, é imperativo ponderar que a negligência de empresas desse setor — como produtoras, distribuidoras de filmes e cinemas — também colabora para a dificuldade em democratizar o acesso ao cinema no país. Isso decorre, principalmente, da postura capitalista de grande parte do empresariado desse segmento, que prioriza os ganhos financeiros em detrimento do impacto cultural que o cinema pode exercer sobre uma comunidade. Nesse sentido, há, de fato, uma visão elitista advinda dos donos das salas de exibição, que muitas vezes precificam ingressos com valores acima do que classes populares podem pagar. Consequentemente, a população de baixa renda torna-se ~~impedida de frequentar~~ impossibilitada de frequentar esses espaços.

É necessário, portanto, que medidas sejam tomadas para democratizar o acesso ao cinema no Brasil. Posto isso, o Ministério da ~~Cultura~~ Cultura deve, por meio de um amplo debate entre Estado, sociedade civil e empresários do setor, lançar um Plano Nacional de Democratização ao Cinema no Brasil, a fim de fazer com que o maior número possível de brasileiros possa desfrutar do universo dos filmes. Tal plano deverá focar em destinar certo percentual de ingressos para pessoas de baixa renda e estudantes de escolas públicas. Ademais, o Governo Federal deve também, mediante oferecimento de incentivos fiscais, incentivar os cinemas a reduzirem o custo de seus ingressos. Dessa maneira, a situação vivenciada em "Cine Hollywood" poderá ser uma realidade na vida de mais brasileiros.

Foto: Reprodução/Inep



"O filme ''Cine Hollywood'' narra a chegada da primeira sala de cinema na cidade de Crato, interior do Ceará. Na obra, os moradores do até então vilarejo nordestino têm suas vidas modificadas pela modernidade que, naquele contexto, se traduzia na exibição de obras cinematográficas. De maneira análoga à história fictícia, a questão da democratização do acesso ao cinema, no Brasil, ainda enfrenta problemas no que diz respeito à exclusão da parcela socialmente vulnerável da sociedade. Assim, é lícito afirmar que a postura do Estado em relação à cultura e a negligência de parte das empresas que trabalham com a ''sétima arte'' contribuem para a perpetuação desse cenário negativo.

Em primeiro plano, evidencia-se, por parte do Estado, a ausência de políticas públicas suficientemente efetivas para democratizar o acesso ao cinema no país. Essa lógica é comprovada pelo papel passivo que o Ministério da Cultura exerce na administração do país. Instituído para ser um órgão que promova a aproximação de brasileiros a bens culturais, tal ministério ignora ações que poderiam, potencialmente, fomentar o contato de classes pouco privilegiadas ao mundo dos filmes, como a distribuição de ingressos em instituições públicas de ensino básico e passeios escolares a salas de cinema. Desse modo, o Governo atua como agente perpetuador do processo de exclusão da população mais pobre a esse tipo de entretenimento. Logo, é substancial a mudança desse quadro.

Outrossim, é imperativo pontuar que a negligência de empresas do setor – como produtoras, distribuidoras de filmes e cinemas – também colabora para a dificuldade em democratizar o acesso ao cinema no Brasil. Isso decorre, principalmente, da postura capitalista de grande parte do empresariado desse segmento, que prioriza os ganhos financeiros em detrimento do impacto cultural que o cinema pode exercer sobre uma comunidade. Nesse sentido, há, de fato, uma visão elitista advinda dos donos de salas de exibição, que muitas vezes precificam ingressos com valores acima do que classes populares podem pagar. Consequentemente, a população de baixa renda fica impedida de frequentar esses espaços.

É necessário, portanto, que medidas sejam tomadas para facilitar o acesso democrático ao cinema no país. Posto isso, o Ministério da Cultura deve, por meio de um amplo debate entre Estado, sociedade civil, Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e profissionais da área, lançar um Plano Nacional de Democratização ao Cinema no Brasil, a fim de fazer com que o maior número possível de brasileiros possa desfrutar do universo dos filmes. Tal plano deverá focar, principalmente, em destinar certo percentual de ingressos para pessoas de baixa renda e estudantes de escolas públicas. Ademais, o Governo Federal deve também, mediante oferecimento de incentivos fiscais, incentivar os cinemas a reduzirem o custo de seus ingressos. Dessa maneira, a situação vivenciada em ''Cine Hollywood'' poderá ser visualizada na realidade de mais brasileiros."



Eduarda Amorim

16 anos | Goiânia - GO

Nome completo: EDUARDA DUARTE MOTA AMORIM

NOME → E D U A R D A D U A R T E M O T A A M O R I M

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

Assinatura do Participante

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado todo escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Durante a primeira metade do século XX, as obras cinematográficas de Charlie Chaplin atuaram como fortes difusoras de informações e de ideologias contra a exploração e o autoritarismo no continente americano. No contexto atual, o cinema permanece como um importante veículo de conhecimento, mas, no Brasil, não há o acesso democrático a essa mídia em decorrência das disparidades socioeconômicas nas cidades, as quais fomentam a elitização dos ambientes de entretenimento, e da falta de investimento em exibições populares, as quais, muitas vezes, são realizadas em prédios precários e não são divulgadas. Portanto, é imperativo promover mecanismos eficientes de integração dos telespectadores para facilitar o contato com filmes, proeminentes na instrução dos cidadãos.

Tendo em vista a realidade supracitada, destaca-se a crescente discrepância entre as classes sociais nos grandes centros habitacionais, o que leva a modificações no espaço. Essa visão condiz com as ideias de Henri Lefebvre, uma vez que, para o sociólogo, o meio urbano ~~é um local de~~ é manifestação de conflitos, o que pode ser relacionado à evidente segregação socioespacial dos cinemas. Nesse viés, a concentração de salas de exibição em áreas nobres está vinculada às desigualdades sociais e configura a elitização do acesso aos filmes em locais públicos em função do encarecimento dos serviços ao longo dos anos. Dessa forma, para uma grande parte dos brasileiros, o entretenimento e o aprendizado por meio das obras cinematográficas, como visto no início do século XX, se tornam inviáveis, restringindo o contato com novas ideias e inibindo a mobilização da sociedade em prol de seus valores.

Além disso, a insuficiência de recursos destinados a exibições em teatros populares é um fator que dificulta a democratização do cinema no Brasil. Isso porque, apesar de Steve Jobs, um dos fundadores da empresa "Apple", ter corroborado com a ideia do mundo virtual como influenciador ao constatar que "a tecnologia move o mundo", as redes sociais não são utilizadas pelos órgãos públicos para divulgar apresentações cinematográficas nos centros culturais, presentes em diversas regiões do país. Aliado à falta de visibilidade, a precariedade infraestrutural dos prédios onde tais eventos ocorrem reduz a qualidade da experiência e desencoraja muitos de frequentarem os locais, apesar dos menores preços. Assim, torna-se clara a necessidade de investimentos para garantir o contato com os filmes, essenciais para a instrução e para a integração dos indivíduos.

Desse modo, é imprescindível democratizar o acesso ao cinema no Brasil. Para isso, cabe às prefeituras disponibilizar a experiência cinematográfica à população urbana menos privilegiada, por meio de eventos de exibição em áreas periféricas — os quais devem fornecer programações internacionais e nacionais e custos reduzidos —, com o intuito de evitar o processo de elitização cultural em virtude de disparidades socioeconômicas. Ademais, compete ao Ministério da Cidadania ~~#~~ promover a visibilidade dos centros culturais nas redes sociais e investir em reformas periódicas, a fim de assegurar a manutenção dos locais. Com essas medidas, assim como na época de Charlie Chaplin, a sociedade terá o maior contato com as novas ideias e as informações do mundo contemporâneo.

Foto: Reprodução/Inep



"Durante a primeira metade do século XX, as obras cinematográficas de Charlie Chaplin atuaram como fortes difusores de informações e de ideologias contra a exploração e o autoritarismo no continente americano. No contexto atual, o cinema permanece como um importante veículo de conhecimento, mas. No Brasil, não há o acesso democrático a essa mídia em decorrência das disparidades socioeconômicas nas cidades, as quais fomentam a elitização dos ambientes de entretenimento, e da falta de investimentos em exibições populares, as quais, muitas vezes, são realizadas em prédios precários e não são divulgadas. Portanto, é imperativo promover mecanismos eficientes de integração dos telespectadores para facilitar o contato com filmes, proeminentes na introdução dos cidadãos.

Tendo em vista a realidade supracitada, destaca-se a crescente discrepância entre as classes sociais nos grandes centros habitacionais, o que leva a modificações no espaço. Essa visão condiz com as ideias de Henri Lefebvre, uma vez que, para o sociólogo, o meio urbano é a manifestação de conflitos, o que pode ser relacionado à evidente segregação socioespacial dos cinemas. Nesse viés, a concentração de salas de exibição em áreas nobres está vinculada às desigualdades sociais e configura a elitização do acesso aos filmes em locais públicos em função do encarecimento dos serviços ao longo dos anos. Dessa forma, para uma grande parte dos brasileiros, o entretenimento e o aprendizado por meio das obras cinematográficas, como visto no início do século XX, se tornam inviáveis, restringindo o contato com novos ideais e inibindo a mobilização da sociedade em prol de seus valores.

Além disso, a insuficiência de recursos destinados a exibições em teatros populares é um fator que dificulta a democratização do cinema no Brasil. Isso porque, apesar de Steve Jobs, um dos fundadores da empresa "Apple", ter corroborado com a ideia do mundo virtual como influenciador ao constatar que a "tecnologia move o mundo", as redes sociais não são utilizadas pelos órgãos públicos para divulgar apresentações cinematográficas nos centros culturais, presentes em diversas regiões do país. Aliada à falta de visibilidade, a precariedade infraestrutural dos prédios onde tais eventos ocorrem reduz a qualidade de experiência e desencoraja muitos de frequentarem os locais, apesar dos menores preços. Assim, torna-se clara a necessidade de investimentos par garantir o contato com os filmes, essenciais para a instrução e para a integração dos indivíduos.

Desse modo, é imprescindível democratizar o acesso ao cinema no Brasil. Para isso, cabe às prefeituras disponibilizar a experiência cinematográfica à população urbana menos privilegiada, por meio de eventos de exibição em áreas periféricas – os quais devem fornecer programações internacionais e nacionais a custos reduzidos -, com o intuito de evitar o processo de elitização cultural em virtude de disparidades socioeconômicas. Ademais, compete ao Ministério da Cidadania promover a visibilidade dos centros culturais nas redes sociais e investir em reformas periódicas, a fim de assegurar a manutenção dos locais. Com essas medidas, assim como na época de Charlie Chaplin, a sociedade terá o maior contato com as novas ideias e as informações do mundo contemporâneo."



Emmanuelle Gomes de Faria

18 anos | Belo Horizonte - MG | @manufariag

Nome completo: EMMANUELLE GOMES DE FARIA

NOME → E M M A N U E L L E G O M E S D E F A R I A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

No Artigo 215° da Constituição Federal Brasileira de 1988, é garantido a todos os cidadãos o acesso à cultura, afirmando a importância desse direito aos indivíduos. As práticas culturais existentes no Brasil, atualmente, são diversas, como as exibições de arte em museus, as peças teatrais e os filmes reproduzidos nos cinemas. No entanto, há uma clara falta de democratização desses espaços, sobretudo naqueles que disponibilizam obras cinematográficas, pela falta de pessoas provenientes de classes sociais baixas frequentadoras desses locais, fortalecendo, portanto, a elitização ~~dos~~ da arte e dos produtos culturais. Sendo assim, é perceptível a importância de se discutir essa temática que demanda medidas eficazes nos âmbitos sociais e econômicos.

Em primeira análise, o cinema é um importante canal de promoção da cultura e da educação, por exibir diversas visões ideológicas ~~que~~ que ultrapassam as barreiras conteudistas impostas pelas instituições tradicionais e formais de ensino. Segundo o filósofo John Locke, os seres humanos nascem como folhas ~~em~~ em branco e, ao longo de suas vidas, vão moldando-se e formando suas personalidades a partir de suas experiências. Dessa forma, é possível relacionar a relevância do senso crítico promovido pelos filmes no cinema e a formação mais abrangente dos indivíduos sociais. Em suma, o acesso a esses locais por todos os cidadãos é fundamental para a construção de uma comunidade diversa, engajada e ativa.

Em segunda análise, no entanto, a garantia do direito ~~por~~ prevista na Constituição citada anteriormente, sobre o acesso da população a espaços culturais, como o cinema, não é, de fato, concretizada no Brasil. Segundo o escritor Gilberto Dimenstein, em sua obra "O Cidadão de Papel", ~~a garantia dos direitos se~~ nem sempre as leis presentes nos documentos oficiais nacionais são cumpridas, desencadeando uma realidade em que os indivíduos são reconhecidos e amparados pelo Estado ~~apenas~~ apenas no papel. Esse cenário é presente no Brasil pois não há a democratização de eventos cinematográficos, pois estes ocorrem em espaços elitizados, como shoppings, e com preços inacessíveis à comunidade de baixa renda. Dessa maneira, apenas parte dos cidadãos conseguem chegar nesses locais e usufruir dos produtos culturais oferecidos, gerando um quadro de segregação desses espaços e da arte promovida por eles.

Tendo em vista a problemática supracitada, medidas são necessárias para resolvê-la. Portanto, cabe ao Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar o senso crítico ao democratizar o acesso à cultura, promover sessões de cinema gratuitas em locais públicos, como em praças, em parques e em centros culturais. Essa iniciativa deve ser realizada por meio do auxílio de empresas privadas ~~relacionadas~~ relacionadas a artes visuais, que devem oferecer todo o aparato necessário. Dessa forma, ocorrerá a aproximação da arte cinematográfica com o público diverso e a garantia do Artigo 215° será efetivada.

Foto: Reprodução/Inep



"No Artigo 215° da Constituição Federal Brasileira de 1988, é garantido a todos os cidadãos o acesso à cultura, afirmando a importância desse direito aos indivíduos. As práticas culturais existentes no Brasil, atualmente, são diversas, como as exibições de arte em museus, as peças teatrais e os filmes reproduzidos nos cinemas. No entanto, há uma clara falta de democratização desses espaços, sobretudo naqueles que disponibilizam obras cinematográficas, pela falta de pessoas provenientes de classes sociais baixas frequentadoras desses locais, fortalecendo, portanto, a elitização da arte e dos produtos culturais. Sendo assim, é perceptível a importância de se discutir essa temática, que demanda medidas eficazes nos âmbitos sociais e econômicos.

Em primeira análise, o cinema é um importante canal de promoção da cultura e da educação, por exibir diversas visões ideológicas que ultrapassam as barreiras conteudistas impostas pelas instituições tradicionais e formais de ensino. Segundo o filósofo John Locke, os seres humanos nascem como folhas em branco e, ao longo de suas vidas, vão moldando-se e formando suas personalidades a partir de suas experiências. Dessa forma, é possível relacionar a relevância do senso crítico promovido pelos filmes no cinema e a formação mais abrangente dos indivíduos sociais. Em suma, o acesso a esses locais por todos os cidadãos é fundamental para a construção de uma comunidade diversa, engajada e ativa.

Em segunda análise, no entanto, a garantia do direito previsto na Constituição citada anteriormente, sobre o acesso da população a espaços culturais, como o cinema, não é, de fato, concebida no Brasil. Segundo o escritor Gilberto Dimenstein, em sua obra "O Cidadão de Papel", nem sempre as leis presentes nos documentos oficiais nacionais são cumpridas, desencadeando uma realidade em que os indivíduos são reconhecidos e amparados pelo Estado apenas no papel. Esse cenário é presente no Brasil pois não há a democratização de eventos cinematográficos, pois estes ocorrem em espaços elitizados, como shoppings, e com preços inacessíveis à comunidade de baixa renda. Dessa maneira, apenas parte dos cidadãos conseguem chegar nesses locais e usufruir dos produtos culturais oferecidos, gerando um quadro de segregação desses espaços e da arte promovida por eles. Tendo em vista a problemática supracitada, medidas são necessárias para resolvê-la.

Portanto, cabe ao Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar o senso crítico ao democratizar o acesso à cultura, promover sessões de cinema gratuitas em locais públicos, como em praças, em parques e em centros culturais. Essa iniciativa deve ser realizada por meio do auxílio de empresas privadas relacionado a artes visuais, que devem oferecer todo o aparato necessário. Dessa forma, ocorrerá a aproximação da arte cinematográfica com o público diverso e a garantia do Artigo 215° será efetivada."



Gabriel de Lima

20 anos | Rio de Janeiro - RJ | @gabrdelima

Nome completo: GABRIEL DE LIMA

O longa-metragem nacional "Na Quebrada" revela histórias reais de jovens da periferia de São Paulo, os quais, inseridos em um cenário de violência e pobreza, encontram no cinema uma nova perspectiva de vida. Na narrativa, evidencia-se o papel transformador da cultura por intermédio do Instituto Criar, que promove o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos alunos por meio da sétima arte. Apresentando-se como um retrato social, tal obra, contudo, ainda representa a história de parte minoritária da população, haja vista o defectivo e excludente acesso ao cinema no Brasil, restrito às classes mais favorecidas. Todavia, para que haja uma reversão do quadro, faz-se necessário analisar as causas empresariais e educacionais que contribuem para a continuidade da problemática em território nacional.

Deve-se destacar, primeiramente, o distanciamento entre as periferias e os cinemas de consumo de arte. Por esse viés, os filósofos Adorno e Horkheimer, em seus estudos sobre a "Indústria Cultural", afirmaram que a arte, na era moderna, tornou-se objeto industrial feito para ser comercializado, tendo finalidades prioritariamente lucrativas. Sob esse prisma, empresas fornecedoras de filmes concentram sua atuação nas grandes metrópoles urbanas, regiões onde prevalece a população de maior poder aquisitivo, que se mostra mais disposta a pagar maior valor pelas exibições. Em prática, no entanto, fomenta uma tendência segregatória que afasta o cinema das camadas menos abastadas, contribuindo para a dificuldade na democratização do acesso a essa forma de expressão e de identidade cultural no Brasil.

Ademais, uma análise dos métodos da educação nacional é necessária. Nesse sentido, observa-se uma insuficiência de conteúdos relativos à aproximação dos estudantes com a cultura desde os primeiros anos escolares, fruto de uma educação tecnicista e pouco voltada para a formação cidadã do aluno. Dessa forma, com aulas voltadas para a memorização teórica, o sistema educacional vigente pouco estimula o contato do estudante com as diversas formas de expressão cultural e artística, como o cinema, negligenciando, também, o seu potencial didático, notável pela sua inerente natureza estimulante. Tal cenário reforça a ideia da teórica Vera Maria Candau, que afirma que o sistema educacional atual está preso nos moldes do século XIX e não oferece propostas significativas para as inquietudes hodiernas. Assim, com a carência de um ensino que desperte o interesse dos alunos pelo cinema, a escola contribui para um distanciamento desses indivíduos em relação ao cinema, o que constitui um entrave para que eles, durante a vida, tornem-se espectadores ativos das produções cinematográficas brasileiras e internacionais.

É evidente, portanto, que a dificuldade na democratização do acesso ao cinema no Brasil é suportada por causas empresariais e educacionais. Logo, é necessário que a Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania torne tais obras mais abrangentes ao corpo social. Para isso, ela deve estabelecer parcerias público-privadas com empresas exibidoras de filmes, beneficiando com isenções fiscais aquelas que provarem, por meio de relatórios semestrais, a expansão de suas exibições a preços populares para regiões fora dos centros urbanos, de forma que, com maior oferta a um maior número de pessoas, os indivíduos possam efetivar seu uso para o lazer e para o engrandecimento cultural. Paralelamente, o Ministério da Educação deve levar o tema às escolas públicas e privadas. Isso deve ocorrer por meio da substituição de parte da carga teórica da Base Nacional Comum Curricular por projetos interdisciplinares que envolvam exibição de filmes conjugados como prática pedagógica e visitas aos cinemas da região da escola, para que se desperte o interesse do aluno pelo tema ao mesmo tempo em que se desenvolve sua consciência cultural e cidadã. Nesse contexto, poderá-se expandir a ação transformadora da sétima arte retratada em "Na Quebrada", criando um legado duradouro de acesso à cultura e de desenvolvimento social em território nacional.

Foto: Reprodução/Inep



"O longa-metragem nacional "Na Quebrada" revela histórias reais de jovens da periferia de São Paulo, os quais, inseridos em um cenário de violência e pobreza, encontram no cinema uma nova perspectiva de vida. Na narrativa, evidencia-se o papel transformador da cultura por intermédio do Instituto Criar, que promove o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos alunos por meio da sétima arte. Apresentando-se como um retrato social, tal obra, contudo, ainda representa a história de parte minoritária da população, haja vista o deficitário e excludente acesso ao cinema no Brasil, sobretudo às classes menos favorecidas. Todavia, para que haja uma reversão do quadro, faz-se necessário analisar as causas empresariais e educacionais que contribuem para a continuidade da problemática em território nacional.

Deve-se destacar, primeiramente, o distanciamento entre as periferias e as áreas de consumo de arte. Acerca disso, os filósofos Adorno e Horkheimer, em seus estudos sobre a "Indústria Cultural", afirmaram que a arte, na era moderna, tornou-se objeto industrial feito para ser comercializado, tendo finalidades prioritariamente lucrativas. Sob esse prisma, empresas fornecedoras de filmes concentram sua atuação nas grandes metrópoles urbanas, regiões onde prevalece a população de maior poder aquisitivo, que se mostra mais disposta a pagar maior valor pelas exibições. Essa prática, no entanto, fomenta uma tendência segregatória que afasta o cinema das camadas menos abastadas, contribuindo para a dificuldade na democratização do acesso a essa forma de expressão e de identidade cultural no Brasil.

Ademais, uma análise dos métodos da educação nacional é necessária. Nesse sentido, observa-se uma insuficiência de conteúdos relativos à aproximação do indivíduo com a cultura desde os primeiros anos escolares, fruto de uma educação tecnicista e pouco voltada para a formação cidadã do aluno. Dessa forma, com aulas voltadas para memorização teórica, o sistema educacional vigente pouco estimula o contato do estudante com as diversas formas de expressão cultural e artística, como o cinema, negligenciando, também, o seu potencial didático, notável pela sua inerente natureza estimulante. Tal cenário reforça a ideia da teórica Vera Maria Candau, que afirma que o sistema educacional atual está preso nos moldes do século XIX e não oferece propostas significativas para as inquietudes hodiernas. Assim, com a carência de um ensino que desperte o interesse dos alunos pelo cinema, a escola contribui para um afastamento desses indivíduos em relação ao cinema, o que constitui um entrave para que eles, durante a vida, tornem-se espectadores ativos das produções cinematográficas brasileiras e internacionais.

É evidente, portanto, que a dificuldade na democratização do acesso ao cinema no Brasil é agravada por causas corporativas e educacionais. Logo, é necessário que a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania torne tais obras mais alcançáveis ao corpo social. Para isso, ela deve estabelecer parcerias público-privadas com empresas exibidoras de filmes, beneficiando com isenções fiscais aquelas que provarem, por meio de relatórios semestrais, a expansão de seus serviços a preços populares para regiões fora dos centros urbanos, de forma que, com maior oferta a um maior número de pessoas, os indivíduos possam efetivar o seu uso para o lazer e para o seu engrandecimento cultural. Paralelamente, o Ministério da Educação deve levar o tema às escolas públicas e privadas. Isso deve ocorrer por meio da substituição de parte da carga teórica da Base Nacional Comum Curricular por projetos interdisciplinares que envolvam exibição de filmes condizentes com a prática pedagógica e visitas aos cinemas da região da escola, para que se desperte o interesse do aluno pelo tema ao mesmo tempo em que se desenvolve sua consciência cultural e cidadã. Nesse contexto, poder-se-á expandir a ação transformadora da sétima arte retratada em "Na Quebrada", criando um legado duradouro de acesso à cultura e de desenvolvimento social em território nacional."



Gabriel Melo

17 anos | Natal - RN | @gabrielm06_

Nome completo: GABRIEL MELO CALDAS NOGUEIRA

NOME → G A B R I E L M E L O C A L D A S N O G U E I R A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas, de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil — país rico em expressões culturais que podem dialogar com esse modelo artístico —, por razões que dizem respeito tanto à sociedade quanto às leis.

Em primeiro lugar, é válido frisar que o cinema dialoga com uma elementar necessidade social e, consequentemente, não pode ser deixado em segundo plano. Para entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro "Homo Ludens", ratifica a constante busca humana pelo prazer lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar. É exatamente nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico, uma vez que ele, ao possibilitar a interação de vários indivíduos na contemplação do espetáculo, faz com que a plateia participe das histórias, de forma a compartilhar experiências e vivências — o que representa o fator lúdico mencionado pelo pensador. É perceptível, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade.

Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que demonstram a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas — dentre elas, o cinema —, uma vez que elas estão restritas a poucos municípios brasileiros. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que pergunta Dante Alighieri, em "A divina comédia": "as leis existem, mas quem as aplica?". Esse cenário, certamente, configura-se como desagradável e não pode ser negligenciado.

Por fim, caminhos devem ser elucidados para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, levando-se em consideração as questões sociais e legislativas abordadas. Sendo assim, cabe ao Governo Federal — órgão responsável pelo bem-estar e lazer da população — elaborar um plano nacional de incentivo à prática cinematográfica, de modo a instituir ações como a criação de semanas culturais, bem como o desenvolvimento de atividades artísticas públicas. Isso pode ser feito por meio de uma associação entre prefeituras, governadores e setores federais — já que o fenômeno envolve todos esses âmbitos administrativos —, os quais devem executar periódicos eventos, ancorados por atores e diretores, que visem exibir filmes gratuitos para a comunidade civil. Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística.

Foto: Reprodução/Inep



"Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas, de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil – país rico em expressões culturais que podem dialogar com esse modelo artístico –, por razões que dizem respeito tanto à sociedade quanto às leis.

Em primeiro lugar, é válido frisar o cinema dialoga com uma elementar necessidade social e, consequentemente, não pode ser deixado em segundo plano. Para entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro "Homo Ludens", ratifica a constante busca humana pelo prazer lúdico. É exatamente nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico, uma vez que ele, ao possibilitar a interação de vários indivíduos na contemplação do espetáculo, faz com que a plateia participe das histórias, de modo a compartilhar experiências e vivências. É perceptível, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística , capaz de garantir a coesão da comunidade.

Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que demonstram a lamentável distribuição das práticas artísticas –dentre elas, o cinema--, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que já propunha Dante Alighiere, em "A Divina Comédia": "As leis existem, mas quem as aplica?". Esse cenário, certamente, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado.

Por fim, caminhos devem ser elucidados para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, levando-se em consideração as questões sociais e legislativas abordadas. Sendo assim, cabe ao Governo Federal – órgão responsável pelo bem-estar e lazer da população – elaborar um plano nacional de incentivo à prática cinematográfica, de modo a instituir ações como a criação de semanas culturais nacionais, bem como o desenvolvimento de atividades artísticas públicas. Isso pode ser feito por meio de uma associação entre prefeituras, governadores e setores federais —já que o fenômeno envolve todos esses âmbitos administrativos—,os quais devem executar periódicos eventos, ancorados por atores e diretores, que visem exibir filmes gratuitos para a comunidade civil.Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística."



Gabriel Merli

18 anos | São Caetano do Sul - SP | @gabmerli

Nome completo: GABRIEL MERLI

NOME → GABRIEL MERLI

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Na obra "A Invenção de Hugo Cabret, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Mélies, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto. No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população. Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.

Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo o território brasileiro. O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental — seja no âmbito fiscal ou de investimento — ~~para~~ à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano. Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.

Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. Isso se deve ao fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento. Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.

Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado. A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais. Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, consequentemente aumentando a concorrência. Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes.

Foto: Reprodução/Inep



"Na obra "A Invenção de Hugo Cabret", é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Mélies, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto. No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população. Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.

Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro. O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental — seja no âmbito fiscal ou de investimento — à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano. Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.

Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. Isso se deve ao fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento. Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.

Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado. A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais. Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, consequentemente aumentando a concorrência. Com essas medidas, o cinemas será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes."

Gabriela Alencar

19 anos | Brasília - DF | @_gabinaredacao

Nome completo: GABRIELA LOPES ALENCAR

NOME → G A B R I E L A L O P E S A L E N C A R

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

No século XX, a Escola de Frankfurt se aplicou sobre o estudo das tecnologias na disseminação da cultura. Sob esse viés, esperava-se que as massas tivessem um acesso mais democrático aos bens culturais, dada a ampla presença do meio técnico-informacional entre a população. No Brasil, contudo, tal expectativa não se efetivou, haja vista as dificuldades relativas à democratização do acesso ao cinema, demandando a intervenção governamental acerca dessa problemática. Ademais, é preciso entender a importância do cinema no contexto da plena cidadania, bem como a razão de o consumo desse bem não ser totalmente inclusivo.

A princípio, nota-se o papel significativo do cinema na vida dos cidadãos, pois essa modalidade artística, enquanto representação da realidade, serve para formar o pensamento crítico dos indivíduos. Nesse sentido, o Cinema Novo exemplifica bem tal perspectiva, uma vez que denunciava as mazelas sociais das décadas de 1960 e 1970, impulsionando o engajamento dos brasileiros em prol da liberdade de expressão e da garantia de seus direitos. Assim, constata-se que esse bem cultural é demasiadamente importante para fomentar a cidadania por meio do diálogo entre a arte e a sociedade, evidenciando a premência de ser democratizado.

Simultaneamente, percebe-se que o acesso ao cinema, no Brasil, vai ao encontro das desigualdades socioespaciais típicas do país. Isso porque as regiões Sul e Sudeste têm sido privilegiadas em detrimento das outras desde o período colonial, porquanto os ciclos desenvolvimentistas, como o da cana-de-açúcar, o do ouro e o do café, favoreceram a concentração de riquezas e, portanto, de infraestrutura. Consequentemente, a oferta de lazer também é desigual, o que exclui as populações já marginalizadas historicamente da disseminação cultural através do cinema.

Diante do exposto, fica clara a necessidade de democratizar o acesso a esse bem cultural devido aos seus benefícios para a sociedade brasileira. Para tanto, o Ministério da Cidadania, responsável pela promoção da cultura, deve ampliar as ações de democratização do cinema em parceria com os governos estaduais e os municipais. Isso será feito mediante um pacote de ações a serem incluídas na Lei Plurianual, a saber: destinação de recursos de forma mais igualitária para todas as regiões, com foco na infraestrutura de lazer, como cinemas rotativos e em ~~os~~ espaços públicos - parques, por exemplo - a fim de fugir da conjuntura elitista dos cinemas em "shoppings", além da redução de impostos sobre a distribuição de filmes, com vistas a tornar o acesso a esses bens mais barato para a população em geral, cumprindo, assim, a premissa da Escola de Frankfurt quanto à disseminação cultural.

Foto: Reprodução/Inep



"No século XX, a Escola de Frankfurt se aplicou sobre o estudo das tecnologias na disseminação da cultura. Sob esse viés, esperava-se que as massas tivessem um acesso mais democrático aos bens culturais, dada a ampla presença do meio técnico-informacional entre a população. No Brasil, contudo, tal expectativa não se efetivou, haja vista as dificuldades relativas à democratização do acesso ao cinema, demandando a intervenção governamental acerca dessa problemática. Ademais, é preciso entender a importância do cinema no contexto da plena cidadania, bem como a razão de o consumo desse bem não ser totalmente inclusivo.

A princípio, nota-se o papel significativo do cinema na vida dos cidadãos, pois essa modalidade artística, enquanto representação da realidade, serve para formar o pensamento crítico dos indivíduos. Nesse sentido, o Cinema Novo exemplifica bem tal perspectiva, uma vez que denunciava as mazelas sociais das décadas de 1960 e 1970, impulsionando o engajamento dos brasileiros em prol da liberdade de expressão e da garantia de seus direitos. Assim, constata-se que esse bem cultural é demasiadamente importante para fomentar a cidadania por meio do diálogo entre a arte e a sociedade, evidenciando a premência de ser democratizado.

Simultaneamente, percebe-se que o acesso ao cinema, no Brasil, vai ao encontro das desigualdades socioespaciais típicas do país. Isso porque as regiões Sul e Sudeste têm sido privilegiadas em detrimento das outras desde o período colonial, porquanto os ciclos desenvolvimentistas, como o da cana-de-açúcar, o do ouro e o do café, favoreceram a concentração de riquezas e, portanto, de infraestrutura. Consequentemente, a oferta de lazer também é desigual, o que exclui as populações já marginalizadas historicamente da disseminação cultural através do cinema.

Diante do exposto, fica clara a necessidade de democratizar o acesso a esse bem cultural devido aos seus benefícios para a sociedade brasileira. Para tanto, o Ministério da Cidadania, responsável pela promoção da cultura, deve ampliar as ações de democratização do cinema em parceria com os governos estaduais e os municipais. Isso será feito mediante um pacote de ações a serem incluídas na Lei Plurianual, a saber: destinação de recursos de forma mais igualitária para todas as regiões, com foco na infraestrutura de lazer, como cinemas rotativos e em espaços públicos - parques, por exemplo - a fim de fugir da conjuntura elitista dos cinemas em "shoppings", além da redução de impostos sobre a distribuição de filmes, com vistas a tornar o acesso a esses bens mais barato para a população em geral, cumprindo, assim, a premissa da Escola de Frankfurt quanto à disseminação cultural."



Guilherme Mendes Vaz

25 anos | Novo Hamburgo - RS | @mvguilherm

Nome completo: GUILHERME MENDES VAZ

NOME → G U I L H E R M E M E N D E S V A Z

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

De acordo com Cláudio Mazzili, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vivemos em uma sociedade classista e hierarquizada em função do capital, na qual se instaura a lógica da discriminação e não a desejada inclusão social. Esse pensamento permite estabelecer um paralelo com a precária democratização do acesso ao cinema no Brasil, uma vez que essa importante ponte cultural está, majoritariamente, concentrada em zonas de alto poder aquisitivo. Entretanto, se usada de forma a auxiliar na democratização cultural - principalmente nas zonas periféricas -, o cinema pode ser uma importante ferramenta no avanço educacional do país.

Deve-se pontuar, de início, que o Brasil é, infelizmente, um país estratificado e desigual. Desde a sua gênese (considerando-se a perspectiva ibérica), a América foi pensada como uma colônia de exploração, na qual a educação não só era desestimulada, como era proibida. É dentro desse contexto exploratório que se estruturou a sociedade brasileira, a qual tem - como uma das consequências "modernas" - a gentrificação, isto é, o afastamento dos indivíduos com baixo poder aquisitivo dos grandes centros urbanos, o que os deixa ainda mais distantes da infraestrutura social destinada à educação, à cultura e ao entretenimento educativo. Ora, percebe-se, portanto, que essas áreas privilegiadas com acesso à cultura - como o cinema - são de exclusividade daqueles que têm altas rendas. Em contrapartida, nas periferias, nas zonas rurais e nas áreas menos valorizadas a democratização do acesso ao cinema é praticamente nula, o que agrava a situação de vulnerabilidade social desses cidadãos.

Contudo, a democratização do acesso ao cinema - se feita de modo a beneficiar os menos favorecidos, os quais representam a maior parte da população - é uma importante ferramenta na desconstrução das amarras coloniais, e, posteriormente, em uma reformulação educacional que vise ao acesso democrático à cultura para todo cidadão brasileiro. Tomemos como exemplo uma situação hipotética na qual um ~~er~~ sujeito que reside na periferia tem, todas as noites, a possibilidade de interagir com a comunidade e de adquirir conhecimento por meio de um cinema ao ar livre, o qual traz como conteúdo filmes, documentários e palestras. Torna-se evidente que esse indivíduo, além de ter acesso à cultura, terá uma forma de entretenimento que o beneficiará tanto individualmente quanto socialmente, visto que o conhecimento será útil em todas as áreas da sua vida.

Portanto, conclui-se que a precária democratização do acesso ao cinema no Brasil está intrinsecamente ligada às heranças coloniais. Entretanto, medidas educacionais podem ser tomadas para reverter esse cenário. Posto isso, cabe ao Ministério da Educação, responsável pelo desenvolvimento educacional do país, criar um projeto de instalação cinematográfica ao ar livre nas regiões periféricas, as quais apresentarão programação cultural - como filmes e documentários -, por meio de verbas provenientes da contribuição pública, para que essa sociedade classista, como evidenciado por Mazzili, seja transformada em uma comunidade democrática e educacionalmente homogênea.

Foto: Reprodução/Inep



"De acordo com Cláudio Mazzili, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vivemos em uma sociedade classista e hierarquizada em função do capital, na qual se instaura a lógica da discriminação e não a desejada inclusão social. Esse pensamento permite estabelecer um paralelo com a precária democratização do acesso ao cinema no Brasil, uma vez que essa importante fonte cultural está, majoritariamente, concentrada em zonas de alto poder aquisitivo. Entretanto, se usada de forma a auxiliar na democratização cultural — principalmente nas zonas periféricas —, o cinema pode ser uma importante ferramenta no avanço educacional do país.

Deve-se pontuar, de início, que o Brasil é, infelizmente, um país estratificado e desigual. Desde a sua gênese (considerando-se a perspectiva ibérica), a América foi pensada como uma colônia de exploração, na qual a educação não só era desestimulada, como era proibida. É dentro desse contexto exploratório que se estruturou a sociedade brasileira, a qual tem — como uma das consequências “modernas” — a gentrificação, isto é, o afastamento dos indivíduos com baixo poder aquisitivo dos grandes centros urbanos, o que os deixa ainda mais distantes da infraestrutura social destina à educação, à cultura e ao entretenimento educativo. Ora, percebe-se, portanto, que essas áreas privilegiadas com acesso à cultura — como o cinema — são de exclusividade daqueles que têm altas rendas. Em contrapartida, nas periferias, nas zonas rurais e nas áreas menos valorizadas a democratização do acesso ao cinema é praticamente nula, o que agrava a situação de vulnerabilidade social desses cidadãos.

Contudo, a democratização do acesso ao cinema — se feita de modo a beneficiar os menos favorecidos, os quais representam a maior parte da população — é uma importante ferramenta na desconstrução das amarras coloniais, e, posteriormente, em uma reformulação educacional que vise ao acesso democrático à cultura para todo cidadão brasileiro. Tomemos como exemplo uma situação hipotética na qual um sujeito que reside na periferia tem, todas as noites, a possibilidade de interagir com a comunidade e de adquirir conhecimento por meio de um cinema ao ar livre, o qual traz como conteúdo filmes, documentários e palestras. Torna- se evidente que esse indivíduo, além de ter acesso à cultura, terá uma forma de entretenimento que o beneficiará tanto individualmente quanto socialmente, visto que o conhecimento será útil em todas as áreas da sua vida.

Portanto, concluí-se que a precária democratização do acesso ao cinema no Brasil está intrinsecamente ligada às heranças coloniais. Entretanto, medidas educacionais podem ser tomadas para reverter esse cenário. Posto isso, cabe ao Ministério da Educação, responsável pelo desenvolvimento educacional do país, criar um projeto de instalação cinematográfica ao ar livre nas regiões periféricas, as quais apresentarão programação cultural — como filmes e documentários —, por meio de verbas provenientes da contribuição pública, para que essa sociedade classista, como evidenciado por Mazzili, seja transformada em uma comunidade democrática e educacionalmente homogênea."



Gustavo Lopes

19 anos | Fortaleza - CE | @gustavolopest

Nome completo: GUSTAVO LOPES TEIXEIRA

NOME → G U S T A V O L O P E S T E I X E I R A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

No século XIX, os avanços tecnológicos e científicos proporcionaram às populações novas alternativas de lazer, dentre as quais se pode citar o cinema. No Brasil, atualmente, tal forma de diversão tem se destacado, uma vez que promove a interação com o público de maneira singular, isto é, gera muitas emoções aos indivíduos. Apesar disso, verifica-se que, em nosso país, o acesso ao cinema não é disponibilizado a todos os cidadãos, seja pela falta de investimentos, seja pelo alto custo cobrado por empresas para assistir a um filme. Assim, tendo em vista a importância desse lazer, ele deve ter seu acesso democratizado, a partir da resolução de tais entraves.

Sob esse viés, pode-se apontar as poucas verbas direcionadas à construção e à manutenção de cinemas, especialmente nas pequenas cidades brasileiras, como uma das causas do problema em questão. Acerca disso, sabe-se que boa parte da população que vive em áreas rurais ou suburbanas sofre com a falta de acessibilidade a tal meio de diversão. Prova dessa realidade é o filme "Cine Holliúde", lançado no Brasil, o qual mostra a dificuldade das pessoas que habitam no interior em assistir à primeira obra cinematográfica da cidade, devido à precariedade estrutural do cinema local. Tal cenário também é observado fora da ficção, visto que, por causa dos poucos investimentos, indivíduos das regiões pobres do país possuem mínima ou nenhuma interação com essa forma de lazer.

Ademais, nota-se, ainda, uma intensa elitização dos cinemas, porquanto o preço cobrado pelo ingresso de uma sessão é alto, o que limita a ida a esses lugares de exibição de filmes. Sobre isso, percebe-se que, como a busca por tal lazer aumentou, de acordo com dados do "site" "Meio e mensagem", as empresas exibidoras estão cada vez mais visando ao lucro em detrimento de uma diversão e interação pública. Isso ocorre, segundo o pensador Karl Marx, graças à busca excessiva por capital (dinheiro), tornando o cinema apenas um "lugar lucrativo". ~~Ass~~ Desse modo, a democratização do acesso a esses locais torna-se distante da realidade vivida.

Portanto, cabe ao Governo investir em projetos que facilitem o acesso ao cinema, principalmente nas regiões interioranas, por intermédio do auxílio financeiro a empresas exibidoras, a fim de descentralizar os lugares em que há transmissões de filmes. Outrossim, compete às ONGs, como organizações que visam suprir as necessidades populacionais, realizar campanhas em prol de salas bem estruturadas e de reduções do preço cobrado pelos ingressos das sessões cinematográficas, por meio das redes sociais e dos outros veículos de comunicação, com o objetivo de democratizar a ida ao cinema e de, dessa maneira, afastar-se da realidade narrada no filme "Cine Holliúde".

Foto: Reprodução/Inep



"No século XIX, os avanços tecnológicos e científicos proporcionaram às populações novas alternativas de lazer, dentre as quais se pode citar o cinema. No Brasil, atualmente, tal forma de diversão tem se destacado, uma vez que promove a interação com o público de maneira singular, isto é, gera muitas emoções aos indivíduos. Apesar disso, verifica-se que, em nosso país, o acesso ao cinema não é disponibilizado a todos os cidadão, seja pela falta de investimentos, seja pelo alto custo cobrado por empresas para assistir a um filme. Assim, tendo em vista a importância desse lazer, ele deve ter seu acesso democratizado, a partir da resolução de tais entraves.

Sob esse viés, pode-se apontar as poucas verbas direcionadas à construção e à manutenção de cinemas, especialmente nas pequenas cidades brasileiras, como uma das causas do problema em questão. Acerca disso, sabe-se que boa parte da população que vive em áreas rurais ou suburbanas sofre com a falta de acessibilidade a tal meio de diversão. Prova dessa realidade é o filme "Cine Hollyúde", lançado no Brasil, o qual mostra a dificuldade das pessoas que habitam no interior em assistir à primeira obra cinematográfica transmitida na cidade, devido à precariedade estrutural do cinema local. Tal cenário também é observado fora da ficção, visto que, por causa dos poucos investimentos, indivíduos das regiões pobres do país possuem mínima ou nenhuma interação com essa forma de lazer.

Ademais, nota-se, ainda, uma intensa elitização dos cinemas, porquanto o preço cobrado pelo ingresso de uma sessão é alto, o que limita a ida a esse lugares de exibição de filmes. Sobre isso, percebe-se que, como a busca por tal lazer aumentou, de acordo com dados do "site" "Meio e mensagem", as empresas exibidoras estão cada vez mais visão ao lucro em detrimento de uma diversão e interação pública. Isso ocorre, segundo o pensador Karl Marx, graças à busca excessiva por capital (dinheiro), tornando o cinema apenas como um "lugar lucrativo". Desse modo, a democratização do acesso a esses locais torna-se distante da realidade vivida.

Portanto, cabe ao Governo investir em projetos que facilitem o acesso ao cinema, principalmente nas regiões interioranas, por intermédio do auxílio financeiro a empresas exibidoras, a fim de descentralizar os locais em que há transmissões de filmes. Outrossim, compete às ONGs, como organizações que visam suprir as necessidades populacionais, realizar campanhas em prol de salas bem estruturadas e de reduções do preço cobrado pelos ingressos das sessões cinematográficas, por meio das redes sociais e dos outros veículos de comunicação, com o objetivo de democratizar a ida ao cinema e de, dessa maneira, afastar-se da realidade narrada no filme "Cine Hollyúde".



Isabella Cardoso

21 anos | Anápolis - GO | @bellaolivecard

Nome completo: ISABELLA DE OLIVEIRA CARDOSO

NOME → ISABELLA DE OLIVEIRA CARDOSO

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

De modo ficcional, o filme "Cine Holliúdi" retrata o impacto positivo do cinema no cotidiano das cidades, dada a sua capacidade de promover lazer, socialização e cultura. Entretanto, na realidade, tais benefícios não atingem toda a população brasileira, haja vista a elitização dos meios cinematográficos e a falta de infraestrutura adequada nos cinemas existentes. Sendo assim, urge a análise e a resolução desses entraves para democratizar o acesso ao cinema no Brasil.

A princípio, é lícito destacar que a elitização dos meios cinematográficos contribui para que muitos brasileiros sejam impedidos de frequentar as salas de cinema. Isso posto, segundo o filósofo inglês Nick Couldry, em sua obra "Por que a voz importa?", a sociedade neoliberal hodierna tende a silenciar os grupos menos favorecidos, privando-os dos meios de comunicação. A par disso, é indubitável que a localização dos cinemas em áreas mais nobres e o alto valor dos ingressos configuram uma tentativa de excluir e silenciar os grupos periféricos, tal como discute Nick Couldry. Nesse viés, poucos são os indivíduos que desfrutam do direito ao lazer e à cultura promovido pela cinematografia, o qual está previsto na Constituição e deve ser garantido a todos pelo Estado.

Ademais, vale postular que a falta de infraestrutura adequada para todos os cidadãos também dificulta o acesso amplo aos cinemas do país. Conquanto a acessibilidade seja um direito assegurado pela Carta Magna e os cinemas disponham de lugares reservados para cadeirantes, não há intérpretes de LIBRAS nas telas e a configuração das salas — pautada em escadas —, não auxilia o deslocamento de idosos e portadores de necessidades especiais. À luz dessa perspectiva, é fundamental que haja maior investimento em infraestrutura para que todos os brasileiros sejam incluídos nos ambientes cinematográficos.

Por fim, diante dos desafios supramencionados, é necessária a ação conjunta do Estado e da sociedade para mitigá-los. Nesse âmbito, cabe ao poder público, na figura do Ministério Público, em parceria com a mídia nacional, desenvolver campanhas educativas — por meio de cartilhas virtuais e curtas-metragens a serem veiculados nas mídias sociais — a fim de orientar a população e as empresas de cinema a valorizar o meio cinematográfico e ampliar a acessibilidade das salas. Por sua vez, as empresas devem colaborar com a democratização do acesso ao cinema pela cobrança de valores mais acessíveis e pela construção de salas adaptadas. Feito isso, o Brasil poderá garantir os benefícios do cinema a todos, como relata o filme "Cine Holliúdi".

Foto: Reprodução/Inep



"De modo ficcional, o filme "Cine Holiúdi" retrata o impacto positivo do cinema no cotidiano das cidades, dada a sua capacidade de promover o lazer, socialização e cultura. Entretanto, na realidade, tais benefícios não atingem toda a população brasileira, haja vista a elitização dos meios cinematográficos e a falta de infraestrutura adequada nos cinemas existentes. Sendo assim, urge a análise e a resolução desses entraves para democratizar o acesso ao cinema no Brasil.

A princípio, é lícito destacar que a elitização dos meios cinematográficos contribui para que muitos brasileiros sejam impedidos de frequentar as salas de cinema. Isso posto, segundo o filósofo inglês Nick Couldry em sua obra "Por que a voz importa?", a sociedade neoliberal hodierna tende a silenciar os grupos menos favorecidos, privados dos meios de comunicação. A partir disso, é indubitável que a localização dos cinemas em áreas mais nobres e o alto valor dos ingressos configuram uma tentativa de excluir e silenciar os grupos periféricos, tal como discute Nick Couldry. Nesse viés, poucos são os indivíduos que desfrutam do direito ao lazer e à cultura promovidos pela cinematografia, o qual está previsto na Constituição e deve ser garantido a todos pelo Estado.

Ademais, vale postular que a falta de infraestrutura adequada para todos os cidadãos também dificulta o acesso amplo aos cinemas do país. Conquanto a acessibilidade seja um direito assegurado pela Carta Magna e os cinemas disponham de lugares reservados para cadeirantes, não há intérpretes de LIBRAS nas telas e a configuração das salas — pautada em escadas —, não auxilia o deslocamento de idosos e portadores de necessidades especiais. À luz dessa perspectiva, é fundamental que haja maior investimento em infraestrutura para que todos os brasileiros sejam incluídos nos ambientes cinematográficos.

Por fim, diante dos desafios supramencionados, é necessária a ação conjunta do Estado e da sociedade para mitigá-los. Nesse âmbito, cabe ao poder público, na figura do Ministério Público, em parceria com a mídia nacional, desenvolver campanhas educativas — por meio de cartilhas virtuais e curta-metragens a serem veiculadas nas mídias sociais — a fim de orientar a população e as empresas de cinema a valorizar o meio cinematográfico e ampliar a acessibilidade das salas. Por sua vez, as empresas devem colaborar com a democratização do acesso ao cinema pela cobrança de valores mais acessíveis e pela construção de salas adaptadas. Feito isso, o Brasil poderá garantir os benefícios do cinema a todos, como relata o filme "Cine Holiúdi"."



Isabelle Moreira

18 anos | Guapimirim - RJ | @imaginamed

Nome completo: ISABELLE MOREIRA DA SILVA

NOME → I S A B E L L E M O R E I R A D A S I L V A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A Constituição Federal de 1988 - norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro - garante o acesso ao lazer. No entanto, a população se mostra distante da realidade prometida pela norma constitucional, haja vista que os cinemas brasileiros recebem um público cada vez menor. Dessa forma, entende-se que a desigualdade regional, bem como a elitização do acesso ao cinema apresentam-se como entraves para a inclusão na esfera cinematográfica.

Em primeiro plano, é necessário ressaltar que o acesso ao cinema é mal distribuído no território brasileiro. A esse respeito, em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, multinacionais se instalaram no Brasil, majoritariamente, nas regiões Sul e Sudeste. Desse modo, na contemporaneidade, o país expandiu essa preferência regional para a indústria cinematográfica, de modo que as regiões Norte e Nordeste ainda apresentam-se excluídas a esse acesso ao lazer, pelo fato de as empresas preferirem construir os cinemas em grandes metrópoles as quais lhes darão mais lucro. Nesse viés, enquanto parcela do país for privilegiada, o direito constitucional será uma realidade distante para parte da população.

Ademais, outro fator é responsável pela deficiência da democratização no âmbito cinematográfico: a elitização do acesso. Segundo o filósofo Pierre Lévy, toda tecnologia cria seus excluídos, de fato, a população de baixa renda é mantida excluída no que diz respeito à tecnologia do cinema, devido à segregação socioespacial. Nesse sentido, grande parcela dos cinemas se localizam em "shoppings centers", com ingressos caros que nem todos podem pagar. Desse modo, é necessário que medidas sejam tomadas para garantir o acesso a todas as classes.

Fica evidente, portanto, que nem todos têm acesso ao cinema como entretenimento. Nesse contexto, cabe ao Ministério da Cultura - órgão responsável pelo sistema cultural brasileiro - garantir à população a oportunidade de frequentar um cinema, por intermédio de políticas de descontos na compra dos ingressos de acordo com a renda, a fim de incluir toda sociedade no "mundo cinematográfico". Dessa forma, os brasileiros verão o direito garantido pela Constituição como uma realidade próxima.

Foto: Reprodução/Inep



"A Constituição Federal de 1988 — norma de maior hierarquia do sistema jurídico brasileiro — garante o acesso ao lazer. No entanto, a população se mostra distante da realidade prometida pela norma constitucional, haja vista que os cinemas brasileiros recebem um público cada vez menor. Dessa forma, entende-se que a desigualdade regional, bem como a elitização do acesso ao cinema apresentam-se como entraves para a inclusão na esfera cinematográfica.

Em primeiro plano, é necessário ressaltar que o acesso ao cinema é mal distribuído no território brasileiro. A esse respeito, em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, multinacionais se instalaram no Brasil, majoritariamente, nas regiões Sul e Sudeste. Desse modo, na contemporaneidade, o país expandiu sua preferência regional para a indústria cinematográfica, de modo que as regiões Norte e Nordeste ainda apresentam-se excluídas a esse acesso ao lazer, pelo fato de as empresas preferirem construir os cinemas em grandes metrópoles as quais lhes darão mais lucro. Nesse viés, enquanto parcela do país for privilegiada, o direito constitucional será uma realidade distante para parte da população.

Ademais, outro fator é responsável pela deficiência da democratização no âmbito cinematográfico: a elitização do acesso. Segundo o filósofo Pierre Lévy, toda tecnologia cria seus excluídos, de fato, a população de baixa renda é mantida excluída no que diz respeito à tecnologia do cinema, devido à segregação socioespacial. Nesse sentido, grande parcela dos cinemas se localizam em "shoppings centers", com ingressos caros que nem todos podem pagar. Desse modo, é necessário que medidas sejam tomadas para garantir o acesso a todas as classes.

Fica evidente, portanto, que nem todos têm acesso ao cinema como entretenimento. Nesse contexto, cabe ao Ministério da Cultura — órgão responsável pelo sistema cultural brasileiro — garantir à população a oportunidade de frequentar um cinema, por intermédio de políticas de descontos na compra de ingressos de acordo com a renda, a fim de incluir toda sociedade no "mundo cinematográfico". Dessa forma, os brasileiros verão o direito garantido pela Constituição como uma realidade próxima."



João Pedro Bonfim

19 anos | Vitória da Conquista - BA

Nome completo: JOAO PEDRO SILVA BONFIM

NOME → J O Ã O P E D R O S I L V A B O N F I M

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Na sua origem, o cinema era um mecanismo de registro de momentos significativos e tinha cunho científico, mas, pouco antes do início do século XX, ele foi apresentado ao mundo como, além de um entretenimento, uma arte e, ao longo dos anos, ganhou forte repercussão internacional. Foram representados em vídeo personagens famosos, tais como o Mickey Mouse, o Batman, o "Superman", entre outros, que conseguiram grande sucesso ao redor do planeta. O cinema, contudo, evoluiu, à medida que o tempo passou, e, hoje, não é apenas uma forma de diversão para as massas, mas também um meio de expor visões de mundo, capaz de formar opiniões de grande valor. Assim, devido a seus muitos benefícios, é imprescindível democratizar seu acesso no Brasil.

O cinema cumpre o importante papel de conscientizar as pessoas. O filme "O Grande Ditador", de Charles Chaplin, por exemplo, traz consciência a respeito do preconceito contra os judeus, pois retrata a Alemanha por volta de 1940, época em que era dominada por um regime nazista, o qual pregava o antissemitismo. Esse filme também apresenta um contexto que se assemelha ao cenário político atual do Brasil, já que retrata a opressão de um governo ditatorial, fenômeno cujo conhecimento é muito importante na contemporaneidade, uma vez que grupos que defendem o autoritarismo e outras medidas anti-democráticas têm surgido e ganhado espaço no território nacional. Desse modo, os filmes têm grande peso na conscientização do povo brasileiro acerca de problemas como o preconceito e a ameaça à democracia.

Além disso, a sétima arte, como é chamado o cinema, funciona como uma importante fonte de informações. Os documentários, filmes que, como sugere o nome, documentam períodos, acontecimentos históricos e contextos geopolíticos, são de extrema importância para a construção de opiniões e de conhecimento por parte dos brasileiros. O documentário "Brasil, um país violento", da Rede Globo, como exemplo, traz dados relevantes sobre a violência no país e captura a atenção dos espectadores, devido à dramaticidade das cenas. Dessa maneira, os documentários conseguem unir a beleza da arte à transmissão de informações; são, pois, indispensáveis à nação brasileira, haja vista que contribuem sobremodo para a formação do pensamento crítico nacional.

Portanto, em vista da grande relevância que essa arte possui, o governo brasileiro e os shoppings (locais onde os filmes, em sua maioria, são exibidos), em parceria, devem fornecer, universal e democraticamente, cinema aos brasileiros, principalmente nas zonas rurais, nas tribos indígenas que queiram acesso aos filmes, nas periferias das cidades e nas favelas, visto que essas áreas foram, historicamente, deixadas à margem da sociedade, durante muitas décadas. Tal ação deve ser feita por meio do estabelecimento de salas de cinema próximas a esses lugares. Essas salas, por sua vez, precisarão ter seus ingressos parcialmente custeados pelo governo, de modo a baratear o acesso dos mais pobres às obras cinematográficas. Isso será realizado para que, como consequência, todos os habitantes da nação, ricos ou pobres, tenham acesso digno a essa tão importante forma de arte. Ao fazer isso, o Brasil conseguirá, por fim, democratizar o acesso aos filmes.

Foto: Reprodução/Inep



"Na sua origem, o cinema era um mecanismo de registro de momentos significativos e tinha cunho científico, mas, pouco antes do início do século XX, ele foi apresentado ao mundo como, além de entretenimento, uma arte e, ao longo dos anos, ganhou forte repercussão internacional. Foram representados em vídeo personagens famosos, tais como Mickey Mouse, o Batman, o "Superman", entre outros, que conseguiram grande sucesso ao redor do planeta. O cinema, contudo, evoluiu, à medida que o tempo passou, e, hoje, não é apenas uma forma de diversão para as massas, mas também um meio de expor visões de mundo, capaz de formar opiniões de grande valor. Assim, devido a seus muitos benefícios, é imprescindível democratizar seu acesso no Brasil.

O cinema cumpre um importante papel de conscientizar as pessoas. O filme "O Grande Ditador", de Charles Chaplin, por exemplo, traz consciência a respeito do preconceito contra os judeus, pois retrata a Alemanha por volta de 1940, época em que era dominada por um regime nazista, o qual pregava o antissemitismo. Esse filme também apresenta um contexto que se assemelha ao cenário político atual do Brasil, já que retrata a opressão de um governo ditatorial, fenômeno cujo conhecimento é muito importante na contemporaneidade, uma vez que grupos que defendem o autoritarismo e outras medidas anti-democráticas têm surgido e ganhado espaço no território nacional. Desse modo, os filmes têm grande peso na conscientização do povo brasileiro acerca de problemas como o preconceito e a ameaça à democracia.

Além disso, a sétima arte, como é chamado o cinema, funciona como uma importante fonte de informações. Os documentários, filmes que, como sugere o nome, documentam períodos, acontecimentos históricos e contextos geopolíticos, são de extrema importância para a construção de opiniões e de conhecimento por parte dos brasileiros. O documentário "Brasil, um país violento", da Rede Globo, como exemplo, traz dados relevantes sobre a violência no país e captura a atenção dos espectadores, devido à dramaticidade das cenas. Dessa maneira, os documentários conseguem unir a beleza da arte à transmissão de informações; são, pois, indispensáveis à nação brasileira, haja vista que contribuem sobremodo para a formação do pensamento crítico nacional.

Portanto, em vista da grande relevância que essa arte possui, o governo brasileiro e os shoppings (locais onde os filmes, em sua maioria, são exibidos), em parceria, deve fornecer, universal e democraticamente, cinema aos brasileiros, principalmente nas zonas rurais, nas tribos indígenas que queiram acesso aos filmes, nas periferias das cidades e nas favelas, visto que essas áreas foram, historicamente, deixadas à margem da sociedade, durante muitas décadas. Tal ação deve ser feita por meio do estabelecimento de salas de cinema próximas esses lugares. Essas salas, por sua vez, precisarão ter seus ingressos parcialmente custeados pelo governo, de modo a baratear o acesso dos mais pobres às obras cinematográficas. Isso será realizado para que, como consequência, todos os habitantes da nação, ricos ou pobres, tenham acesso digno a essa tão importante forma de arte. Ao fazer isso, o Brasil conseguirá, por fim, democratizar o acesso aos filmes."

Juliana Souza

18 anos | Rio de Janeiro - RJ | @julianaesp

Nome completo: JULIANA SOUZA DO ESPIRITO SANTO

NOME → JULIANA SOUZA DO ESPIRITO SANTO

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Segundo o filósofo Friedrich Nietzsche, a arte existe para impedir que a realidade nos destrua. Sob essa ótica, é inegável a crucialidade das expressões culturais para a promoção do bem-estar do homem moderno. No entanto, ao se observar o caráter excludente do acesso ao cinema no Brasil, é notório que essa imprescindibilidade não tem sido considerada no país. Nesse sentido, pode-se afirmar que a negligência governamental e a escassa abordagem do problema agravam essa situação.

Primeiramente, é válido destacar que a displicência estatal colabora com esse cenário. De acordo com o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, todo cidadão brasileiro tem direito ao lazer. Entretanto, ao se analisar a concentração de cinemas nas áreas de renda mais alta das grandes cidades, é indiscutível que essa premissa constitucional não é valorizada pelo governo nacional. Dessa maneira, é importante salientar que essa má atuação do Estado provoca o acesso desigual a essa atividade de exibição por parte da população e, consequentemente, garante a condição de subcidadania de diversos indivíduos.

Além disso, é pertinente ressaltar que a insuficiente exposição dessa problemática contribui para a não democratização desse programa cultural. Nessa perspectiva, muitas vezes, a mídia negligencia o debate acerca da ausência de lazer nas periferias urbanas e no interior do país, o que faz com que a carência de cinemas nessas regiões não seja denunciada. Dessa forma, é indubitável que a pouca abordagem midiática com relação ao caráter restritivo do universo cinematográfico proporciona a perpetuação da concentração regional dessa atividade de exibição.

Torna-se evidente, portanto, que o acesso não democrático ao cinema no Brasil é um entrave que precisa ser solucionado. Sendo assim, o Estado deve investir na ampliação do alcance desse programa cultural, por meio da capitalização das empresas exibidoras. Isso pode ocorrer, por exemplo, com a concessão de subsídios fiscais a instituições privadas que, comprovadamente, promovam a construção de cinemas nas áreas carentes do país, a fim de que a acessibilidade a essa atividade de exibição seja garantida de forma igualitária. Ademais, a mídia deve elaborar reportagens de denúncia, as quais exibam a carência desse tipo de lazer nas periferias urbanas. Desse modo, certamente, a afirmação de Nietzsche será vivenciada por todos os cidadãos brasileiros.

Foto: Reprodução/Inep



"Segundo o filósofo Friedrich Nietzsche, a arte existe para impedir que a realidade nos destrua. Sob essa ética, é inegável a crucialidade das expressões culturais para a promoção do bem-estar do homem moderno. No entanto, ao se observar o caráter excludente do acesso ao cinema no Brasil, é notório que essa imprescindibilidade não tem sido considerada no país. Nesse sentido, pode-se afirmar que a negligência governamental e a escassa abordagem do problema agravam essa situação.

Primeiramente, é válido destacar que a displicência estatal colabora com esse cenário. De acordo com o Artigo 6° da Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, todo cidadão brasileiro tem direito ao lazer. Entretanto, ao se analisar a concentração de cinemas nas áreas de renda mais alta das grandes cidades, é indiscutível que essa premissa constitucional não é valorizada pelo governo nacional. Dessa maneira, é importante salientar que essa má atuação do Estado provoca o acesso desigual essa atividade de exibição por parte da população e, consequentemente, garante a condição de subcidadania de diversos indivíduos.

Além disso, é pertinente ressaltar que a insuficiente exposição dessa problemática contribui para a não democratização desse programa cultural. Nessa perspectiva, muitas vezes, a mídia negligência o debate acerca da ausência de lazer nas periferias urbanas e no interior do país, o que faz com que a carência de cinemas nessas regiões não seja denunciada. Dessa forma, é indubitável que a pouco abordagem midiática com relação ao caráter restritivo do universo cinematográfico proporciona a perpetuação da concentração regional dessa atividade de exibição.

Torna-se evidente, portanto, que o acesso não democrático ao cinema no Brasil é um entrave que precisa ser solucionado. Sendo assim, o Estado deve investir na ampliação do alcance desse programa cultural, por meio da capitalização das empresas exibidoras. Isso pode ocorrer, por exemplo, com a concessão de subsídios fiscais a instituições privadas que, comprovadamente, promovam a construção de cinemas nas áreas carentes do país, a fim de que a acessibilidade a essa atividade de exibição seja garantida de forma igualitária. Ademais, a mídia deve elaborar reportagens de denúncia, as quais exibam a carência desse tipo de lazer nas periferias urbanas. Desse modo, certamente, a afirmação de Nietzsche será vivenciada por todos os cidadãos brasileiros."



Jurandi Campelo

17 anos | Fortaleza - CE | @jurandicampelo

Nome completo: JURANDI SAMUEL ALMEIDA CAMPELO

NOME → J U R A N D I S A M U E L A L M E I D A C A M P E L O

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Com o advento da Revolução Técnico-Científico-Informacional, o cinema se desenvolveu amplamente — sobretudo por conta do aditamento dos investimentos nessa área. Nesse sentido, o acesso a esse tipo de arte é de notória importância, pois propicia uma série de benefícios, como o desenvolvimento cognitivo do indivíduo e a percepção crítica da sociedade. Não obstante, no Brasil, falhas quanto à democratização do acesso ao cinema — por conta da inadimplência governamental e da ausência de importância dada pela sociedade — atenuam sua funcionalidade. Portanto, são necessárias medidas capazes de garantir esses benefícios.

Sob essa óptica, o filósofo austríaco Sigmund Freud — em sua teoria desenvolvimentista — tratou da influência do meio na formação cognitiva do indivíduo. Acerca dessa lógica, a exposição à arte cinematográfica é capaz de desenvolver o raciocínio e de atuar positivamente no subconsciente humano. Contudo, a insuficiência das políticas públicas de incentivo ao cinema restringem o acesso a esse meio, o que atenua a ação desenvolvimentista deste. A título de exemplo, o Brasil — segundo a ANCINE — é um país que possui elevados índices de segregação quanto ao acesso ao universo cinematográfico. Destarte, é necessário maior protagonismo por parte dos governantes.

Outrossim, Charlie Chaplin — célebre ator e diretor britânico — reiterou a importância do cinema na configuração de uma perspectiva crítica da sociedade. Nessa visão, o cinema é capaz de gerar o debate acerca de problemas do cotidiano, que, por muitas vezes, são aceitos indevidamente e, ao analisar os temas abordados, é capaz de promover notórias melhorias no âmbito social. Todavia, grande parte da sociedade não valoriza as obras cinematográficas, por enxergá-los, tão somente, como uma forma de entretenimento. Faz-se premente, pois, campanhas informativas capazes de descaracterizar essa errônea visão.

Dessarte, os governantes, por meio da diminuição dos custos de acesso aos cinemas — possibilitada por parcerias público-privadas —, devem acessibilizar o acesso a essa forma de cultura, com o fito de propiciar o desenvolvimento cognitivo da população. Ademais, as escolas e as universidades, mediante palestras e debates, devem informar a população a respeito da importância do cinema, com o objetivo de configurar um posicionamento crítico quanto às falhas da sociedade. Dessa forma, será possível dissociar a atual conjuntura, aproximando-se dos ideais de Freud e Charlie Chaplin.

Foto: Reprodução/Inep



"Com o advento da Revolução Técnico-
-Científico-Informacional, o cinema se desenvolveu amplamente — sobretudo por conta do aditamento dos investimentos nessa área. Nesse sentido, o acesso a esse tipo de arte é de notória importância, pois propicia uma série de benefícios, como o desenvolvimento cognitivo do indivíduo e a percepção crítica da sociedade. Não obstante, no Brasil, falhas quanto à democratização do acesso ao cinema — por conta da inadimplência governamental e da ausência de importância dada pela sociedade — atenuam sua funcionalidade. Portanto, são necessárias medidas capazes de garantir esses benefícios.

Sob essa óptica, o filósofo austríaco Sigmund Freud — em sua teoria desenvolvimentista — tratou da influência do meio na formação cognitiva do indivíduo. Acerca dessa lógica, a exposição à arte cinematográfica é capaz de desenvolver o raciocínio e de atuar positivamente no subconsciente humano. Contudo, a insuficiência das políticas públicas de incentivo ao cinema restringem o acesso a esse meio, o que atenua a ação desenvolvimentista deste. A título de exemplo, o Brasil — segundo a ANCINE — é um país que possui elevados índices de segregação quanto ao acesso ao universo cinematográfico. Destarte, é necessário maior protagonismo por parte dos governantes.

Outrossim, Charlie Chaplin — célebre ator e diretor britânico — reiterou a importância do cinema na configuração de uma perspectiva crítica da sociedade. Nesse viés, o cinema é capaz de gerar o debate acerca de problemas do cotidiano, que, por muitas vezes, são aceitos indevidamente e, ao analisar os temas abordados, é capaz de promover notórias melhorias no âmbito social. Todavia, grande parte da sociedade não valoriza as obras cinematográficas, por enxergá-las, tão somente, como uma forma de entretenimento. Faz-se premente, pois, campanhas informativas capazes de descaracterizar essa errônea visão.

Dessarte, os governantes, por meio da diminuição do custo de acesso aos cinemas — possibilitada por parcerias público-privadas — devem acessibilizar o acesso a essa forma de cultura, com o fito de propiciar o desenvolvimento cognitivo da população. Ademais, as escolas e as universidades, mediante palestras e debates, devem informar a população a respeito da importância do cinema, com o objetivo de configurar um comportamento crítico quanto às falhas da sociedade. Dessa forma, será possível dissociar a atual conjuntura, aproximando-se dos ideais de Freud e Charlie Chaplin."



Laura Brizola

20 anos | Novo Hamburgo - RS | @laurabrzola

Nome completo: LAURA CAVALHEIRO BRIZOLA

NOME → L A U R A C A V A L H E I R O B R I Z O L A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A democratização do acesso ao cinema no Brasil é um processo que encontra desafios nos âmbitos culturais e institucionais do país. Isso pode ser explicado pelo distanciamento entre a cultura popular brasileira e os filmes disponíveis para o público, bem como pela ausência de investimentos estatais nas produções nacionais. Dessa forma, é preciso intervir de modo a tornar o cinema um produto da democracia brasileira.

A indústria cinematográfica prejudica a democratização do cinema ao sobrepor culturas estrangeiras — como os super-heróis americanos — à cultura do país. Devido ao fato de que o cidadão brasileiro não reconhece os elementos de sua vivência (como os regionalismos) naquilo que é veiculado, majoritariamente, pelas mídias desse setor, seu repertório de lazer passa a não incluir a opção do cinema. Evidencia-se esse fenômeno no dado divulgado pelo site Meio e Mensagem, que afirma que apenas 17% da população frequenta o cinema. Dessa maneira, a popularização da arte em questão se dará ~~(tro)~~ pelo retrato do cotidiano do povo, como efetuado pelo cineasta Glauber Rocha na década de 1970, com o "Cinema Novo", que aproximou as camadas populares ao abordar aspectos do Brasil com uma perspectiva nacionalista. Assim, o acesso ao cinema deve ser democratizado pela apropriação brasileira da produção cultural: teremos mais "Lampiões" e menos "Lanternas-Verde".

Ademais, o desafio da ausência de investimento estatal deve ser enfrentado para que o acesso ao cinema seja difundido. Segundo a área do conhecimento "Epistemologia da Geografia", os processos sociais apresentam o princípio da interconexão: existem por fatores humanos e físicos, não podendo ser analisados separadamente. Nesse sentido, o fenômeno de democratização da arte cinematográfica é explicado por fatores humanos (supracitados) e por fatores físicos, que são institucionais. O Estado brasileiro não financia a cultura do cinema como deveria, a exemplo dos cortes de verbas anunciados pelo Governo, em 2019, para a Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Como consequência disso, a confecção dessa arte é ~~(invest)~~ inviabilizada e sua democratização "física", que poderia ser feita com a ampliação das produções nacionais, também. Logo, urge a necessidade de investir na difusão do patrimônio cinematográfico do Brasil.

Portanto, a fim de democratizar o acesso ao cinema no Brasil e aproximá-lo da cultura popular, o Estado deve adotar medidas de priorização dos investimentos no cinema. Isso pode ser feito por meio de políticas de patrocínio aos cineastas que retratarem o país, com foco nas características de cada região. Além disso, tais produções podem ser reproduzidas em associações de moradores e escolas, levando ao povo sua identidade. Nesse caminho, o cinema será uma arte de acesso popular — uma arte que imita a vida.

Foto: Reprodução/Inep



"A democratização do acesso ao cinema no Brasil é um processo que encontra desafios nos âmbitos culturais e institucionais do país. Isso pode ser explicado pelo distanciamento entre a cultura popular brasileira e os filmes disponíveis para o público, bem como pela ausência de investimentos estatais nas produções nacionais. Dessa forma, é preciso intervir de modo a tornar o cinema um produto da democracia brasileira.

A indústria cinematográfica prejudica a democratização do cinema ao sobrepor culturas estrangeiras — como super-heróis americanos — à cultura do país. Devido ao fato de que o cidadão brasileiro não reconhece elementos de sua vivência (como os regionalismos) naquilo que é veiculado, majoritariamente, pelas mídias desse setor, seu repertório de lazer passa a não incluir a opção do cinema. Evidencia-se esse fenômeno no dado divulgado pelo site Meio e Mensagem, que afirma que apenas 17% da população frequenta o cinema. Dessa maneira, a popularização da arte em questão se dará pelo retrato do cotidiano do povo, como efetuado pelo cineasta Glauber Rocha na década de 1970, com o "Cinema Novo", que aproximou as camadas populares ao abordar aspectos do Brasil com uma perspectiva nacionalista. Assim, o acesso ao cinema deve ser democratizado pela apropriação brasileira da produção cultural: teremos mais "Lampiões" e menos "Lanternas-verde".

Ademais, o desafio da ausência de investimento estatal deve ser enfrentado para que o acesso ao cinema seja difundido. Segundo a área de conhecimento "Epistemologia da Geografia", os processos sociais apresentam o princípio de interconexão: existem por fatores humanos e físicos, não podendo ser analisados separadamente. Nesse sentido, o fenômeno de democratização da arte cinematográfica é explicado por fatores humanos (supracitados) e por fatores físicos, que são institucionais. O Estado brasileiro não financia a cultura do cinema como deveria, a exemplo dos cortes de verbas anunciados pelo Governo, em 2019, para Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Como consequência disso, a confecção dessa arte é inviabilizada e sua democratização "física", que poderia ser feita com a ampliação das produções nacionais, também. Logo, urge a necessidade de investir na difusão do patrimônio cinematográfico do Brasil.

Portanto, a fim de democratizar o acesso ao cinema no Brasil e aproximá-lo da cultura popular, o Estado deve adotar medidas de priorização dos investimentos no cinema. Isso pode ser feito por meio de políticas de patrocínio aos cineastas que retratarem o país, com foco nas características de cada região. Além disso, tais produções podem ser reproduzidas em associações de moradores e escolas, levando ao povo sua identidade. Nesse caminho, o cinema será uma arte de acesso popular — uma arte que imita a vida."



Letícia Islávia

19 anos | Teresina - PI | @let.islavia

Nome completo: LETICIA ISLAVIA BEZERRA SILVA

NOME → L E T Í C I A I S L Á V I A B E Z E R R A S I L V A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

De acordo com a Constituição de 1988, todos os cidadãos possuem o direito ao lazer na comunidade. Contudo, na atual sociedade brasileira, há uma ínfima democratização do acesso aos cinemas devido, majoritariamente, à negligência governamental e à má formação socioeducacional.

A priori, vale ressaltar o Pacto Social, do contratualista John Rawls, ao inferir que o Estado deve garantir os direitos imprescindíveis dos indivíduos, como o lazer e o bem-estar. No entanto, é evidente o rompimento desse contrato quanto aos cinemas brasileiros, visto que existe uma concentração desses espaços nas áreas de maiores rendas, o que torna um ambiente excludente para uma parcela da sociedade. Assim, é notória a ineficácia estatal na integração desse tipo de lazer para toda a população, pois, com a grande distância dos locais periféricos aos centros urbanos e o elevado custo para ter esse acesso, os cidadãos se desestimulam a frequentarem os cinemas.

Além disso, ~~aludes~~ alude-se ao pensamento do intelectual Paulo Freire, ao evidenciar que, "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Sob essa perspectiva, percebe-se a importância do estímulo nas escolas ao acesso dos jovens aos cinemas, haja vista que existem muitos jovens que não conhecem seus direitos ao lazer, como o pagamento no valor de meia entrada nos cinemas por estudantes. Dessa forma, as instituições de ensino possuem uma importante função na democratização desse acesso, colaborando para que os cidadãos possuam o acesso aos seus direitos e o hábito de frequentarem os cinemas.

Portanto, urge ao Governo Federal, aliado às esferas estadual e municipal, descentralizar os cinemas, por meio da ampliação das redes cinematográficas em todo o Brasil e nos locais periféricos das cidades, com a finalidade de permitir que toda a sociedade tenha esse acesso, sem haver uma locomoção de longa duração e com um custo acessível aos indivíduos de baixa renda. Ademais, compete à Escola, em parceria com as empresas cinematográficas, orientar os adolescentes a frequentarem os cinemas, por intermédio de projetos pedagógicos (como atividades lúdicas, filmes e documentários) que elucidem sobre a importância crítica dos cinemas e como adquirir os direitos ao acesso do lazer, a fim de aumentar o número de telespectadores dessa arte. Com isso, efetivar o que garante a Constituição de 1988, melhorando a democratização desse acesso.

Foto: Reprodução/Inep



"De acordo com a Constituição de 1988, todos os cidadãos possuem o direito ao lazer na comunidade. Contudo, na atual sociedade brasileira, há uma ínfima democratização do acesso aos cinemas devido, majoritariamente, à negligência governamental e à má formação socioeducacional.

A priori, vale ressaltar o Pacto Social, do contratualista John Rawls, ao inferir que o Estado deve garantir os direitos imprescindíveis dos indivíduos, como o lazer e o bem-estar. No entanto, é evidente o rompimento desse contrato quanto aos cinemas brasileiros, visto que existe uma concentração desses espaços nas áreas de maiores rendas, o que torna um ambiente excludente para uma parcela da sociedade. Assim, é notória a ineficácia estatal na integração desse tipo de lazer para toda a população, pois, com a grande distância dos locais periféricos aos centros urbanos e o elevado custo para ter esse acesso, os cidadãos se desestimulam a frequentarem os cinemas.

Além disso, alude-se ao pensamento do intelectual Paulo Freire, ao evidenciar que, "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Sob essa perspectiva, percebe-se a importância do estímulo nas escolas ao acesso dos jovens ao cinema, haja vista que existem muitos jovens que não conhecem seus direitos ao lazer, como o pagamento do valor de meia entrada nos cinemas por estudantes. Dessa forma, as instituições de ensino possuem uma importante função na democratização desse acesso, colaborando para que os cidadãos possuam um acesso aos seus direitos e o hábito de frequentarem os cinemas.

Portanto, urge ao governo federal, aliado às esferas estadual e municipal, descentralizar os cinemas, por meio da ampliação das redes cinematográficas em todo o Brasil e nos locais periféricos das cidades, com a finalidade de permitir que toda a sociedade tenha esse acesso, sem haver uma locomoção de longa duração e com custo acessível aos indivíduos de baixa renda. Ademais, compete à Escola, em parceria com as empresas cinematográficas, orientar os adolescentes a frequentarem os cinemas, por intermédio de projetos pedagógicos (como atividades lúdicas, filmes e documentários) que elucidem sobre a importância da crítica dos cinemas e como adquirir os direitos ao acesso ao lazer, a fim de aumentar o número de telespectadores dessa arte. Com isso, efetivar *(sic)* o que garante a Constituição de 988, melhorando a democratização desse acesso."



Lívia Bonin

18 anos | Limeira - SP | @liviabonin

Nome completo: LIVIA BONIN FERREIRA

NOME → L I V I A B O N I N F E R R E I R A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF → [redacted]

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO → [redacted]

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Com o início da ditadura de Getúlio Vargas em 1937, a necessidade do governo de perpetuação no poder resultou no surgimento do cinema estadonovista enquanto mecanismo de exaltação da nação, a fim de gerar uma identidade nacional que promoveria apoio popular ao regime. Diante desse cenário, torna-se evidente que o meio cinematográfico configura um importante instrumento cultural e político que deve, portanto, ter um acesso democratizado no Brasil. Nesse sentido, convém analisar o processo de expansão do cinema brasileiro no contexto de uma urbanização concentradora e, ainda, a importância de sua democratização para a difusão de conhecimento no país.

Em primeiro plano, é fundamental compreender que a dificuldade de acesso ao cinema por parte das camadas populares marginalizadas é consequência direta da falta de planejamento atrelado à questão social durante o processo de urbanização brasileiro. Isso porque, na década de 1950, o governo de JK promoveu, através do plano do "Tripé Econômico", a industrialização do Brasil e o consequente crescimento das cidades sem que houvesse, no entanto, uma política pública que ampliasse o acesso aos recursos advindos dessa modernização. Dessa maneira, entende-se que o cinema, enquanto mudança tecnológica intensificada no referido processo, tornou-se um entretenimento restrito aos indivíduos econômica e socioespacialmente favorecidos, o que representa um obstáculo à busca pela democratização do meio cinematográfico.

Além disso, o acesso ao cinema garante a efetivação do livre pensamento através da propagação de um conteúdo altamente reflexivo. De acordo com os iluministas Diderot e D'Alembert, autores da "Enciclopédia", a democratização da educação é fundamental no combate à alienação dos cidadãos, garantindo aos mesmos sua efetiva liberdade. Dessa forma, entende-se que o cinema torna-se um instrumento educacional importante na medida em que apresenta o entretenimento como meio de reflexão social, o que contribui com a construção de cidadãos críticos dentro da democracia brasileira.

Diante do exposto, é necessário que as Câmaras Municipais, em parceria com as Secretarias de Cultura, combatam os efeitos negativos do "Tripé Econômico" através de investimentos na construção de cinemas municipais em regiões marginalizadas, a fim de evitar que a desigualdade socioespacial seja um obstáculo à difusão de cultura no Brasil. Paralelamente, o Ministério da Educação deve garantir a efetivação da liberdade proposta pela "Enciclopédia" por meio da inserção, na grade curricular do Ensino Fundamental, de aulas que promovam análises de filmes com fins educativos, visando ao desenvolvimento da criticidade dos alunos. Assim, poder-se-á retomar a importância cultural e política do cinema estadonovista através da democratização do acesso ao meio cinematográfico no atual cenário brasileiro.

Foto: Reprodução/Inep



"Com o início da ditadura de Getúlio Vargas em 1937, a necessidade do governo de perpetuação no poder resultou no surgimento do cinema estadonovista enquanto mecanismo de exaltação da nação, a fim de gerar uma identidade nacional que promoveria apoio popular ao regime. Diante desse cenário, torna-se evidente que o meio cinematográfico configura um importante instrumento cultural e político que deve, portanto, ter um acesso democratizado no Brasil. Nesse sentido, convém analisar o processo de expansão do cinema brasileiro no contexto de uma urbanização concentradora e, ainda, a importância de sua democratização para a difusão de conhecimento no país.

Em primeiro plano, é fundamental compreender que a dificuldade de acesso ao cinema por parte das camadas populares marginalizadas é consequência direta da falta de planejamento atrelado à questão social durante o processo de urbanização brasileira. Isso porque, na década de 1950, o governo de JK promoveu, através do plano do "Tripé Econômico", a industrialização do Brasil e o consequente crescimento das cidades sem que houvesse, no entanto, uma política pública que ampliasse o acesso aos recursos advindos dessa modernização. Dessa maneira, entende-se que o cinema, enquanto mudança tecnológica intensificada no referido processo, tornou-se um entretenimento restrito aos indivíduos econômica e socioespacialmente favorecidos, o que representa um obstáculo à busca pela democratização do meio cinematográfico.

Além disso, o acesso ao cinema garante a efetivação do livre pensamento através da propagação de um conteúdo altamente reflexivo. De acordo com os iluministas Diderot e D'Alembert, autores da "Enciclopédia", a democratização da educação é fundamental no combate à alienação dos cidadãos, garantindo aos mesmos sua efetiva liberdade. Dessa forma, entende-se que o cinema torna-se um instrumento educacional importante na medida em que apresenta o entretenimento como meio de reflexão social, o que contribui com a construção de cidadãos críticos dentro da democracia brasileira.

Diante do exposto, é necessário que as Câmaras Municipais, em parceria com as Secretarias da Cultura, combatam os efeitos negativos do "Tripé Econômico" através de investimentos na construção de cinemas municipais em regiões marginalizadas, a fim de evitar que a desigualdade socioespacial seja um obstáculo à difusão de cultura no Brasil. Paralelamente, o Ministério da Educação deve garantir a efetivação da Liberdade proposta pela "Enciclopédia" por meio da inserção, na grade curricular do Ensino Fundamental, de aulas que promovam análises de filmes com fins educativos, visando ao desenvolvimento da criticidade dos alunos. Assim, poder-se-á retornar a importância cultural e política do cinema estadonovista através da democratização do acesso ao meio cinematográfico no atual cenário brasileiro."



Lívia Ribeiro

18 anos | Belo Horizonte - MG | @livia.ribeiro15

Nome completo: LIVIA RIBEIRO DE OLIVEIRA

NOME → L I V I A R I B E I R O D E O L I V E I R A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Segundo o filósofo grego Aristóteles, a arte desempenha o papel de imitar a realidade, permitindo àquele que a aprecia experimentar outras visões do real e aprender com elas. Nesse sentido, o cinema, uma vez que se constitui como forma de arte, tem a função não só de entretenimento, mas também de ferramenta de ensino. Contudo, a realidade brasileira demonstra um contexto de "elitização" das artes cinematográficas, excluindo diversos grupos sociais desse processo educativo, sobretudo aqueles que possuem menor renda.

De acordo com a Constituição Federal, todo cidadão tem direito à educação de qualidade e ao lazer. Sendo o cinema um instrumento de promoção de ambos esses direitos, torna-se evidente a importância da garantia do acesso amplo a ele. Assim, dialogando com as ideias de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, investir na democratização do cinema é incentivar um ensino libertador, o qual estimule os cidadãos a buscar verdadeiramente o conhecimento, ao contrário de uma "educação bancária" — conteudista. Ao sintetizar aprendizado e entretenimento, o cinema colabora, assim, para a educação freiriana.

No entanto, a realidade do Brasil reflete uma evidente exclusão social no que se refere ao acesso às salas de cinema no país. Em um contexto de concentração de renda, dados apontam que apenas cerca de um quinto dos brasileiros que demonstraram interesse por filmes frequentam as salas, revelando que o principal ambiente de propagação dessa forma de arte apresenta um público seleto, sendo o motivo mais comum os altos valores cobrados pelos ingressos. Diante desse cenário de desigualdade, a divulgação do cinema de forma democrática torna-se um desafio, exigindo ações que revertam essa realidade.

Dessa forma, a fim de promover o acesso amplo a formas alternativas de educação libertadora, cabe ao Ministério da Educação e Cultura investir na criação de salas de cinema de acesso gratuito, por meio da criação de novos cursos de Cinema nas Universidades Federais e a instalação desses ambientes de reprodução de filmes sob administração das faculdades, garantindo a prioridade de pessoas de baixa renda, incentivando, assim, a democratização das artes cinematográficas e o aprendizado dos estudantes e espectadores.

Foto: Reprodução/Inep



"Segundo o filósofo grego Aristóteles, a arte desempenha o papel de imitar a realidade, permitindo àquele que a aprecia experimentar outras visões do real e aprender com elas. Nesse sentido, o cinema, uma vez que se constitui como forma de arte, tem a função não só de entretenimento, mas também de ferramenta de ensino. Contudo, a realidade brasileira demonstra um contexto de "elitização" das artes cinematográficas, excluindo diversos grupos sociais desse processo educativo, sobretudo aqueles que possuem menor renda.

De acordo com a Constituição Federal, todo cidadão tem direito à educação de qualidade e ao lazer. Sendo o cinema um instrumento de promoção de ambos esses direitos, torna-se evidente a importância da garantia do acesso amplo a ele. Assim, dialogando com as ideias de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, investir na democratização do cinema é incentivar um ensino libertador, o qual estimule os cidadãos a buscar verdadeiramente o conhecimento, ao contrário de uma "educação bancária" – conteudista. Ao sintetizar aprendizado e entretenimento, o cinema colabora, assim, para a educação freireana.

No entanto, a realidade do Brasil reflete uma evidente exclusão social no que se refere ao acesso às salas de cinema no país. Em um contexto de concentração de renda, dados apontam que apenas cerca de um quinto dos brasileiros que demonstram interesse por filmes frequentam as salas, revelando que o principal ambiente de propagação dessa forma de arte apresenta um público seleto, sendo o motivo mais comum os altos valores cobrados pelos ingressos. Diante desse cenário de desigualdade, a divulgação do cinema de forma democrática torna-se um desafio, exigindo ações que revertam essa realidade.

Dessa forma, a fim de promover o acesso amplo a formas alternativas de educação libertadora, cabe ao Ministério da Educação e Cultura investir na criação de salas de cinema de acesso gratuito, por meio da criação de novos cursos de Cinema nas Universidades Federais e a instalação desses ambientes de reprodução de filmes sob administração das faculdades, garantindo a prioridade de pessoas de baixa renda, incentivando, assim, a democratização das artes cinematográficas e o aprendizado dos estudantes e espectadores."



Lucas Rios

18 anos | Belo Horizonte - MG

Nome completo: LUCAS RIOS BICALHO

NOME → L U C A S R I O S B I C A L H O

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

Assinatura do Participante

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

O cinema se tornou uma tecnologia com grande potencial expressivo e, por essa razão, é considerado uma forma de arte. Simultaneamente, apresenta elevado valor lúdico, provado pelo recente sucesso de obras como "Coringa" e "Vingadores: Ultimato". Infelizmente, no contexto brasileiro, nem todos os cidadãos têm amplo acesso a tal maravilha. Nesse sentido, percebe-se a existência de problemas sociais e econômicos que dificultam a democratização dessa atividade no país.

Segundo o economista Ludwig von Mises, um dos grandes nomes da Escola Austríaca de Economia, o homem, quando em liberdade, tende a agir buscando a maximização de sua felicidade. Sob essa ótica, nota-se que indivíduos com baixo poder aquisitivo priorizarão serviços de necessidade básica (como alimentação, saúde e moradia) em detrimento de atividades culturais, uma vez que aqueles, por ~~serem~~ serem essenciais à sobrevivência, lhes (~~trarão mais~~) farão mais felizes que estes. Assim, a fragilidade econômica torna-se um fator de exclusão de certas parcelas da população nacional do mundo cinematográfico.

Além disso, de acordo com o Índice de Liberdade Econômica desenvolvido pela Heritage Foundation, o Brasil está entre ~~os~~ os piores países para abrir uma empresa. Isso é resultado da alta complexidade tributária e burocrática, que resulta em maiores custos tanto para empreendedores quanto para consumidores. Por não ser imune a tal fenômeno, o setor do cinema sofre com as mesmas consequências, que restringem ainda mais a participação popular nas sessões. Dessa forma, a abertura e simplificação desse mercado são medidas necessárias para democratizá-lo, dado que reduzem os preços.

Diante do exposto, evidenciam-se os desafios sociais e econômicos para o pleno acesso da população brasileira às obras cinematográficas. Cabe, então, ao Ministério da Cidadania, por ter herdado as funções do extinto Ministério da Cultura, criar, por meio de parcerias com as empresas do setor, entradas gratuitas periódicas para a população de baixa renda, de modo a facilitar sua participação nas salas de cinema e, consequentemente, popularizar o acesso à cultura. Paralelamente, o Ministério da Economia deve estimular, através de medidas provisórias, a redução de impostos e regulações no mercado citado. Desse modo, concretizar-se-ão os seus valores lúdico e artístico, que serão apreciados pelo povo brasileiro como um todo.

Foto: Reprodução/Inep



"O cinema se tornou uma tecnologia com grande potencial expressivo e, por essa razão, é considerado uma forma de arte. Simultaneamente, apresenta elevado valor lúdico, prova pelo recente sucesso de obras como "Coringa" e "Vingadores: Ultimato". Infelizmente, no contexto brasileiro, nem todos têm amplo acesso a tal maravilha. Nesse sentido, percebe-se a existência de problemas sociais e econômicos que dificultam a democratização dessa atividade no país.

Segundo o economista Ludwig von Mises, um dos grandes nomes da Escola Austríaca de Economia, o homem quando em liberdade, tende a agir buscando a maximização de sua felicidade. Sob essa ótica, nota-se que indivíduos com baixo poder aquisitivo priorizarão serviços de necessidade básica (como alimentação, saúde e moradia) em detrimento de atividades culturais, uma vez que aqueles, por serem essenciais à sobrevivência, lhes farão mais felizes que estes. Assim, a fragilidade econômica torna-se um fator de exclusão de certas parcelas da população nacional do mundo cinematográfico.

Além disso, de acordo com o Índice de Liberdade Econômica desenvolvido pela Heritage Foundation, o Brasil está entre os piores países para abrir uma empresa. Isso é resultado da alta complexidade tributária e burocrática, que resulta em maiores custos tanto para empreendedores quanto para consumidores. Por não ser imune a tal fenômeno, o setor do cinema sofre com as mesmas consequências, que restringem ainda mais a participação popular nas sessões. Dessa forma, a abertura e simplificação desse mercado são medidas necessárias para democratizá-lo, dado que reduzem os preços.

Diante do exposto, evidenciam-se os desafios sociais e econômicos para o pleno acesso da população brasileira às obras cinematográficas. Cabe, então, ao Ministério da Cidadania, por ter herdado as funções do extinto Ministério da Cultura, criar, por meio de parcerias com as empresas do setor, entradas gratuitas periódicas para a população de baixa renda, de modo a facilitar a sua participação nas salas de cinema e, consequentemente, popularizar o acesso à cultura. Paralelamente, o Ministério da Economia deve estimular, através de medidas provisórias, a redução de impostos e regulações no mercado citado. Desse modo, concretizar-se-ão os seus valores lúdico e artístico, que serão apreciados pelo povo brasileiro como um todo."



Luísa Dornelas

20 anos | Belo Horizonte - MG

Nome completo: LUISA DORNELAS DE MELLO

NOME → L U I S A D O R N E L A S D E M E L L O

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A primeira exibição pública do cinema ocorreu no ano de 1895 na França e, aos poucos, difundiu-se para todas as nações, sendo ainda uma grande fonte de entretenimento, inclusive no Brasil. Além disso, é notória sua função social ao proporcionar aos espectadores tanto uma atividade de lazer quanto uma propagação de informações e de conhecimentos, como os documentários e os filmes contendo alusões históricas. Nesse viés, a Constituição brasileira de 1988 determina o direito ao entretenimento a todos os cidadãos, assegurando o princípio da isonomia. Entretanto, o acesso aos cinemas no país vem deixando, gradualmente, de ser democrático, sobretudo devido à segregação espacial e aos elevados custos, ferindo o decreto, o que demanda ação pontual.

Decerto, o processo de urbanização brasileiro ocorreu de forma acelerada e desorganizada, provocando o surgimento de aglomerados no entorno dos centros urbanos. Diante dessa conjuntura, essas periferias sofrem, de modo geral, históricas negligências governamentais, como a escassez de infraestrutura básica, de escolas e de hospitais. Não obstante, tais regiões também carecem de espaços de lazer, como os cinemas, que, majoritariamente, concentram-se nas áreas centrais e de alta renda das cidades. Assim, corrobora-se a teoria descrita pelo filósofo francês Pierre Lévy de que "toda nova tecnologia gera seus excluídos". Portanto, o cinema, sendo uma inovação técnica, promove a segregação dos indivíduos marginalizados geograficamente.

Ademais, a maioria dos cinemas pelo Brasil cobram altos valores pelos ingressos das sessões, o que se torna inviável para grande parte da população, haja vista a situação econômica de crise que o país enfrenta, em que muitos indivíduos se encontram desempregados ou possuem baixa renda familiar. Desse modo, descumpre-se a determinação da Constituição Cidadã de igualdade de acesso ao lazer pela população, especialmente um entretenimento tão difundido entre a sociedade e de grandes benefícios pessoais, como a aquisição de informações e a ampliação da criticidade. Por fim, ratifica-se a tese desenvolvida pelo jornalista brasileiro Gilberto Dimenstein acerca da Cidadania de Papel, isto é, embora o país apresente um conjunto de leis bastante consistente, elas se atêm, de forma geral, ao plano teórico. Logo, a garantia de igualdade de acesso ao cinema pelos cidadãos não é satisfatoriamente aplicada na prática, impulsionando a segregação social.

Observa-se, então, a necessidade de democratização dos cinemas no Brasil. Para tanto, é preciso que a Ancine – Agência Nacional de Cinema – amplie o acesso da população aos cinemas. Isso ocorrerá por meio do incentivo fiscal às empresas do ramo, orientando a construção de mais cinemas nas regiões periféricas, a redução dos preços dos ingressos e a concessão de gratuidade de entrada para a parcela da sociedade pertencente às classes menos favorecidas, como indivíduos detentores de renda familiar inferior a um salário mínimo. Dessa forma, mais brasileiros terão a possibilidade de acesso aos cinemas e, finalmente, a isonomia será garantida nesse contexto, reduzindo a desigualdade entre a população.

Foto: Reprodução/Inep



"A primeira exibição pública do cinema ocorreu no ano de 1895 na França e, aos poucos, difundiu-se para todas as nações, sendo ainda uma grande fonte de entretenimento, inclusive no Brasil. Além disso, é notória sua função social ao proporcionar aos espectadores tanto uma atividade de lazer quanto uma propagação de informações e de conhecimentos, como os documentários e os filmes contendo alusões históricas. Nesse viés, a Constituição brasileira de 1988 determina o direito ao entretenimento a todos os cidadãos, assegurando o princípio da isonomia. Entretanto, o acesso aos cinemas no país vem deixando, grandemente, de ser democrático, sobretudo devido à segregação espacial e aos elevados custos, ferindo o decreto, o que demanda ação pontual.

Decerto, o processo de urbanização brasileiro ocorreu de forma acelerada e desorganizada, provocando o surgimento de aglomerados no entorno dos centros urbanos. Diante dessa conjuntura, essas periferias sofrem, de modo geral, históricas negligências governamentais, como a escassez de infraestrutura básica, de escolas e de hospitais. Não obstante, tais regiões também carecem de espaços de lazer, como os cinemas, que, majoritariamente, concentram-se nas áreas centrais e de alta renda das cidades. Assim, corrobora-se a teoria descrita pelo filósofo francês Pierre Lévy de que “toda nova tecnologia gera seus excluídos”. Portanto, o cinema, sendo uma inovação técnica, promove a segregação dos indivíduos marginalizados geograficamente.

Ademais, a maioria dos cinemas pelo Brasil cobram altos valores pelos ingressos das sessões, o que se torna inviável para grande parte da população, haja vista a situação econômica de crise que o país enfrenta, em que muitos indivíduos se encontram desempregados ou possuem baixa renda familiar. Desse modo, descumpre-se a determinação da Constituição Cidadã de igualdade de acesso ao lazer pela população, especialmente um entretenimento tão difundido entre a sociedade e de grandes benefícios pessoais, como a aquisição de informações e a ampliação da criticidade. Por fim, ratifica-se a tese desenvolvida pelo jornalista brasileiro Gilberto Dimenstein acerca da Cidadania de Papel, isto é, embora o país apresente um conjunto de leis bastante consistente, elas se atêm, de forma geral, ao plano teórico. Logo, a garantia de igualdade de acesso ao cinema pelos cidadãos não é satisfatoriamente aplicada na prática, impulsionando a segregação social.

Observa-se, então, a necessidade de democratização dos cinemas no Brasil. Para tanto, é preciso que a Ancine – Agência Nacional de Cinema – amplie o acesso da população aos cinemas. Isso ocorrerá por meio do incentivo fiscal às empresas do ramo, orientando a construção de mais cinemas nas regiões periféricas, a redução dos preços dos ingressos e a concessão de gratuidade de entrada para a parcela da sociedade pertencente às classes menos favorecidas, como indivíduos detentores de renda familiar inferior a um salário mínimo. Dessa forma, mais brasileiros terão a possibilidade de acesso aos cinemas e, finalmente, a isonomia será garantida nesse contexto, reduzindo a desigualdade entre a população."



Maria Antônia Barra

19 anos | Bias Fortes - MG | @maria_barra

Nome completo: MARIA ANTONIA DE LIMA BARRA

NOME → MARIA ANTONIA DE LIMA BARRA

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

O filme "Bastardos inglórios", ao contextualizar cenas em meados do século XX, retrata o caráter elitista das exibições de cinema, uma vez que eram feitas em espaços de socialização das classes ricas da época. Na contemporaneidade, embora seja mais amplo, ainda há entraves a serem superados quanto à democratização do acesso às salas cinematográficas (e seus conteúdos) no Brasil. Nesse sentido, os resquícios de uma herança segregacionista no que diz respeito à frequência de locais de cinema geram a dificuldade em manter esse hábito em parte da população, o que perpetua a problemática.

Nessa linha de raciocínio, é fundamental ressaltar que a urbanização tardia e a constante gentrificação de espaços citadinos brasileiros são responsáveis pela permanência de costumes elitistas. Com efeito, o geógrafo Milton Santos, ao estudar a organização das cidades do Brasil, postula que o processo rápido e desorganizado de construção urbana provocou a marginalização de grande parte dos cidadãos. Desse modo, o acesso a shopping centers e demais espaços de lazer, como os cinemas, ficou restrito àqueles que possuem meios para tal, ou seja, à parcela da população que mora perto desses locais centrais – a elite, e que possui recursos para consumir esses produtos culturais – também a elite. Assim, no que tange à exibição de filmes, há resquícios de um caráter social segregacionista, visto que a marginalização e a gentrificação excluem a massa populacional dos espaços cinematográficos, mantendo, estruturalmente, a problemática na sociedade brasileira.

Consequentemente, a dificuldade em manter o hábito de frequentar tais locais impede a plena democratização do acesso ao cinema. Nesse aspecto, a Teoria do sociólogo Pierre Bourdieu acerca do "capital cultural" vai ao encontro da realidade discutida. Em seus postulados, Bourdieu discute a influência das referências socioespaciais nos costumes do indivíduo, concluindo que o desenvolvimento de valores que incluam certa cultura é imprescindível à manutenção dos hábitos referentes a elas. Sendo assim, a herança segregacionista de frequência às salas cinematográficas e demais plataformas de exibição impede a construção de um capital cultural em parte da população do país, prejudicando sua democratização. Um exemplo disso é o relato da autora Carolina Maria de Jesus, em seu livro "Quarto de despejo", no qual ela conta que, por residir na periferia, o dinheiro que seus filhos gastariam para assistir aos longas no cinema não seria suficiente nem para pagar seus deslocamentos.

Portanto, visando mitigar os entraves à resolução da problemática, algumas medidas são necessárias. Primeiramente, cabe ao Governo Federal criar programas de apoio à cultura cinematográfica, por meio de sistemas de assistência às famílias carentes e especialmente distantes dos centros de lazer, como "vales cultura", junto a "vales transporte", para que os processos conceituados por Milton Santos (como gentrificação, que é a expulsão de indivíduos de uma área para a construção de espaços elitizados) não interfiram no acesso populacional ao cinema. Por fim, é dever das escolas promover formas de desenvolvimento de valores referentes à cultura cinematográfica, através de exibições extra-classe, como em gincanas e trabalhos lúdicos, a fim de que tanto os alunos quanto os pais possam construir o "capital" postulado por Bourdieu, de modo que tenham interesse de frequentar os espaços e plataformas de filmes, ampliando, então, o acesso a eles. Enfim, o cenário retratado no longa "Bastardos inglórios" não será reproduzido no Brasil, haja vista que o acesso ao cinema será democratizado.

Foto: Reprodução/Inep



"O filme “Bastardos Inglórios”, ao contextualizar cenas em meados do século XX, retrata o caráter elitista das exibições de cinema, uma vez que eram espaços de socialização das classes ricas da época. Na contemporaneidade, embora seja mais amplo, ainda há entraves a serem superados quanto à democratização do acesso às salas cinematográficas no Brasil. Nesse sentido, os resquícios de uma herança segregacionista no que diz respeito à frequência de locais de cinema, geram a dificuldade de manter esse hábito em grande parte da população, o que perpetua a problemática.

Nessa linha de raciocínio, é fundamental ressaltar que a urbanização tardia e a constante gentrificação de espaços citadinos brasileiros são responsáveis pela permanência de costumes elitistas. Com efeito, o geógrafo Milton Santos, ao estudar a organização das cidades do Brasil, postula que o processo rápido e desorganizado de construção urbana provocou a marginalização de grande parte dos cidadãos. Desse modo, o acesso a shopping centers e demais espaços de lazer, como os cinemas, ficou restrito àqueles que possuem meios para tal, ou seja, à parcela da população que mora perto desses locais centrais – a elite -, ou que possui recursos para se deslocar e consumir esses produtos culturais – também a elite. Assim, no que tange à exibição de filmes, há resquícios de um caráter segregacionista, visto que a marginalização e a gentrificação excluem a massa populacional dos espaços cinematográficos, mantendo a problemática.

Por conseguinte, a dificuldade de manter o hábito de frequentar tais locais impede a democratização do acesso ao cinema. Nesse aspecto, a teoria do sociólogo Pierre Bourdieu acerca de “capital cultural” vai ao encontro da realidade brasileira. Em seus postulados, Bourdieu discute a influência das referências socioespaciais nos costumes do indivíduo, concluindo que o desenvolvimento de valores que incluam certa cultura é imprescindível à manutenção dos costumes referentes à ela. Sendo assim, a herança elitista de frequência às salas cinematográficas e demais plataformas de exibição impede a construção de um capital cultural em parte significante da população do país, prejudicando sua democratização. Um exemplo disso é o relato da autora Carolina Maria de Jesus, em seu livro “Quarto de despejo”, no qual ela conta que, por residir na periferia, o dinheiro que seus filhos gastariam para assistir aos longas no cinema não era suficiente nem para pagar seus deslocamentos até lá.

Portanto, visando mitigar os entraves à resolução da problemática, algumas medidas são necessárias. Primeiramente, cabe ao Governo Federal criar programas de apoio à cultura cinematográfica, por meio de sistemas de assistência às famílias carentes e especialmente distantes dos centros de lazer, como "vales cultura", junto a "vales transporte", para que os processos conceituados por Milton Santos (como gentrificação, que é a expulsão de indivíduos de uma área para a construção de espaços elitizados) não interfiram no acesso populacional ao cinema. Por fim, é dever das escolas promover formas de desenvolvimento de valores referentes à cultura cinematográfica, através de exibições extra-classe, como em gincanas e trabalhos lúdicos, a fim de que tanto os alunos, quanto os pais possam construir o "capital" postulado por Bourdieu, de de modo que tenham interesse de frequentar os espaços de plataformas de filmes, ampliando, então, o acesso a elas. Enfim, o cenário retratado no longa "Bastardos Inglórios" não será reproduzido no Brasil, haja vista que o aporte ao cinema será democratizado."



Markyel Flabio Araujo

18 anos | Caicó - RN | @markkyel

Nome completo: MARKYEL FLABIO DOS SANTOS ARAUJO

NOME → M A R K Y E L F L A B I O D O S S A R A U J O

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A partir do avanço do desenvolvimento das grandes cidades brasileiras, ocorrido durante o século XX, decorrente do alastramento do capitalismo e do êxodo rural, o país passou por certas transformações que marcaram o modo de vida das populações dessas cidades, como o crescimento do número de salas de cinema em estabelecimentos comerciais. Nesse contexto, é notável que a prática de frequentar o cinema se configura como uma forma de entretenimento/lazer no dia a dia das pessoas; no entanto, é perceptível que o acesso a tal ambiente não é garantido a 100% da população brasileira, o que pressupõe uma discussão acerca da problemática.

A princípio, vale citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, que garante a todo indivíduo o direito ao bem-estar social, assim como o acesso ao lazer. Assim, todo indivíduo é passível de uma vida digna, com o mínimo de acesso à cultura e ao lazer. Nesse viés, o cinema pode ser visto como uma forma de entretenimento capaz de oferecer aos seus espectadores uma "fuga da realidade", possibilitando, assim, um momento de descontração e lazer que muitos brasileiros tanto necessitam para superar as frustrações diárias advindas do estresse contemporâneo que assola a sociedade.

Por outro lado, é necessário, indubitavelmente, destacar o fato de o Brasil ser um país extremamente desigual socialmente, que não possui uma democratização do acesso ao lazer. O país, que atualmente possui uma população de cerca de 210 milhões de habitantes, ainda enfrenta a enraizada divisão social promovida desde o processo de colonização, ocorrida no século XVI. Essa perspectiva pode ser comprovada pelas palavras do renomado escritor brasileiro Ariano Suassuna: "Que é muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos". Nesse sentido, é possível concluir que a precariedade do modo de vida de uma parcela da população marginalizada pela sociedade impossibilita que uma parte dos brasileiros desfrute de certas regalias, como, no caso, o acesso ao cinema.

Portanto, medidas cabíveis são necessárias para uma amenização ou possível superação do impasse. Cabe ao Congresso Nacional formular leis que garantam a inserção da população marginalizada em locais públicos como as salas de cinema, por meio de políticas públicas, como a criação de conjuntos de cinema localizados em regiões distantes dos centros das grandes cidades (em periferias ou bairros mais carentes), assim como em cidades localizadas no interior do país. Outra ação eficaz é a criação de "carteirinhas" para pessoas de baixa renda das cidades demograficamente maiores, para que possam frequentar cinemas com, por exemplo, metade do preço cobrado pelas empresas; tal ação pode ser firmada a partir de uma parceria público-privada entre o Estado e empresas fornecedoras do serviço. Com isso, o ~~país~~ acesso a locais como o cinema será mais justo e igualitário, e o país terá, assim, um avanço no quesito "democratização do acesso à cultura e ao lazer", prevista pela ONU.

Foto: Reprodução/Inep



"A partir do avanço do desenvolvimento das grandes cidades brasileiras, ocorrido durante o século XX, decorrente do alastramento do capitalismo e do êxodo rural, o país passou por certas transformações que marcaram o modo de vida das populações dessas cidades, como o crescimento do número de salas de cinema em estabelecimentos comerciais. Nesse contexto, é notável que a prática de frequentar o cinema se configura como uma forma de entretenimento/lazer no dia a dia das pessoas; no entanto, é perceptível que o acesso a tal ambiente não é garantido a 100% da população brasileira, o que pressupõe uma discussão acerca da problemática.

A princípio, vale citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, que garante a todo indivíduo o direito ao bem-estar social, assim como o acesso ao lazer. Assim, todo indivíduo é passível de uma vida digna, que tenha o mínimo de acesso à cultura e ao lazer. Nesse viés, o cinema pode ser visto como uma forma de entretenimento capaz de oferecer aos seus espectadores uma "fuga da realidade", possibilitando um momento de descontração e lazer que muitas pessoas necessitam para superar as frustrações diárias advindas do estresse contemporâneo que assola a sociedade.

Por outro lado, é necessário, indubitavelmente, destacar o fato de o Brasil ser um país extremamente desigual socialmente, que não possui uma democratização do acesso ao lazer. O país, que atualmente possui uma população de cerca de 210 milhões de habitantes, ainda enfrenta a enraizada divisão social promovida desde o processo de colonização, ocorrida no século XVI. Essa perspectiva pode ser comprovada pelas palavras do renomado escritor brasileiro Ariano Suassuna: "Que é muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos". Nesse sentido, é possível concluir que a precariedade do modo de vida de uma parcela da população marginalizada pela sociedade impossibilita que uma parte dos brasileiros desfrute de certas regalias, como, no caso, o acesso ao cinema.

Portanto, medidas cabíveis são necessárias para uma amenização ou possível superação do impasse. Cabe ao Congresso Nacional formular leis que garantam a inserção da população marginalizada em locais públicos como as salas de cinema, por meio de políticas públicas, como a criação de conjuntos de cinema localizados em regiões distantes dos centros das grandes cidades (em periferias ou bairros mais carentes), assim como em cidades localizadas no interior do país. Outra ação eficaz é a criação de "carteirinhas" para pessoas de baixa renda das cidades demograficamente maiores, para que possam frequentar cinemas com, por exemplo, metade do preço cobrado pelas empresas; tal ação pode ser firmada a partir de uma parceria público-privada entre o Estado e empresas fornecedoras do serviço. Com isso, o acesso a locais como o cinema será mais justo e igualitário , e o país terá, assim, um avanço no quesito "democratização do acesso à cultura e ao lazer", previsto pela ONU."



Matheus Adriano

22 anos | São Luís - MA | @andradefmatheus

Nome completo: MATHEUS ANDRADE FIGUERAS

NOME → MATHEUS ANDRADE FIGUERAS

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

O poeta Sebastião Uchoa Leite já mencionou que o cinema era uma de suas grandes inspirações em razão das diferentes perspectivas que este pode dar sobre o mundo. Portanto, o cinema, enquanto ferramenta de reflexão, beneficia a população brasileira, mas enfrenta, lamentavelmente, desafios para a democratização de seu acesso em escala nacional. Isso se deve, por um lado, a um padrão cinematográfico que não contempla as diversidades regionais e, por outro, a uma elitização da "sétima arte", afastando-a das periferias.

Em primeiro lugar, o Brasil reproduz, majoritariamente, filmes americanos, de padrão "hollywoodiano", que não contemplam as expressões regionais brasileiras. Segundo o ~~feito~~ filósofo Emmanuel Lévinas, uma sociedade justa deve respeitar a alteridade de seus membros, de modo que sua exclusão é uma forma de violência. Assim, o cinema regional aparece como um símbolo da cultura local, e seu incentivo é um modo de respeitar a alteridade dessas parcelas da sociedade, incluindo-as na cultura do cinema.

Além disso, o cinema, no Brasil, tem tido alcance restrito às classes sociais privilegiadas, que possuem fácil acesso a shopping centers, onde a maioria dos cinemas se concentra, ou renda suficiente para manter serviços de streaming, como o Netflix. De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, a facilidade de acesso a obras de arte pode ser ~~alta~~ chamada de "capital cultural", e sua acumulação é uma maneira de reproduzir a desigualdade social. Nesse sentido, levar o cinema às periferias é um passo essencial para a democratização de seu acesso no Brasil e para a distribuição do "capital cultural" entre todos.

Em conclusão, o incentivo ao cinema regional brasileiro e a difusão da "sétima arte" nas periferias são caminhos possíveis para a democratização do seu acesso no Brasil. Para isso, o Ministério da ~~Cultura~~ Cidadania, por meio de editais públicos, deve oferecer patrocínio à produção de filmes regionais, em especial nos interiores brasileiros, com a finalidade de difundir o cinema regional. Concomitantemente, os Governos estaduais, por meio de suas secretarias de cultura, devem criar campanhas de exibição de filmes nas periferias, atendendo às especificidades de cada estado, para difundir o acesso a esse meio artístico a todos os brasileiros.

Foto: Reprodução/Inep



"O poeta Sebastião Uchoa Leite já mencionou que o cinema era uma de suas grandes inspirações em razão das diferentes perspectivas que este pode dar sobre o mundo. Portanto, o cinema, enquanto ferramenta de reflexão, beneficia a população brasileira, mas enfrenta, lamentavelmente, desafios para a democratização de seu acesso em escala nacional. Isso se deve, por um lado, a um padrão cinematográfico que não contempla as diversidades regionais e, por outro, a uma elitização da "sétima arte", afastando-a das periferias.

Em primeiro lugar, o Brasil reproduz, majoritariamente, filmes americanos, de padrão "hollywoodiano", que não contemplam as expressões regionais brasileiras. Segundo o filósofo Emmanuel Lévinas, uma sociedade justa deve respeitar a alteridade de seus membros, de modo que sua exclusão é uma forma de violência. Assim, o cinema regional aparece como um símbolo da cultura local, e seu incentivo é um modo de respeitar a alteridade dessas parcelas da sociedade, incluindo-as na cultura do cinema.

Além disso, o cinema, no Brasil, tem tido alcance restrito às classes sociais privilegiadas, que possuem fácil acesso a shopping centers, onde a maioria dos cinemas se concentra, ou renda suficiente para manter serviços de streaming, como o Netflix. De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, a facilidade de acesso a obras de arte pode ser chamada de "capital cultural", e sua acumulação é uma maneira de reproduzir a desigualdade social. Nesse sentido, levar o cinema às periferias é um passo essencial para a democratização de seu acesso no Brasil e para a distribuição do "capital cultural" entre todos.

Em conclusão, o incentivo ao cinema regional brasileiro e a difusão da "sétima arte" nas periferias são caminhos possíveis para a democratização do seu acesso no Brasil. Para isso, o Ministério da Cidadania, por meio de editais públicos, deve oferecer patrocínio à produção de filmes regionais, em especial nos interiores brasileiros, com a finalidade de difundir o cinema regional. Concomitantemente, os Governos estaduais, por meio de suas secretarias de cultura, devem criar campanhas de exibição de filmes nas periferias, atendendo às especificidades de cada estado, para difundir o acesso a esse meio artístico a todos os brasileiros."



Nathalia Vital

24 anos | Arapiraca - AL

Nome completo: NATHALIA VITAL SILVA

NOME → NATHALIA VITAL SILVA

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Com a consolidação do capitalismo ocorrida ao final da Guerra Fria o cinema sofreu transformações para adequar o seu conteúdo à demanda de consumo desse modelo. Desde então, o cinema tornou-se um dos principais meios de acesso e difusão da cultura, no entanto, o Brasil enfrenta desafios para democratizar o acesso ao cinema à população, seja pelo baixo incentivo para frequentá-lo — fruto da negligência escolar em estimular o apreço pelos filmes —, seja pela escassez de cinemas nas regiões periféricas e pelo alto preço dos ingressos, muitas vezes inacessíveis para a comunidade.

Nesse contexto, para o filósofo Aristóteles, o desenvolvimento de virtudes e aptidões ocorre por meio de uma educação eficiente. Todavia, a prática deturpa essa teoria no tocante à falha das escolas em estimular o apreço pelos filmes, uma vez que não há projetos específicos nas aulas para cultivar tal sentimento. Por conseguinte, se o incentivo não é promovido, os indivíduos não desenvolvem a necessidade de ir ao cinema, bem como não entendem a importância dele para obter um maior conhecimento cultural e, desse modo, a democratização do acesso aos serviços cinematográficos torna-se cada dia mais difícil.

Além disso, o acesso ao cinema também é dificultado em razão da ausência ou escassez de cinemas em regiões periféricas, pois não há incentivos governamentais para a instalação deles nesses locais. Sob tal aspecto, essa falha decorre do pensamento de que o serviço cinematográfico não é lucrativo em cidades onde o cinema não é frequentado regularmente, entretanto, muitas vezes, as pessoas deixam de consumi-lo em razão de não haver um cinema perto de suas residências e do alto preço dos ingressos, os quais não são acessíveis para quem possui baixas condições financeiras. Destarte, segundo o filósofo Jürgen Habermas, a inclusão e o amparo à população devem ser prerrogativas para um convívio social justo e harmonioso e, por isso, a construção de mais cinemas irá proporcionar uma maior inclusão na sociedade e o acesso ao cinema será ampliado.

Logo, cabe ao Ministério da Educação alterar a grade curricular de ensino — mediante a inserção de aulas de cinema nas disciplinas de História e Sociologia, as quais trabalhem um filme por semana — a fim de cultivar o apreço por filmes e, assim, estimular a ida ao cinema. Ademais, compete ao Governo Federal junto à Secretaria Nacional da Cultura investir na construção de cinemas nas cidades periféricas, com preços acessíveis à comunidade, com o intuito de ampliar o acesso ao cinema no Brasil de forma igualitária. Dessa maneira a democratização do acesso ao cinema ocorrerá plenamente.

Foto: Reprodução/Inep



"Com a consolidação do capitalismo ocorrida ao final da Guerra Fria o cinema sofreu transformações para adequar o seu conteúdo à demanda de consumo desse modelo. Desde então, o cinema tornou-se um dos principais meios de acesso e difusão da cultura, no entanto, o Brasil enfrenta desafios para democratizar o acesso ao cinema à população, seja pelo baixo incentivo para frequentá-lo — fruto da negligência escolar em estimular o apreço pelos filmes —, seja pela escassez de cinemas.

Nesse contexto, para o filósofo Aristóteles, o desenvolvimento de virtudes e aptidões ocorre por meio de uma educação eficiente. Todavia, a prática deturpa essa teoria no tocante à falha das escolas em estimular o apreço pelos filmes, uma vez que não há projetos específicos nas aulas para cultivar tal sentimento. Por conseguinte, se o incentivo não é promovido, os indivíduos não desenvolvem a necessidade de ir ao cinema, bem como não entendem a importância dele para obter um maior conhecimento cultural e, desse modo, a democratização do acesso aos serviços cinematográficos torna-se cada dia mais difícil.

Além disso, o acesso ao cinema também é dificultado em razão da ausência ou escassez de cinemas em regiões periféricas, pois não há incentivos governamentais para a instalação deles nesses locais. Sob tal aspecto, essa falha decorre do pensamento de que o serviço cinematográfico não é lucrativo em cidades onde o cinema não é frequentado regularmente, entretanto, muitas vezes, as pessoas deixam de consumí-lo em razão de não haver um cinema perto de suas residências e do alto preço dos ingressos, os quais não são acessíveis para quem possui baixas condições financeiras. Destarte, segundo o filósofo Jürgen Habermas, a inclusão e o amparo à população devem ser prerrogativas para um convívio social justo e harmonioso e, por isso, a construção de mais cinemas irá proporcionar uma maior inclusão na sociedade e o acesso ao cinema será ampliado.

Logo, cabe o Ministério da Educação alterar a grade curricular de ensino — mediante a inserção de aulas de cinema nas disciplinas de História e Sociologia, as quais trabalhem um filme por semana — a fim de cultivar o apreço por filmes e, assim, estimular a ida ao cinema. Ademais, compete ao Governo Federal junto à Secretaria Nacional da Cultura investir na construção de cinemas nas cidades periféricas, com preços acessíveis à comunidade, com o intuito de ampliar o acesso ao cinema no Brasil de forma igualitária. Dessa maneira a democratização do acesso ao cinema ocorrerá plenamente."



Nayra Amorim

18 anos | Pau dos Ferros - RN | @_nayraamorim

Nome completo: NAYRA DELANY DE AMORIM ALVES

NOME → NAYRA DELÂNY DE AMORIM ALVES

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

No Brasil, apesar de a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, garantir o acesso à cultura a todos os brasileiros, nota-se que muitos cidadãos não usufruem dessa prerrogativa, tendo em vista que uma grande parcela social não tem acesso ao cinema. Dessa forma, esse cenário comprometedor exige ações mais eficazes do poder público e das instituições de ensino, a fim de assegurar a igualdade de acesso ao universo cinematográfico.

Efetivamente, é notório o desacordo que existe entre o que é assegurado pela Constituição e a realidade do país, uma vez que muitos municípios não possuem cinemas ou espaços destinados à exposição de filmes, séries e documentários. Esse exposto paradigma atesta, sobretudo, uma grande desigualdade no acesso à cultura do país, tendo em vista que em grandes cidades, como o Rio de Janeiro, o cinema é mais valorizado. Além disso, vale ressaltar que tal desigualdade fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a qual assegura a produção cultural e o lazer como um direito de todos. Logo, é fundamental que o poder público desenvolva medidas, como a construção de mais espaços destinados aos espectadores, com o intuito de que os anseios do artigo 215 tenham realmente vigor.

Ademais, outro fator preponderante é que, apesar da modernização do universo cinematográfico, o qual, atualmente, possui filmes em "3D" e salas de cinema bastante equipadas, muitos brasileiros não conseguem arcar, por exemplo, com o custo do ingresso ou, até mesmo, o espaço destinado à exibição de filmes, como o shopping center, é distante do local onde essas pessoas residem, inviabilizando, assim, o acesso à cultura previsto na Constituição. Esse panorama conflituoso explicita a necessidade das instituições de ensino atuarem de forma mais efetiva, promovendo, por exemplo, "noites do filme" na comunidade que sejam gratuitas, a fim de democratizar o acesso ao cinema, sendo esse uma forma de entretenimento da população, bem como de transmissão de conhecimento.

Portanto, cabe ao poder público intensificar os investimentos no acesso à produção cultural do país, sobretudo, ao cinema, mediante replanejamento orçamentário, que viabilize a destinação de mais verbas para a construção de cinemas nos municípios, com o propósito de que mais brasileiros possam usufruir dessa importante ferramenta para o lazer. Outrossim, as instituições de ensino, como as escolas e as universidades, devem promover a democratização do acesso ao cinema, por meio da exibição gratuita de filmes em, por exemplo, auditórios e quadras escolares em horários noturnos, com o fito de que todas as parcelas sociais possam ser atendidas.

Foto: Reprodução/Inep



"No Brasil, apesar de a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, garantir acesso à cultura a todos os brasileiros, nota-se que muitos cidadãos não usufruem dessa prerrogativa, tendo em vista que uma grande parcela social não tem acesso ao cinema. Dessa forma, esse cenário comprometedor exige ações mais eficazes do poder público e das instituições de ensino, a fim de assegurar a igualdade de acesso ao universo cinematográfico.

Efetivamente, é notório o desacordo que existe entre o que é assegurado pela Constituição e a realidade do país, uma vez que muitos municípios não possuem cinemas ou espaços destinados à exposição de filmes, séries e documentários. Esse nefasto paradigma atesta, sobretudo, uma grande desigualdade no acesso à cultura do país, tendo em vista que em grandes cidades, como o Rio de Janeiro, o cinema é mais valorizado. Além disso, vale ressaltar que tal desigualdade fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a qual assegura a produção cultural e lazer como um direito de todos. Logo, é fundamental que o poder público desenvolva medidas, como a construção de mais espaços destinados aos espectadores, com o intuito de que os anseios do artigo 215 tenham realmente vigor.

Ademais, outro fator preponderante é que, apesar da modernização do universo cinematográfico, o qual, atualmente, possui filmes em "3D" e salas de cinema bastante equipadas, muitos brasileiros não conseguem arcar, por exemplo, com o custo do ingresso ou, até mesmo, o espaço destinado à exibição de filmes, como shopping center, é distante do local onde essas pessoas residem, inviabilizando, assim, o acesso à cultura previsto na Constituição. Esse panorama conflituoso explicita a necessidade das instituições de ensino em atuar de forma mais efetiva, promovendo, por exemplo, "noites do filme" na comunidade que se sejam gratuitas, a fim de democratizar o acesso ao cinema, sendo essa uma forma de entretenimento da população, bem como de transmissão de conhecimento.

Portanto, cabe ao poder público intensificar os investimentos no acesso à produção cultural do país, sobretudo, ao cinema, mediante replanejamento orçamentário, que viabilize a destinação de mais verbas para a construção de cinemas nos municípios, com o propósito de que mais brasileiros possam usufruir dessa importante ferramenta para o lazer. Outrossim, as instituições de ensino, como as escolas e as universidades, devem promover a democratização do acesso ao cinema, por meio da exibição gratuita de filmes em, por exemplo, auditórios e quadras escolares em horários noturnos, com o fito de que todas as parcelas sociais possam ser atendidas."



Pedro Luís Ladeira Mello

17 anos | Niterói - RJ | @pedroluis_26

Nome completo: PEDRO LUIS LADEIRA MELLO

NOME → P E D R O L U I S L A D E I R A M E L L O

O cinema, considerado a sétima arte, é um importante meio difusor de conhecimento, entretenimento e cultura. Por oferecer tamanha carga intelectual, ele deveria ser de fácil acesso a todos. No Brasil, entretanto, percebe-se que, no decorrer dos anos, o acesso a essa arte tornou-se pouco democrático devido a fatores históricos e à reduzida atuação estatal para resolver essa problemática.

Em primeira análise, cabe ressaltar a histórica concentração das salas de cinema nos principais centros urbanos do país. Pelo fato de tais lugares terem abrigado as principais atividades econômicas nacionais - mineração em Minas Gerais, produção de café no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, industrialização no Sul e no Sudeste -, esses centros concentraram grande parte da elite urbana brasileira. Com isso, a fim de atender a essa elite, um número maior de complexos investimentos culturais foram realizados nessas regiões - como a Reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro. Por consequência, os estabelecimentos de cinema aglutinaram-se nessas áreas, com poucos indo para o restante do país. Assim, uma grande parte da sociedade ficou marginalizada do acesso ao cinema.

Além disso, deve-se analisar a ineficiência do Estado na democratização desse acesso. Segundo o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, o brasileiro é, desde a colonização, marcado por um individualismo exacerbado que o leva a se apropriar do público para fins particulares. Essa característica contribui para que muitos políticos pouco ajam para atender aos anseios do povo, como ter um acesso mais facilitado ao cinema. Dessa forma, há uma reduzida atuação do Estado em buscar a democratização dessa forma de entretenimento. Consequentemente, o atual cenário de exclusão de um número considerável de cidadãos da possibilidade de adquirir cultura, por meio do cinema, mantém-se presente no país.

O acesso pouco democrático ao cinema, em território nacional, é, portanto, uma problemática de raízes históricas e atuais a ser combatida. Nesse sentido, a Secretaria de Cultura deve, por meio de parcerias público-privadas com empresas do ramo de cinemas, investir na construção de salas de cinema em regiões, até então, desprovidas desse estabelecimento. Essas parcerias devem oferecer incentivos fiscais e, em troca, a Secretaria deverá conseguir recursos e equipamentos de qualidade para utilizar nessas novas salas. O objetivo dessa proposta é desconcentrar as salas de cinema no país, aumentar sua oferta em todo o território e, assim, democratizar o acesso ao cinema. Dessa forma, a carga intelectual dessa sétima arte poderá ser mais bem difundida no país.

Foto: Reprodução/Inep



"O cinema, considerado a sétima arte, é um importante meio de difusão do conhecimento, entretenimento e cultura. Por oferecer tamanha carga intelectual, ele deveria ser de fácil acesso a todos. No Brasil, entretanto, percebe-se que, no decorrer dos anos, o acesso a essa arte tornou-se pouco democrático devido a fatores históricos e à reduzida a atuação estatal para resolver essa problemática.

Em primeira análise, cabe ressaltar a histórica concentração das salas de cinema nos principais centros urbanos do país. Pelo fato de tais lugares terem abrigado as principais atividades econômicas nacionais — mineração em Minas Gerais, produção de café no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, industrialização no Sul e no Sudeste —, esses centros concentraram grande parte da elite urbana brasileira. Com isso, a fim de atender a essa elite, um número maior de complexos investimentos culturais foram realizados nessas regiões — como a Reforma Pereira Passos no Rio de Janeiro. Por consequência, os estabelecimentos de cinema aglutinaram-se nessas áreas, com poucos indo para o restante do país. Assim, uma grande parte da sociedade ficou marginalizada do acesso ao cinema.

Além disso, deve-se analisar a ineficiência do Estado na democratização desse acesso. Segundo o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, o brasileiro é, desde a colonização, marcado por um individualismo exacerbado que o leva a se apropriar do público para fins particulares. Essa característica contribui para que muitos políticos pouco ajam para entender os anseios do povo, como ter um acesso mais facilitado ao cinema. Dessa forma, há uma reduzida atuação do Estado em busca da democratização dessa forma de entretenimento. Consequentemente, o atual cenário de exclusão de um número considerável de cidadãos da possibilidade de adquirir cultura, por meio do cinema, mantém-se presente no país.

O acesso pouco democrático ao cinema, em território nacional, é, portanto, uma problemática de raízes históricas e atuais a ser combatida. Nesse sentido, a Secretaria de Cultura deve, por meio de parcerias público-privadas com empresas do ramo dos cinemas, investir na construção de salas de cinema em regiões, até então, desprovidas desse estabelecimento. Essas parcerias devem oferecer incentivos fiscais e, em troca, a Secretaria deverá conseguir recursos e equipamentos de qualidade para utilizar nessas novas salas. O objetivo dessa proposta é desconcentrar as salas de cinema no país, aumentar sua oferta em todo o território e, assim, democratizar o acesso ao cinema. Dessa forma, a carga intelectual dessa sétima arte poderá ser mais bem difundida no país."



Raquel Merisio

20 anos | Linhares - ES | @raquelmerisio

Nome completo: RAQUEL ARAUJO MERISIO

NOME R A Q U E L A R A U J O M E R I S I O

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE.**
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Karl Marx, pensador alemão, acredita que os indivíduos devem ser analisados de acordo com o contexto de suas situações sociais, já que produzem suas existências em grupo. Nessa lógica, torna-se pontual compreender a questão do acesso ao cinema no Brasil e os meios para haver a democratização na sociedade. A partir disso, faz-se relevante entender que os ínfimos investimentos dos institutos de ensino em estimular a valorização do cinema e da cultura e a persistência da vulnerabilidade social requerem um quadro a ser revertido.

Em primeira análise, observa-se que Edgar Morin, sociólogo francês, afirma, com o conceito de "pensamento sistêmico", que é preciso ir além de um pensamento linear, sendo necessário se preocupar com as relações de causa e efeito. Essa questão é pertinente, uma vez que muitas escolas têm o foco direcionado aos vestibulares e ao mercado de trabalho e negligenciam as abordagens sociais como o debate sobre o cinema e sobre os valores transmitidos por esse meio cultural. Isso se torna preocupante, visto que sem a formação de estudantes como cidadãos que apreciam a arte audiovisual, há a permanência de sentimentos de desapreço à cultura. É indiscutível, então, que haja mais atenção dos institutos de ensino em abranger os assuntos sociais, para que as relações de causa e efeito sejam priorizadas com a construção de alunos envolvidos nas questões culturais e, assim, possa existir maior valorização e ingresso dos cinemas no país.

Ademais, outra razão fundamental para a consolidação desse pensamento é o fato de que John Locke, filósofo inglês, postula que o Estado deve garantir os direitos aos cidadãos como a manutenção do acesso às áreas culturais e de lazer. Nesse caso, o equívoco reside no erro de se acreditar que esses direitos são assegurados com efetividade em todas as classes sociais. Sabe-se que tal relato não pode ser afirmado, pois é notório que o que prevalece no Brasil é a desigualdade social, a qual prova que as pessoas de regiões minoritárias são mais vulneráveis ao meio e não têm acesso aos centros culturais como o cinema devido à falta de políticas públicas voltadas a essa questão. Diante desse quadro, não se pode adiar a preocupação dos órgãos governamentais em promover áreas cinematográficas nas regiões pobres, para que se crie uma relação de pertencimento com a garantia dos direitos e, desse modo, exista a democratização dessa arte no país.

O posicionamento assumido demanda, portanto, duas medidas pontuais. A princípio, os institutos escolares, responsáveis pela construção pessoal e social, devem estabelecer como meta a flexibilização das metodologias aplicadas à educação, por meio de aulas dinâmicas e transdisciplinares que abordem as questões sociais como a valorização do cinema, para que os estudantes se interessem pela cultura audiovisual e, assim, exista maior acesso nesse ramo. A outra ação precisa ser fomentada pelo Ministério da Cidadania, juntamente às ONGs, no sentido de intensificar os centros artísticos nas classes mais carentes, por intermédio da implementação de cinemas abertos à população, a fim de que haja acesso das práticas cinematográficas com equidade. Com esses direcionamentos, os indivíduos, como advoga Marx, irão consistir de forma mais integral na sociedade com a democratização da cultura audiovisual.

Foto: Reprodução/Inep



"Karl Marx, pensador alemão, acredita que os indivíduos devem ser analisados de acordo com o contexto de suas situações sociais, já que produzem suas existências em grupo. Nessa lógica, torna-se pontual compreender a questão do acesso ao cinema no Brasil e os meios para haver a democratização na sociedade. A partir disso, faz-se relevante entender que os ínfimos investimentos dos institutos de ensino em estimular a valorização do cinema e da cultura e a persistência da vulnerabilidade social requerem um quadro a ser revertido.

Em primeira análise, observa-se que Edgar Morin, sociólogo francês, afirma, com conceito de "pensamento sistêmico", que é preciso ir além de um pensamento linear, sendo necessário se preocupar com as relações de causa e efeito. Essa questão é pertinente, uma vez que muitas escolas têm o foco direcionado aos vestibulares e ao mercado de trabalho e negligenciam as abordagens sociais como o debate sobre o cinema e sobre os valores transmitidos por esse meio intelectual. Isso se torna preocupante, visto que sem a formação de estudantes como cidadãos que apreciam a arte audiovisual, há a permanência de sentimentos de descaso à cultura. É indiscutível, então, que haja maior atenção dos institutos de ensino em abranger os assuntos sociais, para que as relações de causa e efeito sejam priorizadas com a construção de alunos envolvidos nas questões culturais e, assim, possa existir maior valorização e ingresso dos cinemas no país.

Ademais, outra razão fundamental para a consolidação desse pensamento é o fato de que John Locke, filósofo inglês, pontua que o Estado deve garantir os direitos dos cidadãos como a manutenção do acesso às áreas culturais e de lazer. Nesse caso, o equívoco eclode no erro de se acreditar que esses direitos são assegurados com efetividade em todas as classes sociais. Sabe-se que tal relato não pode ser afirmado, pois é notório que o que prevaleceu no Brasil é a desigualdade social, a qual prova que as pessoas de regiões minoritárias são mais vulneráveis ao meio e não têm acesso aos centros culturais como cinema devido à falta de políticas públicas voltadas a essa questão. Diante desse quadro, não se pode adiar a preocupação dos órgãos governamentais em promover áreas cinematográficas nas regiões pobres, para que se crie uma relação de pertencimento com a garantia dos direitos e, desse modo, exista a democratização dessa arte no país.

O posicionamento assumido demanda, portanto, duas Medidas pontuais. A princípio, os institutos escolares, responsáveis pela construção pessoal e social, devem estabelecer como meta a flexibilização das metodologias aplicadas à educação, por meio de aulas dinâmicas e transdisciplinares que abordem as questões sociais como a valorização do cinema, para que os estudantes se interessem pela cultura audiovisual e, assim, exista maior acesso nesse ramo. A outra ação precisa ser fomentada pelo Ministério da Cidadania, juntamente às ONGs, no sentido de intensificar os centros artísticos nas classes mais carentes, por intermédio da implementação de cinemas abertos à população, a fim de que haja acesso das práticas cinematográficas com equidade. Com esses direcionamentos, os indivíduos, como advoga Marx, irão coexistir de forma mais integral na sociedade com a democratização da cultura audiovisual."



Stela Lopes

18 anos | Belo Horizonte - MG | @stela.terra_

Nome completo: STELA TERRA LOPES

NOME → S T E L A T E R R A L O P E S

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

A questão do acesso ao cinema, apesar de não ser amplamente discutida, é um problema muito expressivo no Brasil atualmente. A gravidade do quadro é evidenciada pelos dados do site Meio e Mensagem: 83% da população brasileira não frequentam tal ambiente. Nesse contexto, percebe-se que o acesso ao cinema não é democratizado e convém analisar as causas e impactos negativos dessa situação na sociedade.

Em primeiro lugar, é preciso compreender as causas dessa problemática. Em um mundo marcado pelo capitalismo, é comum que, cada vez mais, seja fortalecido o sistema de mercantilização do lazer, ou seja, este passa a ser vendido por empresas em forma de mercadoria. Nesse sentido, nota-se que, muitas vezes, parcelas da população com condições financeiras mais baixas acabam não conseguindo ter acesso às atividades de lazer, como o cinema, devido aos preços, geralmente, inacessíveis. Além disso, outro fator que contribui para a falta do amplo acesso da população ao cinema é a localização no interior dos shoppings, os quais, normalmente, estão situados nos centros das grandes cidades, o que acaba dificultando o acesso de moradores de bairros mais afastados. Dessa forma, o cinema no Brasil torna-se um ambiente elitizado.

Em segundo lugar, é importante salientar os impactos negativos desse quadro na sociedade. Tendo em vista que a parcela mais pobre da população, geralmente, não consegue arcar com os custos de frequentar o cinema e sabendo que o acesso ao lazer é um direito garantido pela Constituição Federal, percebe-se a ocorrência da "Cidadania de papel", termo cunhado pelo escritor paulista Gilberto Dimenstein, que diz respeito à existência de direitos na teoria (Constituição), os quais não ocorrem, de fato, na prática. Sob essa perspectiva, nota-se que a falta de democratização do acesso ao cinema gera exclusão social das camadas menos favorecidas e impede que elas possam usufruir de seus direitos.

Portanto, é mister que o Ministério da Infraestrutura, em parceria com o Ministério da Cultura, construa cinemas públicos, por meio da utilização de verbas governamentais, a fim de atender a população que não pode pagar por esse serviço, fazendo com que, assim, o acesso ao cinema seja democratizado e essa parcela da sociedade deixe de usufruir apenas de uma "Cidadania de papel".

Foto: Reprodução/Inep



"A questão do acesso ao cinema, apesar de não ser amplamente discutida, é um problema muito expressivo no Brasil atualmente. A gravidade do quadro é evidenciada pelos dados do site Meio e Mensagem: 83% da população brasileira não frequentam tal ambiente. Nesse contexto, percebe-se que o acesso ao cinema não é democratizado e convém analisar as causas e impactos negativos dessa situação na sociedade.

Em primeiro lugar, é preciso compreender as causas dessa problemática. Em um mundo marcado pelo capitalismo, é comum que, cada vez mais, seja fortalecido o sistema de mercantilização do lazer, ou seja, este passa a ser vendido por empresas em forma de mercadoria. Nesse sentido, nota-se que, muitas vezes, parcelas da população com condições financeiras mais baixas acabam não conseguindo ter acesso às atividades de lazer, como o cinema, devido aos preços, geralmente, inacessíveis. Além disso, outro fator que contribui para a falta do amplo acesso da população ao cinema é a localização no interior dos shoppings, os quais, normalmente, estão situados nos centros das grandes cidades, o que acaba dificultando o acesso de moradores de bairros mais afastados. Dessa forma, o cinema no Brasil torna-se um ambiente elitizado.

Em segundo lugar, é importante salientar os impactos negativos desse quadro na sociedade. Tendo em vista que a parcela mais pobre da população, geralmente, não consegue arcar com os custos de frequentar o cinema e sabendo que o acesso ao lazer é um direito garantido pela Constituição Federal, percebe-se a ocorrência da "cidadania de papel", termo cunhado pelo escritor paulista Gilberto Dimenstein, que diz respeito à existência de direitos na teoria (Constituição), os quais não ocorrem, de fato, na prática. Sob essa perspectiva, nota-se que a falta de democratização do acesso ao cinema gera exclusão social das camadas menos favorecidas e impede que elas possam usufruir de seus direitos.

Portanto, é mister que o Ministério da Infraestrutura, em parceria com o Ministério da Cultura, construa cinemas públicos, por meio da utilização de verbas governamentais, a fim de atender a população que não pode pagar por esse serviço, fazendo com que, assim, o acesso ao cinema seja democratizado e essa parcela da sociedade deixe de usufruir apenas de uma "cidadania de papel"."

Thiago Nakazone

17 anos | Recife - PE | @thiagonakazone

Nome completo: THIAGO MITSUO COUTINHO NAKAZONE

NOME → T H I A G O M I T S U O C O U T I N H O N A K A Z O N E

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Os filmes, além de proverem entretenimento, têm uma função social muito importante: a de denúncia. O movimento do Cinema Marginal, por exemplo, ocorrido na segunda metade do século XX, tornou-se único por retratar as mais diversas desigualdades de nosso país. Por conta desse caráter tão plural, democratizar o acesso à Sétima Arte no Brasil se faz extremamente necessário. Contudo, quanto a isso, existem ~~diversos~~ vários desafios, sendo os principais: a desuniforme distribuição do parque exibidor e o alto preço cobrado pelos ingressos.

De início, sabe-se que, quando surgiram em terras tupiniquins, os cinemas eram de rua, com um único ambiente com capacidade para mais de 500 pessoas. Entretanto, a crescente onda de violência nas cidades – muito bem retratada pelo longa-metragem brasileiro "Tropa de Elite" – fez com que tal cenário mudasse completamente. No panorama atual, a maior parte dos centros de exibição antigos foram demolidos, sendo substituídos por novos complexos multissalas. Esses últimos, por sua vez, afastaram-se das periferias e abrigaram-se nos shoppings centers, capazes de fornecer um pouco mais de segurança. Tal realidade prova, tristemente, que a criminalidade nas metrópoles contribuiu para a centralização do parque exibidor em regiões ricas, dificultando o acesso pelos mais pobres – um verdadeiro empecilho.

Outrossim, esse mercado – monopolizado por grandes corporações – tornou-se bastante caro. Os altos preços cobrados por um ingresso não são uma realidade muito viável: para diversos brasileiros com dificuldades financeiras, o lazer dificilmente é tratado como prioridade. O país, inclusive, conta com mais de 10 milhões de desempregados – a maior taxa dos últimos anos –, segundo o IBGE. Engana-se, porém, quem pensa que no nosso circuito filmográfico não há demanda: basta ver o notável número de espectadores nas segundas e quartas-feiras, dias de promoção. Essa delicada situação mostra que, infelizmente, os valores abusivos espantam os consumidores e constituem outro importante desafio.

Sabendo disso, portanto, as Secretarias de Segurança Pública necessitam, através de ações com a Polícia Civil, criar um eficiente programa de combate à violência urbana contendo canais de denúncia e agentes especializados, a fim de, novamente, tornar as ruas amigáveis à instalação de complexos de exibição. O Ministério da Economia deve, por fim, estimular pequenos empreendedores desse mercado, por meio de empréstimos e de incentivos fiscais, visando ampliar o parque exibidor, promover a concorrência e, assim, abaixar os preços dos ingressos. Dessa forma, busca-se democratizar o acesso ao cinema e superar as desigualdades retratadas no Movimento ~~Marginal~~ Marginal.

Foto: Reprodução/Inep



"Os filmes, além de proverem entretenimento, têm uma função social muito importante: a de denúncia. O movimento do Cinema Marginal, por exemplo, ocorrido na segunda metade do século XX, tornou-se único por retratar as mais diversas desigualdades de nosso país. Por conta desse caráter tão plural, democratizar o acesso à Sétima Arte no Brasil se faz extremamente necessário. Contudo, quanto a isso, existem vários desafios, sendo os principais: a desuniforme distribuição do parque exibidor e o alto preço cobrado pelos ingressos.

De início, sabe-se que, quando surgiram em terras tupiniquins, os cinemas eram de rua, com um único ambiente com capacidade para mais de 500 pessoas. Entretanto, a crescente onda de violência nas cidades — muito bem retratada pelo longa-metragem brasileiro "Tropa de Elite" — fez com que tal cenário mudasse completamente. No panorama atual, a maior parte dos centros de exibição antigos foram demolidos, sendo substituídos por novos complexos multissala. Esses últimos, por sua vez, afastaram-se das periferias e abrigaram-se nos shoppings centers, capazes de fornecer um pouco mais de segurança. Tal realidade prova, tristemente, que a criminalidade nas metrópoles contribuiu para a centralização do parque exibidor em áreas ricas, dificultando o acesso pelos mais pobres — um verdadeiro empecilho.

Outrossim, esse mercado — monopolizado por grandes corporações — tornou-se bastante caro. Os altos preços cobrados por um ingresso não são uma realidade muito viável: para diversos brasileiros com dificuldades financeiras, o lazer dificilmente é tratado como prioridade. O país, inclusive, conta com mais de 10 milhões de desempregados — a maior taxa dos últimos anos —, segundo o IBGE. Engana-se, porém, que pensa que, no nosso circuito filmográfico, não há demanda: basta ver o notável número de espectadores nas segundas e quartas-feiras, dias de promoção. Essa delicada situação mostra que, infelizmente, os valores abusivos espantam os consumidores e constituem outro importante desafio.

Sabendo disso, portanto, as Secretarias de Segurança Pública necessitam, através de ações com a Polícia Civil, criar um eficiente programa de combate à violência urbana contendo canais de denúncia e agentes especializados, a fim de, novamente, tornar as ruas amigáveis à instalação de complexos de exibição. O Ministério da Economia deve, por fim, estimular pequenos empreendedores desse mercado, por meio de empréstimos e de incentivos fiscais, visando ampliar o parque exibidor, promover a concorrência e, assim, abaixar os preços dos ingressos. Dessa forma, busca-se democratizar o acesso ao cinema e superar as desigualdades retratadas no movimento marginal."



Vinicius Adriano

17 anos | Belém - PA | @vini.adriano

Nome completo: VINICIUS ADRIANO COELHO AMARAL

NOME → VINICIUS ADRIANO COELHO AMARAL

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

No longa-metragem ganhador do Oscar "A invenção de Hugo Cabret", narra-se o cotidiano de um jovem garoto órfão que, apesar de viver — sob precárias condições — em uma estação de trem parisiense, frequenta, clandestinamente, uma sala de cinema próxima ao seu lar como uma forma de afastar-se de sua infeliz realidade. Tal obra fictícia, além de expor um dos benefícios da ida a esse tipo de estabelecimento, também denuncia a desigualdade do acesso à arte cinematográfica, semelhantemente ao que ocorre no Brasil contemporâneo. Nesse âmbito, faz-se necessário analisar dois entraves acerca da ótica social apresentada: os elevados custos para a entrada em cinemas — incompatíveis com a condição financeira de camadas populares — e a falta de mobilização cidadã em prol da equidade dos direitos relacionados a essa situação.

Primordialmente, é válido pontuar a política de preços altos como um obstáculo à democratização da Sétima Arte no território nacional. Isso ocorre devido ao insuficiente quantitativo de medidas governamentais para modificar as tabelas de custos estabelecidas por empresas privadas (responsáveis pela distribuição de obras cinematográficas), promovendo um impedimento a comunidades de baixa renda no que tange ao acesso aos locais em pauta. Entretanto, atualmente, observa-se uma gradativa mudança na postura estatal em relação a esse cenário, a exemplo da criação do cinema Líbero Luxardo na cidade de Belém, desenvolvido pelo governo do estado do Pará para oferecer entretenimento (tanto nacional, quanto estrangeiro) de qualidade por preços econômicos. Apesar desse notório progresso, ainda é imperiosa a problemática supracitada, uma vez que projetos (como o exposto) são minoritários comparados a outras regiões do país.

Ademais, deve-se explicitar que considerável parcela da sociedade não busca ~~[illegible]~~ reverter a situação da desigualdade de acesso ao cinema no Brasil. Tal entrave advém de uma despreocupação dos cidadãos em exigir reformulações nos setores públicos (como o Ministério da Cidadania) encarregados de garantir a possibilidade de apreciação das múltiplas formas de arte por todos, o que define esse comportamento negligente como um "eclipse de consciência", termo — conforme o literato português José Saramago, no romance "Ensaio sobre a cegueira" — utilizado para sintetizar a ideia da falta de sensibilidade do indivíduo perante os imbróglios enfrentados pelo próximo, nesse caso, o contingente populacional desprovido da oportunidade de desfrute às produções cinematográficas. Por conseguinte, sob efeito desse fenômeno, considerável parte dos brasileiros fomenta a invisibilização do empecilho social em evidência, afastando as pessoas necessitadas das salas de projeção.

Portanto, cabe ao Poder Executivo — instituição de alta relevância para o país — potencializar projetos sociais para a construção de locais de exibição de filmes nacionais e internacionais no território, por meio da cessão de capital público aos órgãos competentes, a fim de efetivar a democratização da apreciação do cinema aos ~~[illegible]~~ cidadãos. Paralelo a isso, o Ministério da Educação deve mudar o comportamento passivo da comunidade acerca do combate ao óbice em questão, por intermédio de palestras em escolas e em universidades, ~~[illegible]~~ visando reverter o preocupante cenário retratado e, assim, desvencilhar parte da sociedade do "eclipse de consciência" que a acomete.

Foto: Reprodução/Inep



"No longa-metragem ganhador do Oscar
“A invenção de Hugo Cabret”, narra-se o cotidiano de um
jovem garoto órfão que, apesar de viver - sob precárias condições
- em uma estação de trem parisiense, frequenta, clandestinamente, uma sala
de cinema próxima ao seu lar como uma forma de afastar-se de sua infeliz realidade. Tal obra fictícia, além de expor um dos benefícios da ida a esse tipo de estabelecimento, também denuncia a desigualdade do acesso à arte cinematográfica, semelhantemente ao que ocorre no Brasil contemporâneo. Nesse âmbito, faz-se necessário analisar dois entraves acerca do óbice social apresentado: os elevados custos para a entrada em cinemas - incompatíveis com a condição financeira de camadas populares - e a falta de mobilização cidadã em prol da equidade dos direitos relacionados a essa situação.

Primordialmente, é válido pontuar a política de preços altos como um obstáculo à democratização da Sétima Arte no território nacional. Isso ocorre devido ao ineficiente quantitativo de medidas governamentais para modificar as tabelas de custos estabelecidas por empresas privadas (responsáveis pela distribuição de obras cinematográficas), promovendo um impedimento a comunidades de baixa renda no que tange ao acesso aos locais em pauta. Entretanto, atualmente, observa-se uma gradativa mudança na postura estatal em relação a esse cenário, a exemplo da criação do cinema Líbero Luxardo na cidade de Belém, desenvolvido pelo governo do estado do Pará para oferecer entretenimento (tanto nacional, quanto estrangeiro) de qualidade por preços econômicos. Apesar desse notório progresso, ainda é imperiosa a problemática supracitada, uma vez que projetos (como o exposto) são minoritários comparadas a outras regiões do país.

Ademais, deve-se explicitar que considerável parcela da sociedade não busca reverter a situação da desigualdade do acesso ao cinema no Brasil. Tal estorvo advém de uma despreocupação dos cidadãos em exigir reformulações nos setores públicos (como o Ministério da Cidadania) encarregados de garantir a possibilidade de apreciação das múltiplas formas de arte por todos, o que define esse comportamento negligente como um “eclipse de consciência”, termo - conforme o literato português José Saramago, no romance “Ensaio sobre a cegueira” - utilizado para sintetizar a ideia da falta de sensibilidade do indivíduo perante os imbróglios enfrentados pelo próximo, nesse caso, o contingente populacional desprovido da oportunidade de desfrute às produções cinematográficas. Por conseguinte, sob efeito desse fenômeno, considerável parte dos brasileiros fomenta a invisibilização do empecilho social em evidência, afastando as pessoas necessitadas das salas de projeção.

Portanto, cabe ao Poder Executivo - instituição de alta relevância para o país - potencializar projetos sociais para a construção de locais de exibição de filmes nacionais e internacionais no território, por meio da cessão de capital público aos órgãos competentes, a fim de efetivar a democratização da apreciação do cinema aos cidadãos. Paralelo a isso, o Ministério da Educação deve mudar o comportamento passivo da comunidade acerca do combate ao óbice em questão, por intermédio de palestras em escolas e em universidades, visando reverter o preocupante cenário reiterado e, assim, desvencilhar parte da sociedade do “eclipse de consciência” que a acomete."



Vitória Castro

19 anos | Teresina - PI | @dicasdavitmil

Nome completo: VITORIA CASTRO FERREIRA DE OLIVEIRA

NOME → V I T Ó R I A C A S T R O F E R R E I R A D E O L I V E I R A

Nº de Inscrição:

CPF:

CPF →

Data de nascimento:

DATA DE NASCIMENTO →

INSTRUÇÕES
1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data de nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva a sua redação com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.**
3. Não haverá substituição desta **FOLHA DE REDAÇÃO** por erro de preenchimento do **PARTICIPANTE**.
4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

Em sua obra "Cidadão de Papel", o célebre escritor Gilberto Dimenstein disserta acerca da inefetividade dos direitos constitucionais, sobretudo, no que se refere à desigualdade de acesso aos benefícios normativos. Diante disso, a conjuntura dessa análise configura-se no Brasil atual, haja vista que o acesso ao cinema, no país, ainda não é democrático. Essa realidade se deve, essencialmente, à falta de subsídios para infraestrutura nas regiões periféricas e à urbanização desordenada das urbes.

De esse viés, é importante ressaltar que a logística de instalação de salas de cinema, nas cidades pequenas, é precária. Nesse sentido, segundo o Contrato Social – proposto pelo contratualista John Locke –, cabe ao Estado fornecer medidas que garantam o bem-estar coletivo. Contudo, a infraestrutura das cidades pequenas e médias é, muitas vezes, pouco dotada de incentivos para a construção de salas de exibição de filmes, como centros de lazer – dotados de praça de alimentação, por exemplo. Com isso, uma parcela expressiva da população é excluída dessa atividade cultural, o que, além de evidenciar o contexto discutido por Gilberto Dimenstein, vai de encontro ao Contrato Social. Desse modo, políticas públicas eficazes tornariam possível maior acesso ao direito de cultura, garantido pela Magna Carta de 1988, por meio do cinema.

Além disso, o crescimento urbano desordenado gerou a concentração de cinemas em determinadas áreas da cidade, o que excluiu, principalmente, os locais pouco evidenciados pelo mercado imobiliário. Nessa linha de raciocínio, o geógrafo Milton Santos atribuiu ao inchaço urbano desenfreado o surgimento de processos como a Gentrificação, a qual "expulsa" a parcela de indivíduos de baixa renda da sua moradia. Devido a isso, a distribuição de salas de cinema ocorreu de maneira desigual, privilegiando áreas nobres. Por conseguinte, as favelas – localidades sem aparatos sociais – possuem pouco ou nenhum acesso à arte cinematográfica, o que evidencia um exército de "cidadãos de papel". Assim, o cinema pode ampliar o seu alcance mediante a ação de setores sociais que forneça infraestrutura de filmes.

Portanto, para a efetiva democratização do acesso ao cinema no Brasil, é importante que o Governo Federal, por intermédio de subsídios tributários estaduais, forneça a descentralização das salas cinematográficas no território, a partir da instalação de unidades de cinema nas regiões que não possuem – com aparato qualificado, variedade de exibições e praça de alimentação –, a fim de proporcionar a cultura do cinema para a parcela de cidadãos excluída. Ao mesmo tempo a isso, cabe ao Ministério da Cultura – principal órgão intermediador de políticas culturais no país – propor um vale cinema para aqueles que não possuem renda suficiente para a compra, com direito a pelo menos duas oportunidades mensais, para que o direito aos filmes não seja restrito por critérios censitários. Dessa forma, poder-se-ia atenuar a desigualdade discutida por Dimenstein.

Foto: Reprodução/Inep



"Em sua obra "Cidadãos de Papel", o célebre escritor Gilberto Dimenstein disserta acerca da inefetividade dos direitos constitucionais, sobretudo, no que se refere à desigualdade de acesso aos benefícios normativos. Diante disso, a conjuntura dessa análise configura-se no Brasil atual, haja vista que o acesso ao cinema, no país, ainda não é democrático. Esta realidade se deve, essencialmente, à falta de subsídios para a infraestrutura nas regiões periféricas e à urbanização desordenada das urbes.

Sob esse viés, é importante ressaltar que a logística de instalação de salas de cinema, nas cidades pequenas, é precária. Nesse sentido, segundo o Contrato Social — proposto pelo contratualista John Locke —, cabe ao Estado fornecer medidas que garantam o bem-estar coletivo. Contudo, a infraestrutura das cidades pequenas e médias é, muitas vezes, pouco dotada de incentivos para a construção de salas de exibição de filmes, como centros de lazer — dotados de praça de alimentação, por exemplo. Com isso, uma parcela expressiva da população é excluída dessa atividade cultural, o que, além de evidenciar o contexto discutido por Gilberto Dimenstein, vai de encontro ao Contrato Social. Desse modo, políticas públicas eficazes tornariam possível a maior acesso ao direito de cultura, garantido pela Magna Carta de 1988, por meio do cinema.

Além disso, o crescimento urbano desordenado gerou a concentração de cinemas em determinadas áreas da cidade, o que excluiu, principalmente, os locais pouco evidenciados pelo mercado imobiliário. Nessa linha de raciocínio, o geográfico Milton Santos atribuiu ao inchaço urbano desenfreado o surgimento de processos como a Gentrificação, a qual "expulsa" a parcela de indivíduos de baixa renda da sua moradia. Devido a isso, a distribuição de salas de cinema ocorreu de maneira desigual, privilegiando áreas nobres. Por conseguinte, as favelas — localidades em aparatos sociais — possuem pouco ou nenhum acesso à arte cinematográfica, o que evidencia um exército de "cidadãos de papel". Assim, o cinema pode ampliar o seu alcance mediante a ação de setores sociais que forneça infraestrutura de filmes.

Portanto, para a efetiva democratização do acesso ao cinema no Brasil, é importante que o Governo Federal, por intermédio de subsídios tributários estaduais, forneça a descentralização das salas cinematográficas do território, a partir da instalação de unidades de cinema nas regiões que não possuem — com aparato qualificado, variedade de exibições e praça de alimentação —, a fim de proporcionar a cultura do cinema para a parcela de cidadãos excluída. Ao mesmo tempo que isso, cabe ao Ministério da Cultura — principal órgão intermediador de políticas culturais no país — propor um vale cinema para aqueles que não possuem renda suficiente para a compra, com direito a pelo menos duas oportunidades mensais, para que o direito aos filmes não seja restrito por critérios censitários. Dessa forma, poder-se-á atenuar a desigualdade discutida por Dimenstein."



Agradecimentos

Menção dos autores a pessoas/instituições decisivas para seus resultados:

Ana Carolina Campos
Ana Luiza Pinheiro
Ana Paula Almeida
Ana Paula Coelho
André Aleixo de Oliveira
André Luís Mello
Andréia Faria
Annie Karoline dos Santos
Aryane Gonçalves
Astrid Mello
Beatriz Lima
Bianca Costa
Bruna Coelho
Bruna Gomes
Caio César
Caliehl La-Rocque
Canal História Online
Carlos Eduardo Nylander
Cartilha Redação a Mil 2018 *:)*
Cláudia de Souza do Espírito Santo
Cristiane Bastos
Curso Ao Pé da Letra
Curso Dois Pontos
Curso Lúmen
Curso Opção Certa
Danilo Oliveira
Deborah Castro
E.E. Sagrada Família II
Edielse Amaral
Elaine Lima
Colégio Master Sul
Felipe Guarçoni
Flora Araújo
Francisca Nelândia S. Silva
Francisco Jurandi Teixeira
Gabriela Cavalcante
Gabriely Victor
Gusttavo Quintas
Hadassa Helez
Iasmyn Lídia
Iasser Sampaio
Idalmo Faria
IFAL
IFRN
Instituição Farias Brito
Isadora Almeida
Isadora Castro
Ivanete Amaral
Joshua Matheus
Júlia Bossa
Juliana Nery
Juliano Rocha
Julie Camarão
Klesia Rodrigues
Laise Amaral
Laiza Canto
Laura Grigoletto
Leonardo Lacerda
Letícia Gondim
Luan Ribeiro
Luana Andrade
Luciana Souza do Espírito Santo
Lucivaldo do Espírito Santo
Luiz Fellipe Pinheiro
Maria Clara Campelo
Maria Luiza Guedes
Maria Luiza Pinheiro
Maria Socorro Lopes Teixeira
Mariana Serra
Marina Carvalho
Pré-Vestibular Determinante
Prof. Adhemar Nogueira
Prof. Alan Nicoliche
Prof. Alex Romero
Prof. Anderson Calé
Prof. Aracy
Prof. Bite
Prof. Carlos Benjoino (Bidu)
Prof. Carlos Eduardo Araújo
Prof. Diogo D'Ippolito
Prof. Eduardo Pereira
Prof. Felipe Alves
Prof. Felipe Garcia de Medeiros
Prof. Filipe R. Vuaden
Prof. Filipe Vuaden
Prof. Frajola
Prof. Hélcio Aguiar
Prof. João Limares



Prof. Jorge Alberto Tajra
Prof. Júlio César
Prof. Leidson Macedo
Prof. Lucas Lippi
Prof. MacDowell
Prof. Marcelo Batista
Prof. Marcelo Lima
Prof. Marcos Vilhena
Prof. Murillo Antônio
Prof. Paulo Faria
Prof. Ragi
Prof. Raphael Hormes
Prof. Roberson Calegari
Prof. Robinson Bucci
Prof. Rodrigo Soares Ribeiro
Prof. Rodrigo Vaz Rui
Prof. Rogi
Prof. Thalles Eduardo
Prof. Thiago Braga
Prof. Thiago Morais
Prof. Tibério Secondes
Prof. Vinicius Oliveira
Prof. Waydlle Silva
Profª. Adriana Laquis
Profª. Allana Mátar
Profª. Amanda Campos
Profª. Ana Cláudia Santos
Profª. Ana Paula Colaço
Profª. Ana Paula Rocha
Profª. Andrea Silva Massari
Profª. Andreia Abade
Profª. Camila Colares
Profª. Carolina Vilela
Profª. Clarissa Maranhão
Profª. Crystianne Mendonça
Profª. Duda Gonçalves
Profª. Duda Salabert
Profª. Fátima Amaral
Profª. Fernanda Bérgamo
Profª. Fernanda Féliz Litron
Profª. Fernanda Zara
Profª. Flávia Iêda
Profª. Franciellen Mendes
Profª. Gabriela Said
Profª. Giovane Fernandes Oliveira
Profª. Jana Rabelo
Profª. Karol Sales
Profª. Katilini Oliveira
Profª. Leandra Guerino
Profª. Leda d'Aguila
Profª. Luciana Lima
Profª. Luciene Teixeira
Profª. Lussandra Drummond
Profª. Marcela Castro
Profª. Márcia Reis
Profª. Maria Pereira
Profª. Maria Raquel
Profª. Marina Ferraz
Profª. Marina Ferreira
Profª. Miriane Dayrell
Profª. Mirvana Luz
Profª. Nicinha Câmara
Profª. Patrícia Lima
Profª. Priscila Germosgeschi
Profª. Raquel Vetromilla
Profª. Raysa Ferreira
Profª. Regina Lustosa
Profª. Roberta Panz
Profª. Roberta Panza
Profª. Rosana Castro
Profª. Rozângela de Cássia
Profª. Sabrina (Curso Poliedro)
Profª. Sílvia (Curso Ao Pé da Letra)
Profª. Simone Motta
Profª. Solange Brum
Profª. Solange (Bernoulli)
Profª. Telma Tennille
Profª. Viviane Faria
Rinaldi Bossa
Rodrigo Vinicius
Rosângela Bossa
Samara Lopes Teixeira
Sânia Flávia Ribeiro
Sarah Soeiro
Sergio Merli
Silvia Sansoni
Vanessa Alves G. Silva
Vinicius Lara
Vitor Yasser
Vitório Oliveira
Vívian Duarte
Wanderley Magalhães

